



DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: PRIMEIRA JORNADA UNIVERSITÁRIA (JURA) NO MATO GROSSO

*Haya Del Bel
Edson Caetano
Daniel Fanta
(Organizadores)*



DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA
NO BRASIL: PRIMEIRA JORNADA
UNIVERSITÁRIA (JURA) NO MATO GROSSO

Haya Del Bel
Edson Caetano
Daniel Fanta
(Organizadores)

DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL:
PRIMEIRA JORNADA UNIVERSITÁRIA (JURA) NO
MATO GROSSO
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Copyright © by autor, 2020.

D3136 – Del Bel, Haya; Caetano, Edson; Daniel Fanta. (Orgs.) Defesa da reforma agrária no Brasil: Primeira Jornada Universitária (JURA) no Mato Grosso. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ISBN: 978-65-81417-16-1

 10.29388/978-65-81417-16-1-0

Vários Autores

1. Educação. 2. Reforma Agrária. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

CDU – 37

Revisão: Jonathan Emanuel Paulo de Oliveira / Lurdes Lucena

Capa: Marcos Paulo Bonatti

Diagramação: Marcos Paulo Bonatti

Índice para catálogo sistemático

Educação

370



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Clison César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Luis Sanfelice – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alicia María de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me., Rep. Dominicana
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Un. of the W. I., St. Augustine – Trinidad & Tobago
Christian Hauser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz, Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernández – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macías, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sylvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordovi Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
<i>Armando Tafner Junior - Itelvina Maria Masioli</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.1-4	
PRIVATIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA	5
<i>Vanderly Scarabeli - Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.5-22	
A MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E MERCANTILIZAÇÃO DO HUMANO NO BRASIL	23
<i>Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa - Armando Wilson Tafner Junior</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.23-34	
DEMOFOBIA E CRIMINALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES	35
<i>Alair Suzeti da Silveira -</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.35-48	
A GUINADA AUTORITÁRIA DO CAPITAL E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	49
<i>Lélica Elis Pereira de Lacerda</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.49-68	
A CONFLITUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: LEITURAS A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO DATALUTA - ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL	69
<i>Giseli Dalla Nora - Onélia Carmem Rossetto - Gabriella Matos Santiago - Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.69-88	
TRABALHO ASSOCIADO E AGROECOLOGIA: O SER CAMONÊS NA CAPITAL DO AGRONEGÓCIO	89
<i>Edson Caetano - Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo - Cristiano Apolucena Cabral</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.89-104	
UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AGROECOLOGIA E EDU- CAÇÃO DO CAMPO	105
<i>Henderson Gonçalves Nobre - Maria Elienai Luiz Correia</i> DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.105-116	

TERRA E RESISTÊNCIA: A REFORMA AGRÁRIA
OCUPANDO A AGENDA CULTURAL DA UNIVERSIDADE
Rosa Lúcia Rocha Ribeiro - Mírian Toshiko Sewo
DOI- 10.29388/978-65-81417-16-1-0-f.117-134

117

SOBRE OS AUTORES

135

PREFÁCIO

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve
parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”
(Bertolt Brecht)

O poeta e romancista alemão Bertolt Brecht, profundo conhecedor da luta de classes do seu tempo, nos resgata, em versos o significado de esperança, da possibilidade de construção de uma nova realidade social, mas também de alerta para a enganosa aparência dos fatos que, muitas vezes, se nos apresentam como singelos, mas que, na realidade, são por demais complexos. Conhecer a realidade, estudar, pesquisar sobre, é uma tarefa cada vez mais necessária no atual momento da luta de classes.

A JURA- Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária, se inscreve nesse contexto como um importante espaço de debate, de reflexão e ação que envolve um conjunto de sujeitos sociais e políticos para debater o momento político atual, refletir sobre que sociedade nós queremos e qual o nosso projeto de país.

Um pouco da história de como começou a JURA:

No 2º Encontro Nacional de Professores Universitários com o MST, realizado em 2013, foi deliberado que a partir de 2014 nas jornadas de luta do abril vermelho, as universidades que têm núcleos e grupos de trabalho da reforma agrária, ou outros instrumentos em defesa dos movimentos populares do campo, da reforma agrária, passariam a fazer ações simultâneas, com o máximo de articulação possível entre elas, para repercutir internamente, no ambiente acadêmico, e externamente, para o conjunto da sociedade e para os meios de comunicação de massa, os seguintes pontos:

- As universidades públicas brasileiras apoiam a Reforma Agrária como forma de democratização da estrutura agrária, social, econômica, política e educacional brasileira.

- A defesa da educação pública de qualidade e a defesa da Reforma Agrária são bandeiras articuladas em prol da construção de um projeto popular para o país.

- As universidades públicas reconhecem os movimentos sociais po-

pulares do campo como sujeitos coletivos de produção de conhecimento.

- As universidades públicas brasileiras são contra toda prática de criminalização dos movimentos sociais populares, e reconhecem a legitimidade das suas lutas, de ação direta em defesa da qualidade da alimentação do povo brasileiro e da democratização da terra, da educação, da cultura e da comunicação.

No ano de 2014, mais de 40 Universidades e Institutos Federais fizeram suas Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária. Nos anos seguintes mais IES se incorporaram e em 2018 mais de 60 IES realizaram a JURA em seus espaços.

Este ano já é a 6ª jornada. São 6 anos de construção desse processo nacional, de uma riqueza imensa e de muitos aprendizados!

Temos grandes desafios pela frente. Precisamos exercitar a arte de unir as forças do campo popular. Nossa força está na organização, no número de pessoas que conseguimos mobilizar, envolver e engajar na batalha das ideias e na defesa de nossos direitos. O cenário que temos à nossa frente vai exigir dos lutadores e das lutadoras do povo muita sabedoria e firmeza na construção da Unidade e da Resistência ativa!

Aqui no Mato Grosso não poderia ser diferente. A construção da 1ª Edição da JURA na UFMT envolveu inúmeros sujeitos na construção do processo. Durante os dias 28, 29 e 30 de maio de 2018, a UFMT foi ocupada pelo MST, que estabeleceu um espaço muitos debates, oficinas, feira da Reforma Agrária, exposição de fotos, saberes e sabores da luta e da resistência. Reuniu-se todas as forças populares e sua militância para debater um conjunto de temáticas relacionadas as questões agrárias, a defesa da universidade e da educação pública e dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

Desse encontro originaram-se os trabalhos que compõem esta obra, sendo oriundos de palestras, debates e mesas redondas, que ocorreram no período de realização da JURA em 2018. Esta coletânea é iniciada por um indicativo de **“Privatização da Reforma Agrária”**, pois como não se sabe mais no Brasil, o que é estado e o que é Capital, as soluções tendem para as relações neoliberais, e em uma lógica de mercado prevalecendo nas relações com a terra, as instituições capitalistas por meio de ferramentas com os financiamentos bancários, majoritariamente com dinheiro público, advindo da classe trabalhadora, que financia quem já tem garantias, ou seja, quem tem lucro. Ilustrando tais relações conflituosas, o segundo artigo aponta para **“A Mercantilização da Terra e a Mercantilização do Humano no Brasil”**; situações socioeconômicas que derivam das relações capitalistas e hegemônicas do Agronegócio em nosso país. A consequência principal dessa capitalização do campo, é a desigualdade social, que vai para além do cam-

po, estendendo-se à cidade. E, dessa forma, a classe trabalhadora é atacada, como nos mostra o artigo **“Demofobia e criminalização da organização coletiva dos trabalhadores”**, no qual que nos é apresentado por meio da conjuntura latino-americana, com ênfase na realidade brasileira, imposta pelas relações políticas neoliberais, que coloca obstáculos à organização do proletariado, inclusive tentando criminalizá-lo. Diante de tamanha miséria, movimentos sociais se organizam, agem. E o Capital reage! Amparados pela retórica de uma “moral” opressora, completamente moral, geral **“A Guinada Autoritária do Capital e a Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil”**, podendo, pela subjetividade, impedir a realização de qualquer resistência ao avanço do Capital, principalmente nas áreas de Expansão da Fronteira Agropecuária. Os embates que surgem devido a busca de uma hegemonia impositiva por meio do Capital e as alternativas de vivência perante a esse sistema, indicam **“A Conflitualidade da Questão Agrária Brasileira: Leituras a Partir dos Dados do Projeto Dataluta - Estado de Mato Grosso – Brasil”**; o artigo em questão foi elaborado por componentes do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA) que compõe o projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA-LUTA). Trazendo a realidade do campesinato em Cuiabá, o terceiro artigo relata o **“Trabalho associado e agroecologia: o ser camponês na capital do agronegócio”**, relacionando a forma de organização associativa com a produção de alimentos de forma agroecológica, apontando um caminho alternativo às relações sociais impostas pelo Neoliberalismo. O penúltimo artigo, direciona condiciona a necessidade de **“Um Diálogo Necessário Entre Agroecologia e Educação do Campo”**, uma das aproximações que faz com a resistência ao Capital tenha um alicerce epistemológico dentro da luta. Por fim, o trabalho seguinte aponta a realização da JURA na UFMT em 2018: **“Terra e Resistência: A Reforma Agrária Ocupando a Agenda Cultural da Universidade”**; o que pedagógica e politicamente, passa a ter um simbolismo, em todas as suas atividades – pré e pós JURA – devido a movimentação desta atividade dentro do Estado que é o coração do Agronegócio.

O cenário atual exige que as lutadoras e lutadores não procurem saídas mágicas. Com esse aprendizado, o MST cultivou uma história de lutas, valores, justiça social e nosso projeto de futuro é o projeto da Reforma Agrária Popular. Um projeto de futuro que busca a democratização do acesso à terra, para uma outra agricultura, de caráter popular, justa, igualitária, que resolva os problemas que herdamos da colonização que marcou a nossa história, a nossa memória, a cultura de nosso país e de nosso povo, e que supere os limites impostos atualmente pelo capitalismo e o agronegócio.

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

“Ninguém solta a mão de ninguém!”

Direção Estadual do MST/MT

Armando Wilson Tafner Junior

Itelvina Maria Masioli

PRIVATIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Vanderly Scarabeli

Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima

Introdução

A questão agrária no Brasil constitui-se como uma problemática estrutural que desafiam pesquisadores, entre outras questões, a compreender a amplitude das várias disputas, entre elas, a territorial. A concentração fundiária, superexploração do trabalho, grilagem de terras, impactos ambientais, agricultura para a produção de commodities, sementes transgênicas, entre outros, são elementos históricos desta problemática, e a constante luta pela terra e pela permanência nela, contribui para que o território brasileiro seja um espaço de disputas entre variadas políticas de reforma agrária, que consequentemente envolvem uma série de ações e sujeitos.

A concentração da terra e a má distribuição da renda no meio rural, sempre se constituíram como problemas centrais da questão agrária brasileira. As experiências dos programas e políticas voltadas à reforma agrária no Brasil caracterizam-se como um processo amplo e diversificado, marcado por inúmeras e imprescindíveis lutas e intervenções dos trabalhadores do campo e dos demais setores sociais da sociedade como a igreja, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros, além da forte intervenção do Estado e do grande capital. De acordo com Carvalho (2006, p. 2):

As classes dominantes no Brasil nunca desejaram realizar uma reforma agrária, nem mesmo uma reforma agrária conservadora que se efetivasse sob a direção deles próprios --- as próprias classes dominantes, e que não provocaria mudanças relevantes na estrutura fundiária brasileira. E quando no limite desenvolveram políticas públicas compensatórias de assentamentos rurais para aliviar a pressão social exercida pelas lutas sociais pela terra.

Ramos Filho (2014, p. 172), acrescenta que as elites brasileiras sempre negaram a necessidade da realização de uma política de reforma agrária ou não permitiram que tais políticas fossem implementadas. Portanto, historicamente, tudo que se construiu e ainda se constrói, deve-se a pressão dos movimentos camponeses que mantêm constantes lutas pela realização de um programa de reforma agrária, que de fato, atenda o campo. Sendo assim, o Estado brasileiro, pressionado historicamente pelas diversas formas de

lutas, constrói medidas e políticas governamentais no intuito de minimizar tal situação de conflito e embate no campo. Nesse sentido, busca-se aqui sintetizar um dos mecanismos voltados para a tentativa de resolver tal problemática: a reforma agrária de mercado, que se inspira nas políticas do grande capital, via a mercantilização da terra entre agentes privados, por meio de empréstimos financiados pelo Estado, onde o campesinato é mero coadjuvante.

Privatização da Reforma agrária

Ao analisarmos o desenvolvimento do capitalismo no campo, busca-se compreender como esse regime social ou modo de produção se manifesta e se desenvolve nas dimensões da sociedade. Do ponto de vista da totalidade social, o capitalismo é relação social e como as relações sociais são essencialmente relações históricas, são transformáveis. As transformações ocorrem como resultado das ações conscientes e organizadas de uma classe social sobre a outra, mediante pressões e constrangimentos.

Gorender (2013), seguindo o conceito de capitalismo em Marx, o define como

[...] o modo de produção em que proletários assalariados, despossuídos dos meios de produção e juridicamente livres, produzem mais valia; em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isto é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada a produção ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado (GORENDER, 2013, p. 20-21).

Esse conceito de capitalismo é válido também para o campo, tendo em vista que de acordo com o autor, a agricultura se incorpora à economia capitalista como um dos seus ramos industriais.

Em relação à origem do capitalismo no Brasil, inclusive no campo, Gorender (2013) afirma que ele se origina a partir do escravismo colonial, se diferenciando totalmente da origem do capitalismo europeu. Nessas circunstâncias tinha como setor econômico fundamental as relações comerciais, pois a principal função do setor mercantil na economia colonial foi a de ser fonte de acumulação de capital para o surgimento do setor fabril industrial.

O capitalismo no campo brasileiro se desenvolveu a partir de duas

vias de desenvolvimento econômico: a via latifundiária permeada pelas formas camponesas de produção e a via da pequena exploração, de caráter camponês-familiar “autônomo”. Para Gorender, a via latifundiária também chamada de caminho prussiano, ressaltada a realidade feudal da Alemanha e a dinâmica capitalista no campo brasileiro, não implicaram na purificação do capitalismo e teve na sua composição formas secundárias de outras relações de produção. Já a via da pequena exploração de caráter camponês, teve na composição social os sitiantes, posseiros, pequenos arrendatários e parceiros autônomos (GORENDER, 2013). De acordo com o autor, a via da pequena exploração fundiária é um modo de produção específico que tem na sua base econômica desde a produção artesanal, passando pela produção para o autoconsumo até a produção inteiramente mercantil com base na troca simples de mercadorias.

Ao analisar a burguesia e o problema agrário brasileiro, ele identifica um limite político estrutural para a realização da reforma agrária.

[No Brasil] o entrelaçamento entre o capital industrial e o capital agrário; o interesse da burguesia nacional, monopolista ou não monopolista, na especulação fundiária; a espoliação dos pequenos produtores via capital mercantil sob formas ainda frequentemente pré-capitalistas; o avassalamento de novas áreas de fronteiras agrícola pelo grande capital nacional e estrangeiro - tudo isso torna impensável que a burguesia brasileira tenha qualquer interesse numa reforma agrária feita para transformar a atual estrutura fundiária. O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira já se realiza por via que dispensa a reforma agrária, e constitui mera racionalização utópica conceber a reforma agrária para eliminar formas arcaicas de relações de produção e, “aperfeiçoar” o capitalismo brasileiro a fim de torná-lo compatível com a democracia (GORENDER, 2013, p. 49).

O autor analisando o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a perspectiva da reforma agrária, afirma que não se pode pensar a agricultura brasileira como nos anos de 1950 e 1960 e que no Brasil há uma diversidade de agriculturas, seja pela diferenciação regional no país ou mesmo dentro de uma mesma região, pela inserção dos produtos ou pelo tipo de articulação entre capitais.

O processo de desenvolvimento capitalista provoca em sua dinâmica a concentração, a centralização e o monopólio da estrutura fundiária que nos últimos dez anos sofreu um processo aligeirado de concentração da propriedade da terra, conforme aponta o Índice de Gini que em 2006 estava em

0,854, índice maior que o registrado em 1920 quando recém tínhamos saído da escravidão. Uma das expressões da crescente concentração fundiária é o Estado do Mato Grosso, como vemos na tabela abaixo.

Tabela 1 – Estrutura Fundiária de Mato Grosso - 2017

Grupos de área total	Estabelecimentos	Área/hectares
Menos de 1 há	2.627	879
De 1 a menos de 10 ha	15.268	66.638
De 10 a menos de 50 ha	39.721	1.088.522
De 50 a menos de 100 ha	23.883	1.595.327
De 100 a menos de 500 ha	22.394	4.634.585
De 500 a menos de 10.000	13.609	27.838.532
De 10.000 e mais ha	868	19.606.336
Produtor sem área*	229	
Total	118.599**	54.830.819
*Trata-se da nova metodologia usada pelo IBGE e significa produtor empregado responsável pela produção e a sua administração.		
** Nos dados preliminares do IBGE Mato Grosso tem 118.676 estabelecimentos, porém, ao somar os estabelecimentos foram encontrados 118.599.		

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2017 - resultados preliminares. Organização dos autores, 2019.

Em julho de 2018 foram divulgados os resultados preliminares do Censo Agropecuário – 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esse censo trouxe menos dados devido à redução orçamentária, empobrecendo, assim, as informações relacionadas ao campo brasileiro. Mesmo com o limite financeiro, os dados do censo de 2017 revelam que houve concentração fundiária entre o censo de 2006 com o atual, tendo em vista que ele identificou 4,1 milhões de propriedades rurais com até 50 hectares representando 81,3% dos estabelecimentos agropecuários, totalizando 44,8 milhões de hectares o que equivale a 12,8 % das áreas produtivas do país.

Já o censo de 2006 apontou que as áreas com até 50 hectares representavam 78,4% dos estabelecimentos e ocupavam uma área correspondente a 13,3% da área rural produtiva. O que se percebe é que o censo de 2017 demonstra uma representação maior desses estabelecimentos, porém,

com uma redução da área ocupada em 0,5% o que indica um processo de continuidade da “minifundização” da estrutura fundiária para os pequenos proprietários. Já as propriedades com até 10 hectares representam a metade dos estabelecimentos e ocupam 2,2% da área produtiva, enquanto em 2006 ocupavam 2,7% desse território.

De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seu Programa de Reforma Agrária Popular, aprovado em seu 6º Congresso Nacional que aconteceu em fevereiro de 2014 em Brasília, o capitalismo em distintos períodos históricos, deu ênfase a diferentes programas de reforma agrária. Na transição do feudalismo europeu, até mesmo do modo de produção asiático e das sociedades pré-capitalistas até o capitalismo comercial, os camponeses lutaram pelo direito ao acesso a terra contra as oligarquias rurais e senhores feudais. Essas lutas, restritas às demandas dos próprios camponeses, ainda não se caracterizavam como lutas pela reforma agrária.

Somente a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no século XVIII, a expressão “reforma agrária” começou a ser utilizada. Neste período ela passou a ser uma política de governo e de Estado para mudar a estrutura da propriedade da terra e da produção agrícola de um país e, conseqüentemente, atender as demandas das nascentes sociedades urbanas industriais. A mudança na estrutura fundiária, a partir dessa perspectiva, atendia os interesses imediatos dos camponeses que lutavam pela posse da terra e contra a espoliação dos grandes proprietários. Mas ia além, era uma exigência para impulsionar os processos de industrialização para criar e consolidar o mercado interno das sociedades capitalistas.

Ao democratizar a propriedade da terra, desapropriando ou expropriando os senhores das terras e superando os resquícios do feudalismo, o Estado burguês visava transformar os camponeses em fornecedores de matérias primas para a indústria e de alimentos para a população urbana e, com isso, obter renda para serem compradores e consumidores de origem industrial. Esse tipo de reforma agrária, iniciado nos países da Europa Ocidental e depois nos Estados Unidos, a partir de 1870, estendeu-se pelos países de todo hemisfério norte até a década de 1950, com a guerra da Coréia. Todas elas, nos diferentes países e tempos históricos, serviram de apoio aos processos de desenvolvimento industrial implantado pela burguesia.

Essas mudanças nas estruturas fundiárias, feitas pelo Estado burguês, são as chamadas reformas agrárias clássicas burguesas ou, simplesmente, reformas agrárias burguesas. Em comum, elas têm as seguintes características: eram realizadas pelas burguesias industriais, potencializavam o mercado interno através da democratização da propriedade da terra e buscaram transformar os camponeses em produtores e consumidores de mercadorias.

No Brasil, a revolução burguesa ocorreu entrelaçada com os interes-

ses do capital agrário, mantendo e incentivando o latifúndio, a monocultura voltada para a exportação e as relações de superexploração da força de trabalho no campo. Para controlar a lutas dos trabalhos por terra, o Estado desenvolve a política de colonização, que se restringiu a distribuição de pequenos lotes de terra em fronteiras a serem desbravadas. As terras do latifúndio, produtiva ou improdutiva permaneceram intocáveis. O entrelaçamento do capital agrário com o capital industrial faz parecer que a reforma agrária era desnecessária. Na contemporaneidade este posicionamento ideológico e político ganha força.

A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na primeira década dos anos 2000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930/80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo. É um modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro, que passa a acumular a riqueza produzida no campo.

O neoliberalismo inviabilizou qualquer possibilidade de uma reforma agrária de natureza clássica burguesa, até mesmo a realização de assentamentos de forma pontual tem diminuído drasticamente. É nesse contexto que se produziu um projeto de reforma agrária popular para o Brasil.

O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio para um novo patamar de organização das forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a reforma agrária na agenda de lutas dos trabalhadores. Reforma agraria popular significa também o atendimento das populações que moram nas cidades com alimentos saudáveis e não somente o atendimento cooperativo de distribuição de terras para os camponeses.

Reforma agrária de mercado: contexto, programas e consequências

Para analisar as políticas de privatização da reforma agrária ou a reforma agrária de mercado, analisaremos o contexto sociopolítico da época onde emergiram essas políticas, no sentido de entender os interesses internacionais e nacionais que as propagaram, bem como, compreender os sujeitos coletivos envolvidos, seus interesses em disputa e as consequências derivadas dessas políticas para os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária como uma medida do estado e por uma nova concepção para o

desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Para compreendermos historicamente os motivos que produziram no Brasil, as políticas da mercantilização da reforma agrária, se faz necessário entender a natureza das políticas macroeconômicas neoliberais produzidas pelo economista austríaco Friedric Hayek (1899-1992), e materializadas a partir da segunda metade da década de 1970 do século XX, como resposta à crise do capital no contexto da pós-segunda grande guerra. Nesse sentido, a vitória do neoliberalismo sobre o estado de bem-estar social significou a retirada dos direitos sociais da classe trabalhadora, combate às organizações partidárias e sindicais dos trabalhadores/as e criminalização das lutas sociais.

A ideologia neoliberal passou a disseminar a ideia de que os direitos da classe trabalhadora eram privilégios e responsáveis pela crise do sistema. A substituição do cidadão pelo cliente, uma concepção de ser humano possessivo competitivo e calculista e uma concepção de sociedade como meio do indivíduo realizar os seus interesses privados e de que a desigualdade entre os seres humanos é uma noção superficial de liberdade concebida unicamente como liberdade de mercado, foram ideias introduzidas e reforçadas no decorrer do tempo.

Nesse sentido, um dos seus primeiros alvos é a demonização do Estado interventor na economia apresentado pelos neoliberais como anacrônico e por isso deveria ser reformado para atender a total liberdade do capital. É nesse contexto que o significado de reformas como garantidoras de direitos perdeu o seu sentido tradicional, pois, o que vem sendo conduzido pelo capital são as contrarreformas destinadas ao rompimento dos direitos da classe trabalhadora.

A reciclagem das políticas neoliberais aconteceu em nível internacional no início da década de 1990, no contexto da derrota do bloco soviético e transição para o capitalismo, enquanto que na América Latina a reestruturação do capitalismo neoliberal ganhava força através do novo bloco de poder que emergia do remanejamento da crise da dívida externa e das políticas de natureza neoliberal. No Brasil, as políticas neoliberais foram impulsionadas pelo Consenso de Washington elaborado no último ano da década de 1980 e implantadas pelos governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e se manteve em menor proporcionalidade nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e retomadas com muito vigor a partir do golpe de 2016, quando a presidenta Dilma foi deposta e restaurado o neoliberalismo a partir do programa denominado Uma ponte para o futuro do então vice presidente Michel Temer.

O agravamento da crise social nos países do sul, provocadas pelas medidas neoliberais teve entre as consequências o aumento da tensão social que se expressou em grandes mobilizações dos desempregados, sem terras

e sem tetos e nas greves de diversas categorias. A reação popular ao aprofundamento da questão social fez com que os mecanismos de dominação internacionais do capitalismo, a exemplo do Banco Mundial - BM empreendessem um conjunto de medidas no campo e na cidade objetivando conter, cooptar e combater a crescente efervescência social. Nesse sentido, no meio rural brasileiro foram implantadas políticas de alívio à pobreza e liberação do mercado de terras. Com base em Rosset (2004), Ramos Filho (2013), analisa que o BM implantou um conjunto de medidas nos países credores como:

[...] administração da terra, privatização de terras públicas e comunais, formação dos mercados de terras, criação de fundos de terras e reforma agrária de mercado. Segundo este estudioso, não há um sequenciamento rígido e preestabelecido na implantação destes conjuntos de políticas. Elas são introduzidas, experimentadas, expandidas, aprofundadas, substituídas ou eliminadas de acordo com o jogo de forças vigente no interior dos respectivos Estados Nações credoras do Banco (ROSSET 2104 apud RAMOS FILHO, 2013, p. 18).

De acordo com Ramos Filho (2013), o caso brasileiro em relação à mercantilização da reforma agrária pode ser uma referência na difusão dessas políticas. O autor cita como exemplo

[...] o projeto de cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais, os mercados de arrendamentos de terras, o Programa de Consolidação dos Assentamentos de Reforma Agrária (PAC), os diferentes projetos de reforma agrária de mercado (RAM) e a Medida Provisória 458/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações de terras localizadas em áreas da União, no contexto da Amazônia Legal (RAMOS FILHO, 2013, p. 18/19).

O modelo de reforma agrária de mercado é resultante de robustos empréstimos do Banco Mundial aos países credores e teve como público beneficiário, os camponeses sem terra ou com uma pequena parcela de terra em situação de vulnerabilidade social. O argumento usado pelos governos e as instituições financeiras era o de combate à pobreza no meio rural brasileiro e em função desse discurso a política de reforma agrária, além de ser mercantilizada foi descentralizada para estados e municípios, espaços de forte hegemonia dos latifundiários.

Corroborando com Ramos Filho (2013), Pereira (2013) analisa que o

Modelo de Reforma Agrária de Mercado - MRAM foi concebido pelo Banco Mundial como condição para superar as dificuldades atribuídas à política de reforma agrária conduzidas pelo estado através de outros mecanismos, a exemplo da desapropriação e da aquisição de terras. Para o autor, o MRAM pode ser definido como uma política de estado que articula transação patrimonial privada e política distributiva. “Em outras palavras, trata-se de uma relação de compra e vendas de terras entre agentes privados, financiada pelo estado que fornece subsídio maior ou menor conforme o caso” (PEREIRA, 2013, p. 20).

Essas políticas tiveram entre seus objetivos compensar de forma seletiva as consequências sociais de regressão às condições de vida do povo trabalhador, provocados pelos ajustes estruturais através da liberalização dos mercados de terras. Mas o objetivo principal dos governos e do BM através do Modelo de Reforma agrária de Mercado era o de reduzir a pressão popular realizada pelos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através das ocupações de terra. É necessário destacar que a política de reforma agrária de mercado foi aplicada em grandes continentes, levando em consideração dois critérios fundamentais: a pobreza extrema no meio rural e os locais onde havia fortes movimentos sociais de luta pela reforma agrária a exemplo da Ásia, África e América Latina.

No Brasil, as políticas de reforma agrária de mercado tiveram início e se aprofundaram nos governos de Fernando Henrique Cardoso - FHC, num contexto marcado pelas crescentes ocupações de terras, de massacres de sem terras a exemplo dos que aconteceram em Corumbiara/RO em agosto de 1995 e em Eldorado dos Carajás/PA em abril de 1996, bem como pela realização de uma série de protestos internacionais organizadas por entidades amigas do MST durante as viagens oficiais do presidente da república e do ministro da reforma agrária.

Outra grande ação que marca esse período foi à realização da *Marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça* que aconteceu entre fevereiro e abril de 1997, percorrendo 1000 km com três colunas que saíram de três regiões distintas do país. Os marchantes foram recebidos em Brasília com um ato que reuniu mais de 100 mil pessoas, tornando-se assim a grande primeira ação da classe trabalhadora contra as políticas neoliberais de FHC.

Diante de tais ofensivas, da repercussão dos massacres e do crescente apoio da opinião pública nacional e internacional em favor dos movimentos sociais, principalmente do MST, o governo FHC foi obrigado a aplicar entre os anos de 1996 a 1999, as seguintes medidas de políticas para a reforma agrária: 1) Criação ainda em 1996, com poderes ministeriais, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária; 2) Redução parcial do preço

final da terra pago pelo estado as desapropriações; 3) Agilidade no tempo para imissão de posse; 4) Impedir a realização de possíveis procedimentos para evitar o ato desapropriatório praticados de forma comum pelos latifundiários.

Enquanto por um lado, o governo FHC tomava medidas para dar resposta à pressão do MST e da opinião pública, no sentido de realizar assentamentos, por outro lado, ele aplicou um conjunto de medidas para conter a expansão territorial, a exemplo da proibição de vistorias em áreas ocupadas; suspensão das negociações em caso de ocupações de órgãos públicos; penalização dos funcionários do INCRA que por ventura negociassem com o movimento; proibição de acesso a recursos por parte das entidades vinculadas ao MST, entre outras. No âmbito da segurança pública, o MST passou a ser tratado como caso de polícia com despejos violentos e a criação de um departamento na Polícia Federal para acompanhar as ações do MST e os conflitos sociais provocados pela luta pela reforma agrária. Todas essas medidas tiveram ampla divulgação nos meios de comunicação.

As primeiras experiências de reforma agrária de mercado

O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial encontrou “terreno fértil” para a sua implantação a partir de 1996, pois tinha na coalizão política liderada por FHC o núcleo principal que defendiam as contrarreformas do estado brasileiro. O governo FHC criou, segundo Pereira (2013), o primeiro projeto chamado Projeto São José ou Reforma agrária solidária, uma experiência pequena iniciada no primeiro bimestre de 1997 no estado do Ceará. Segundo o autor, o critério para implantar esse programa de “combate” à pobreza rural foi o fracasso de uma série de programas financiados pelo Banco Mundial no Nordeste, desde 1975.

Concebidos como programa de políticas compensatórias e de ajustes estruturais do Banco Mundial, o *Projeto São José* foi inserido no Programa Comunidade Solidária e teve financiamento do governo do Ceará no valor de R\$ 4 milhões e do Banco mundial no valor de R\$ 6 milhões. Segundo Pereira (2013), inicialmente o projeto previa a compra de 40 mil hectares para assentar 800 famílias. Na prática essa meta não foi alcançada e financiou-se a compra de 44 imóveis totalizando 23.622 hectares que “beneficiaram” 694 famílias. De acordo com o autor, a experiência desse projeto contribuiu para a criação de outro programa de reforma agrária de mercado e de alívio da pobreza rural denominado Cédula da Terra, lançado em 1997 e aplicado nos estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia, e no Norte de Minas Gerais.

Para implementar o Programa Cédula da Terra nesses cinco Estados,

o Banco Mundial financiou R\$ 90 milhões de reais, ação legitimada por dois principais argumentos: 1) aproveitar a redução do preço da terra especialmente na fase inicial dos planos de estabilização econômica, da abertura comercial, ajuste fiscal e recessão econômica para aplicar a o MRAM; 2) Desqualificação das políticas e mecanismos tradicionais de reforma agrária, proclamando-o como obsoleto. (PEREIRA, 2013).

O Banco Mundial através do Programa Cédula da Terra tinha como meta inicial e demonstrativa, financiar o assentamento de 15 mil famílias em quatro anos. De imediato esse programa foi rejeitado pelo MST e por setores da Confederação Nacional da Agricultura - Contag. Para o MST, o Programa Cédula da Terra é mais um programa, entre tantos outros, para confundir a população e não resolver o problema na essência, pois visava assentar 15 mil famílias num universo de 4,8 milhões de sem terras o que não traria nenhum impacto social. De acordo com Pereira (2013), a Contag através do seu dirigente Francisco Urbano, afirmou que a reforma agrária é uma política de estado que visa alterar a estrutura fundiária, criando um novo modelo de desenvolvimento e que esse programa era nitidamente um retrocesso no processo da reforma agrária.

A ofensiva das contrarreformas neoliberais e o combate aos movimentos sociais agrários foram intensificados com a reeleição de FHC para presidência da república que tomou duas iniciativas em relação a questão agrária: a primeira foi a criação do Novo Mundo Rural e a nova reforma agrária; a segunda foi a transformação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEPF (Ministério Extraordinário de Política Fundiária) em Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com estrutura operacional permanente compatível com qualquer outro ministério. Enquanto o Novo Mundo Rural tinha em sua natureza a perspectiva neoliberal no campo, o MDA teve entre as suas funções centralizar as políticas voltadas para os agricultores e assentados da reforma agrária, provocando forte concorrência entre os movimentos de luta pela reforma agrária.

Em síntese, foram seis diretrizes antirreforma agrária: A) verticalização e descentralização operacional da política de reforma agrária com a transferência de responsabilidades para estados e municípios na execução da política fundiária; B) terceirização e privatização de parte significativa das ações vinculadas ao programa de reforma agrária; C) aceleração da emancipação via titulação definitiva dos assentamentos de reforma agrária, na perspectiva de implantar exclusivamente as relações de mercado e consequentemente retirar as obrigações do estado para com as famílias assentadas; D) implantação de uma política de reforma agrária de natureza socialmente compensatória, contribuindo assim para não alterar as relações de produção capitalista no campo e nem limitar o seu desenvolvimento; E) repressão às

lutas dos sem terras, especialmente as ocupações dos latifúndios e aniquilação econômica do MST, obstaculizando o repasse de qualquer quantia em recursos financeiros para desempenho das suas atividades mesmo aquelas advindas da base social do movimento; F) implantação de forma sistemática do modelo de reforma agrária de mercado via Banco da Terra.

O modelo de reforma agrária de mercado desde as suas primeiras experiências no Brasil sofreu resistência dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, e com o Banco da Terra não foi diferente. De acordo com Pereira (2013), a aceleração da implantação do MRAM e a política de desqualificação e repressão aos movimentos sociais, obrigaram as organizações dos trabalhadores do campo a construir uma unidade na perspectiva de resistir e ao mesmo tempo derrotar a ofensiva neoliberal no campo, materializadas na mercantilização das políticas de acesso a terra. A expressão dessa unidade foi à criação do Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em 1988. A centralidade da luta desse fórum foi o combate aos programas de maior expressão do governo FHC, o Banco da Terra e a Cédula da Terra.

Entre as ações do Fórum se destacaram a solicitação, em 1988, ao Painel de Inspeção do Banco Mundial a avaliação do Programa Cédula da Terra, pois, esse programa tinha diversos limites, entre eles ser um programa prioritário e não complementar à política de reforma agrária, além disso, sequer tinha sido avaliado e já estava sendo ampliado através do Banco da Terra, revogando na prática o papel do estado em garantir a função social da terra, tendo em vista que as compras de terras estavam sendo realizadas em estados onde havia grandes extensões de terras desapropriáveis, premiando assim os grandes latifundiários.

Cita-se ainda a não participação popular no tocante ao desenvolvimento do programa que não atendia um dos objetivos fundamentais do programa, o chamado “alívio à pobreza no meio rural”. Segundo Pereira (2013), o fórum tinha como objetivo minar o projeto Cédula da Terra, aproveitando as suas contradições internas. Nesse sentido, o Fórum desenvolveu ações nacionais e principalmente internacionais com o objetivo de sensibilizar os governos europeus a apoiarem a iniciativa brasileira junto ao Painel de Inspeção. Concretamente, as iniciativas foram: denúncia ao Ministério Público Federal sobre a possibilidade de superfaturamento e corrupção na compra de terras e o envio de documentos para o BM relatando o descumprimento das próprias normas de funcionamento do programa, entre outros.

A solicitação feita pelo Fórum foi acatada pelo Painel de Inspeção que enviou representantes ao Brasil em 1999, porém, segundo Pereira (2013), esta inspeção foi questionada por estudiosos da questão tendo em vista que o coordenador pelo BM do programa Cédula da Terra acompanhou tal ins-

peção na condição de “intérprete da delegação”. Como era de se esperar, o Painel de Inspeção julgou improcedente os argumentos e a denúncia do Fórum e recomendou a não investigação sobre as irregularidades dos programas de reforma agrária de mercado.

Percebe-se uma clara aliança do BM com o então governo brasileiro que saiu fortalecido diante da posição do Painel de Inspeção. Mesmo com algumas derrotas, o Fórum pela Reforma Agrária foi o principal polo de resistência às políticas de reforma agrária de mercado implantada pelo BM e por FHC, colocando em xeque a continuidade desses programas. Das quatro experiências de reforma agrária de mercado nos governos FHC, duas se encerraram: o projeto Reforma Agrária Solidária em 1988 e a Cédula da Terra em 2002.

Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, os modelos de reforma agrária de mercado que se mantiveram foram o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. Nessa perspectiva o novo governo atuou da seguinte maneira: A) manteve o Programa Banco da Terra, com um novo nome (Consolidação da Agricultura Familiar) e com algumas reformulações; B) implementou de fato o projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural; C) criou um linha de financiamento para jovens agricultores comprarem terra; D) reformulou o Fundo de Terras a fim de fortalecê-lo.

De acordo com Pereira e Sauer (2006), a meta do governo Lula era comprar terra para assentar 130 mil famílias e desapropriar para mais 400 mil. Sem criminalizar os movimentos de luta pela reforma agrária, Lula teve apoio de todos eles e conseguiu operar uma espécie de acomodação para todos. Mas os movimentos contrários ao modelo de reforma agrária de mercado continuaram denunciando as irregularidades e forçando o Ministério do Desenvolvimento Agrário a fazer uma auditoria interna, ainda em 2003, onde se constatou várias irregularidades como o superfaturamento das áreas adquiridas e o não alcance das metas de assentamento. Diante desse conjunto de desvios os programas foram suspensos. De acordo com os autores, a suspensão dos programas não significou o rompimento do governo Lula com a política de reforma agrária de mercado, o que o governo fez foi mudar o nome para *Consolidação da Agricultura Familiar*, onde foram feitas algumas reformulações aumentando o subsídio embutido no crédito e mantendo a mesma lógica de financiamentos por parte dos trabalhadores sem terra e pequenos agricultores com relação aos “ativos fundiários”.

Uma breve avaliação do modelo de reforma agrária de mercado indica que não houve alteração da estrutura fundiária brasileira no sentido da democratização. Os imóveis utilizados para realizar os assentamentos estavam abandonados, não cumpriam a função social e eram, em sua maioria, médias propriedades, ou seja, a política de reforma agrária de mercado era

um presente aos latifundiários que viam nesses programas a possibilidade de evitar a desapropriação por interesse social. De acordo com Sauer e Pereira (2006), a taxa de analfabetismo nessas áreas era significativa e chegava a 37,7% e os que estudaram da 1ª a 4ª série somavam 47,1%.

Os programas de reforma agrária de mercado encontram adesão unitária no patronato rural brasileiro e em seus governos, pois esses programas tinham entre os seus objetivos desmobilizar a luta pela terra, combater os movimentos que lutam pela reforma agrária e privilegiar o latifúndio, seja pagando as terras com preços acima do mercado ou as protegendo das lutas dos movimentos sociais que poderiam exigir a desapropriação para fins de interesse social. De acordo com os autores, a retórica sobre o suposto “sucesso” da experiência brasileira referente à implantação desses programas não encontrou conexão com a realidade agrária do país, uma vez que não há informações claras sobre os reais impactos positivos para os trabalhadores/as, sem falar na alta taxa de inadimplência daqueles que não conseguiram quitar suas dívidas, principalmente os beneficiários do Banco da Terra.

A política de privatização dos assentamentos de reforma agrária no contexto do golpe parlamentar de 2016: outra via de mercantilização da reforma agrária

O golpe parlamentar articulado com o poder judiciário e com os grandes meios de comunicação, assessorados pelo imperialismo estadunidense provocou a deposição da então Presidenta Dilma Rousseff e implementou o *Projeto Uma Ponte Para o Futuro* que significou a restauração neoliberal no Brasil. O referido projeto foi a forma pela qual o neoliberalismo se apropriou do estado, na perspectiva de superar a sua crise de acumulação e nesse sentido, se instalou um processo de contrarreformas da legislação trabalhista e previdenciária, além do congelamento dos recursos da saúde, educação e da segurança pública, privatização de diversas áreas inclusive do pré-sal, destruição de ministérios que executavam políticas públicas de interesse social, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e subordinação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA à Casa Civil que tinha como principal chefe o latifundiário Elizeu Padilha.

Em relação ao campo, foi aprovada a lei N° 13.465/2017 com o objetivo de beneficiar os proprietários de terra através da regularização da grilagem de terras públicas e devolutas, fortalecer os poderes locais vinculados ao coronelismo subordinando o processo de seleção das famílias sem terra para serem assentadas e criar as condições para a reconcentração fundiária através da privatização dos assentamentos via a emissão da titulação definitiva.

Sobre os documentos emitidos pelo INCRA para as famílias assentadas, o Contrato de Concessão de Uso - CCU tem validade para os primeiros dez anos, ao vencer os assentados/as tem duas opções de título definitivo: 1) a Concessão do Direito Real de Uso - CDRU, neste caso a terra permanece pública e o estado continua com responsabilidades para com as famílias assentadas; 2) a emissão do Título de Domínio – TD que significa a privatização da terra, onde os assentados terão que pagar o Imposto Territorial Rural – ITR e a terra para o governo. Além disso, o estado se retira da condição de responsável pelas famílias assentadas e o mercado passa a regular totalmente as relações econômicas dessas famílias.

O TD é a opção orientada pelo Governo Federal, tendo em vista a necessidade de retirar as responsabilidades do governo para com os assentamentos, privatizar a terra, jogar os trabalhadores na “livre concorrência” com o agronegócio para acessar créditos, criar um banco de terras para a expansão do agronegócio em áreas de assentamentos e inviabilizar a organização das famílias assentadas, já que ideologicamente as saídas serão individuais e a condição de proprietário particular do lote o levará a “condição de grande proprietário”.

Considerações finais

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que reforma agrária de mercado promove o comércio de terras, mediante contratação de empréstimos, fazendo com que o camponês só detenha o controle efetivo de seu território, que na maioria das vezes está mal localizado e tem qualidade duvidosa, ao final do pagamento total das parcelas. Como afirma Pereira (2013, p. 20), “trata-se de uma relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiados pelo Estado, que fornece um subsídio maior ou menor conforme o caso”, ou seja, na reforma agrária de mercado, o campesinato se cria e se (re)cria através do capital.

Conclui-se, portanto, que o grande capital, que tem o Estado como ferramenta para instituir um conjunto de políticas para tratar da questão agrária, que incluem entre tantas outras, a desapropriação e a compra de terras, atua na perspectiva de descaracterizar o verdadeiro sentido da reforma agrária e das formas históricas de luta dos trabalhadores do campo, integrá-los ao mercado capitalista e impedir que a luta pela terra continue crescendo. Em contrapartida, as lutas por disputa de territórios, empunhada pela resistência camponesa, representa a luta pela ampliação do território camponês, ao mesmo tempo em que representa um obstáculo para a reprodução do capital que tem por característica, expulsar os camponeses de seus territórios e os separar de seu principal instrumento de trabalho, a terra. Neste

sentido, de acordo com Coca et al. (2014, p. 160;157), o campesinato “não se realiza enquanto classe social no território capitalista, mas busca alternativas para garantir a sua reprodução material”, pois “enfrentam a ordem vigente, questionam as políticas, discutem a aplicação do poder e buscam espacializar e territorializar suas relações”.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. M. Reforma e contra reforma agrária no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE LA SITUACIÓN AGRARIA MUNDIAL Y LA REFORMA AGRARIA DESDE LA PERSPECTIVA CAMPESINA, 2006, Bogotá. **Anais...** Bogotá: ILSA, jun. 2006.

COCA, E. L. F.; SANTOS, R. O. C.; ROCHA, H. F. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais. In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (Org.) **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILLE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MST. **Programa Agrário do MST** - Texto em construção para o VI congresso Nacional. Brasília: DF. 3. ed. Aprovado pela Coordenação Nacional do MST. set. 2014.

PEREIRA, J. M. M. A luta política em torno da implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado durante o Governo Cardoso. In: STEDILLE J. P. **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agraria na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.).

Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. História e legado de reforma agrária no Brasil. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAMOS FILHO, E. S. A geografia da reforma agrária e reforma agrária de mercado no nordeste brasileiro (1998-2006). In: CAMPOS, J. F. S.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (Org.) **Dataluta:** questão agrária e coletivo de pensamento. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

A MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E A MERCANTILIZAÇÃO DO HUMANO NO BRASIL

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
Armando Wilson Tafner Junior

Introdução

O agronegócio no Brasil está se expandindo por meio da produção extensiva latifundiária, necessária para atingir o objetivo principal do capital: a acumulação. Esta fronteira agropecuária está se direcionando para a Amazônia, proporcionando a concentração de terra. Quanto mais esta fronteira avança, maior passa a ser o grau de concentração fundiária, o que gera conflitos socioambientais, fazendo com que a terra passe a ser um palco de disputas entre camponeses e latifundiários.

O avanço das relações capitalistas no campo brasileiro, voltado para uma produção que é destinada ao mercado externo, fez com que fosse implementado um pensamento de controle sobre a terra por meio da propriedade privada, sendo que a maior parte da população brasileira é impedida de ter o acesso à terra.

Historicamente, o Brasil é voltado à exportação de matéria-prima; desde os primórdios de sua colonização. Esta imposição, promoveu não só a mercantilização da terra, como a mercantilização do humano, fazendo com que a população camponesa, quase sempre, tenha que organizar a resistência (muitas vezes acaba por sucumbir) diante dos interesses dos proprietários de latifúndios, que utiliza a terra como meio de alcançar o lucro – atendendo o modelo posto pelo agronegócio – e não como fim de sobrevivência, - valor de uso – que o camponês impõe sobre a terra.

Mercantilização da Terra

A propriedade privada da terra no Brasil, foi firmada pela Lei de Terras de 1850. Porém, antes deste período, as terras eram “distribuídas” por sesmarias, que eram concessões de porções de terras de tamanho significativo. Embora as sesmarias tenham sido colocadas como um instrumento inadequado, o período sesmarial não pode ser colocado como o causador da desigualdade territorial do Brasil. Antes da Lei de Terras, ainda havia grandes extensões de terras devolutas, que serviam ao posseiro como valor de uso. Ainda não estava posta a relação capital e terra como passou a ser apresentada à sociedade, após a promulgação de Lei de Terras de 1850 (SILVA, 2008).

A concessão de terras, por meio das sesmarias, teve seu fim em 1822 com a Independência do Brasil. A Coroa portuguesa já não tinha mais o domínio das terras brasileiras. No período pós-independência até a promulgação da Lei de Terras, 1822 a 1850, a aquisição de terras por meio da ocupação e posse, passou a ser a forma mais objetiva de se obter terras (SILVA, 2008).

Com essa lacuna jurídica, surge a necessidade de uma lei que ordenasse a forma de posse da terra. A Lei de Terras em 1850, estabeleceu a propriedade privada da terra. A terra passou a ter valor de mercado (valor de troca) e o pressuposto legal real da exclusão. A forma de (re)produção do Capital, é alterada por essa lei, pois no período anterior a esta lei, a circulação de Capital estava fadada ao modelo de exploração do trabalho escravo e não na propriedade privada da terra.

Por representar renda capitalizada, os escravos se constituem no bem de maior valor dos senhores, o que não dispensa a necessidade de controle sobre a terra, o real meio de produção. Com isso, ela se mantém refém desse grupo, cujo prestígio já lhe assegurava a concessão das cartas de sesmarias (PAULINO, 2006, p. 66).

Cabe aqui o esclarecimento de que a (re)produção do Capital ainda não estava sendo executada da mesma forma que o sistema capitalista contemporâneo apresenta-se atualmente. Era ainda baseada no trabalho escravo e não no trabalho assalariado.

Devido a esta forma de (re)produção do Capital, a Inglaterra, com o intuito de viabilizar a expansão das instituições capitalistas, por todo o globo, passa a defender o fim do trabalho escravo no Brasil, pois dessa forma, a oferta de mão de obra aumentaria, assim como o mercado consumidor.

Com o fim do trabalho escravo, o parâmetro de acumulação mudou. Durante a vigência da escravidão, a riqueza do indivíduo era mensurada pelo número de escravos que possuía. Após a Lei de Terras em 1850 e a abolição da escravidão em 1888, a riqueza passa a ser mensurada pela quantidade de terra acumulada. Passa-se a ter acesso a terra somente quem puder pagar por ela (uma espécie de Lei de Cercamento brasileira, aos mesmos moldes da que ocorreu na Europa Ocidental durante a implementação do Mercantilismo). A compra passa a ser a única maneira de se obter acesso a propriedade da terra. É aqui que a terra torna-se uma mercadoria, expondo uma contradição do Capital, já que a terra não é oriunda de nenhuma forma de trabalho humano, que é necessário às outras mercadorias (re)produzidas pelo sistema capitalista.

No momento em que se institucionaliza a propriedade privada da terra e esta se torna produtora de mercadorias, os respectivos lotes isolados também se transformam em mercadorias. Como os meios de produção se transformaram em capital, por outro lado, nada impede que também se veja na terra uma forma de capital. Só que a terra não é nada disso. Por mais que se chame a terra de capital, seu proprietário não se torna com isso mais rico, nem mesmo um só centavo. Sua propriedade fundiária se transformou. De fato, em mercadoria à qual se atribui certo preço e certo valor de mercado. Este, no entanto, é regido por outras leis bem diferentes das que regem o valor normal das mercadorias. Fato é que a terra não é produto resultante de trabalho humano; seu preço não é determinado, pois, pelo trabalho necessário à sua confecção, nem pelos respectivos custos de produção. Ele é determinado pela renda fundiária. Na sociedade capitalista o valor de uma terra ou de uma propriedade agrícola se equipara ao valor de um capital que produz um juro equivalente à respectiva *renda fundiária*. A dimensão desse capital representa o valor de mercado da terra em consideração. Este, por sua vez, é determinado, por um lado, pelo montante de renda fundiária, e, por outro, pelo valor da taxa de juros vigente no país (KAUTSKY, 1998, p. 121-122).

Na perspectiva marxista, algo que não tenha trabalho não pode ter valor, mas ainda que a terra não tenha valor, após a promulgação da Lei de Terras em 1850, ela passa a ter preço, que passa a ser balizado pelo quanto ela pode render monetariamente ao seu proprietário, de acordo com projeções futuras aplicadas à taxa de juros vigente.

O preço da terra no modo capitalista de produção (para os proprietários da terra e para os capitalistas) aparece, portanto, como juro de capital, e por conseguinte, o direito à renda. Por isso o preço da terra é regulado, de um lado pelo montante da renda da terra, e do outro, pela taxa média de juro no mercado de capitais. Desta maneira, o preço da terra varia com as oscilações da taxa de juro no mercado de capitais. Quando esta taxa sobe, o preço da terra baixa, quando contrário, a taxa baixa, o preço da terra eleva-se (OLIVEIRA, 1975. p. 63).

O Capitalismo fez da terra uma propriedade privada, tornando-a uma mercadoria, colocando-a em uma prateleira bem alta, onde poucos alcançam. A terra para o capitalista tem serventia diferente à forma com que o

camponês pensa a mesma. O primeiro utiliza para explorar o trabalho do outro e o segundo para trabalhar na terra (MARTINS, 1999). Está estabelecido aqui o conflito, baseado no pensamento diferente de uso da terra.

Porém, a mercadoria terra, comporta-se de forma diferente de outras mercadorias, pois a mesma não pode ser reproduzida, ao contrário das outras mercadorias pertencentes ao sistema capitalista.

A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode até ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (MARTINS, 1981 p. 159-160).

Dessa forma, a terra, a partir do século XIX, no Brasil, passou a servir a somente uma parte da população.

É que, a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas (MARTINS, 1999, p. 76)

A relação entre o Estado e o latifundiário, acabou por tornar-se um tanto quanto promíscua. Passou-se a ter uma dificuldade de se perceber até onde iriam as ações do Estado e até onde iriam as ações do Capital. Tais questões, por muitas vezes se misturavam (e ainda se misturam) devido aos interesses afins, sendo que muitas vezes esses latifundiários, donos do capital, eram quem ocupavam os cargos políticos. Para tanto, a Lei de Terras veio servir como um bloqueio ao acesso a terra. Somente uma classe poderia ter acesso às terras, a capitalista; a classe trabalhadora passava a ser impedida de ter a posse da terra, por não ter poder de compra.

O Estado passou a assegurar o financiamento da mão de obra estrangeira para suprir a ausência de trabalho escravo e, junto a isso, a terra teve seu preço aumentado, para que os trabalhadores não conseguissem acesso a terra, pois chegavam (migrantes) e estavam (escravos) desprovidos de tudo.

Consideramos ser esse o momento da definição da questão agrária, tal qual a percebemos hoje, pois a referida Lei [de Terras] é portadora de uma dada concepção de controle e gestão do país que, em última instância, apresenta desdobramentos nas diversas esferas da sociedade, seja política, jurídica ou econômica. Ao preconizar a transformação da terra em mercadoria, sendo artificialmente elevados seus preços, busca-se não apenas ordenar a apropriação fundiária a partir de uma orientação concentracionista, mas, sobretudo persegue-se a subjugação da força de trabalho em favor de uma classe numericamente inexpressiva, mas politicamente hegemônica. Com esse projeto, o Brasil se vê mergulhado em uma teia de relações em que são profundamente cercadas as possibilidades de desenvolvimento efetivo, já que grande parte da população será atirada a uma situação limite entre inclusão precária, via venda de força de trabalho e exclusão absoluta, sempre que não houver empregos disponíveis (PAULINO, 2006, p. 56).

A Lei de Terras, coloca a terra como ponto central do desenvolvimento capitalista brasileiro (FERNANDES, 1981). Tal modelo não corresponde ao movimento deste sistema nos países desenvolvidos, onde os bens de capital são o centro da (re)produção capitalista.

A Mercantilização do Humano

O Capital promotor do “progresso” estabeleceu novas relações sociais no campo. Aqui trataremos de uma outra mercadoria peculiar, que passou a ser tratada com mercadoria de fato, por não ter acesso a terra: a mercadoria ser humano.

A concepção de progresso que se impõe ao campo, promovida pela agricultura mecanizada, moderna, trouxe em seu bojo o atraso nas relações sociais. Na agricultura “moderna”, o mesmo está associado ao capital que possibilita o acesso à tecnologia de informação, de máquinas e equipamentos que aumentam a produtividade e o lucro.

O ideal de progresso esteve presente na formação de cidades decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola, resultado de políticas públicas que viabilizaram a alteração das atividades agrícolas no período posterior ao ano de 1970. Os espaços modificados pela ação do modelo de ocupação iniciado em 1970, mostram que em muitos casos a modernização, implementada de forma excludente, instalou-se no Brasil, por meio do capital estrangeiro (IANNI, 1979).

Há uma ideia geral de “marcha do progresso” em meio a expansão da fronteira agropecuária. Marcha que de acordo com a premissa subjacente ao discurso só foi possível devido à substituição do “atrasado” pelo “moderno”. A concepção de progresso, portanto, parece exibir um modelo vencedor.

A contemporaneidade que se impôs ao campo no Brasil, amparada pelo discurso de progresso se opõe às preocupações ambientais, porque é excludente e concentra capital e meios de produção. É preciso lembrar que estas consequências não são uma distorção, mas fazem parte da essência, da natureza do capitalismo.

Neste modelo, o trabalhador que não teve acesso à propriedade rural, mas se manteve no campo em trabalhos degradantes, tais como os realizados na produção latifundiária extensiva, tendo que conviver com o medo de perder o trabalho na lavoura, que se constitui em fonte de sustento, e temendo por engrossarem o contingente de “vidas desperdiçadas”¹ (BAUMAN, 2005).

Para Bauman, o projeto de modernidade culminou em descarte de pessoas, criando seres humanos redundantes “[...] é o horrível espectro do descartável – da redundância, do abandono, da rejeição, da exclusão, do desgaste – que nos faz buscar a segurança num abraço humano.” (Bauman, 2005, p. 161).

Aos trabalhadores empregados em atividades ligadas ao agronegócio, apresenta-se a realidade do medo de ser substituído pela máquina. Entendemos que os debates em torno da mecanização da lavoura são falaciosos, por exemplo, a afirmação de que foram as medidas legais que provocaram o desemprego desses trabalhadores, quando, na prática a própria dinâmica do desenvolvimento do capital promove a substituição paulatina dos seres humanos por máquinas.

Este debate remonta à década de 1970. Em estudo realizado no ano de 1978, Lopes ao tratar da realidade do trabalho nas usinas de álcool e açúcar já apontava situação análoga:

Cercados de todos os lados de trabalhadores rurais – eles próprios em situação de superpopulação relativa –, os quais potencialmente podem substituir parte da mão-de-obra industrial através de sua passagem pela trajetória social que leva à usina, os operários denotam, seja explicitamente ao nível do discurso, seja indiretamente através de sua prática cotidiana, de suas atitudes, o medo interiorizado do desemprego. Esse

¹ Termo criado por Bauman que deu origem ao livro de mesmo nome, que traz algumas reflexões acerca do projeto de modernidade que culminou em intensa produção de mercadorias que são facilmente descartáveis.

desemprego interiorizado está embutido em atitudes aparentemente contraditórias, como a atenuação do seu discurso sobre as más condições de trabalho para melhor ressaltar a insuficiência do salário, e, ainda mais, como a estranha preferência pela longa jornada de trabalho acompanhada da desconfiança por uma redução da jornada mesmo a salário igual (LOPES, 1978, p. 156).

Esse período apontado por Lopes, posterior ao ano de 1975, sobretudo a partir da criação do Proálcool e da expansão da lavoura canavieira, foi o momento em que foi iniciada a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico. Desde o início do capitalismo industrial (revolução industrial) a máquina pouco a pouco passou a impor o ritmo de trabalho na fábrica, questões discutidas inclusive pelo cinema em filmes como “Metrópolis” e “Tempos Modernos”. Autores da Sociologia Rural também se preocuparam com tais discussões,

Empresas como a Dedini, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras ou guincho mecânicos (MORAES SILVA, 1999, p. 307).

O projeto de desenvolvimento encaminhado no Brasil, especialmente no campo, deveria trazer em seu bojo a pluriatividade, considerada uma forma avançada de desenvolvimento rural, e decisiva na redução da pobreza nos países desenvolvidos, entretanto, essa não foi a rota seguida para a superação dos problemas enfrentados pelo desenvolvimento rural na maioria das regiões brasileiras onde as atividades não agrícolas vêm ampliando seu espaço no campo nas últimas décadas (KAGEYAMA, 2008). Cada vez mais, aumenta a ocorrência da presença no campo de um número maior de trabalhadores que residem nas cidades, que aumenta constantemente, o que caracteriza um quadro no qual “rural não-agrícola” e o “agrícola-urbano” (trabalhadores agrícolas com residência urbana) são possivelmente as novas categorias que deverão ser conceituadas e descritas para entender o desenvolvimento rural no Brasil.

É verdade que tais categorias já existem há algum tempo – a explosão do fenômeno do bóia-fria residente nas periferias urbanas data das décadas de 1960 e 1970 – mas a novidade é a sua magnitude, passando a predominar, em algumas regiões, em relação às formas tradicionais do agrícola-rural e não-agrícola urbano. O aspecto marcante do rural não agrí-

cola brasileiro, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e precariedade das ocupações não agrícolas (KAGEYAMA, 2008, p. 212).

Há uma situação também perversa, que aflige o trabalhador do campo: o desemprego, que se estabeleceu no meio rural, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, e que foi intensificado no início da década de 1990. As consequências desse processo podem ser notadas na presença de peões-de-trecho, andarilhos e homens alcoolizados, tanto em áreas de expansão da fronteira agrícola do território, quanto nas cidades que circundam esta área de expansão. Esses territórios, conceituados por Martins como frente de expansão constituem-se em:

[...] lugar do estranho e do chegante, tem sido um cenário de encontro de pessoas sem identidade, muitas vezes sem nome e sem família [...]. Milhares de homens, sobretudo jovens, têm chegado para trabalhar no desmatamento e na formação de novas pastagens. São os chamados peões, na maioria submetidos à escravidão por dívida. *Peão* [...] designa o homem sem eira nem beira, sem vínculo de família, abandonado, que se sente desobrigado de observar a moral e os bons “costumes”. (MARTINS, 1998, p. 705).

A precarização do trabalho dessas pessoas que vivem na tênue fronteira entre empregado e “descartável”, leva a colocarem seus corpos no limite da exaustão para que seja garantido um salário minimamente digno e ganhe aceitação dos proprietários de terras. Moraes Silva tratou da necessidade de produção diária imposta ao trabalhador:

[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. [...] os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade [...] (MORAES SILVA, 1999, p. 202).

Aos trabalhadores que permanecem no campo, resta a flexibilização da força de trabalho. Estes passam a ser os “Severinos” retratados pela poesia de João Cabral de Melo Neto (1972, p. 70-72):

E se somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
Morremos de morte igual,
Mesma morte Severina:

Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte,
De fome um pouco por dia
(De fraqueza e de doença
É que a morte severina
Ataca em qualquer idade, e
E até gente não nascida).
Somos muitos severinos
Iguais em tudo e na sina:
A de abrandar estas pedras
Suando-se muito em cima,
A de tentar despertar
Terra sempre mais extinta,
A de querer arrancar
Algum roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
Melhor Vossas Senhorias
E melhor possam seguir
A história de minha vida,
Passo a ser o Severino
Que em vossa presença emigra.

A mecanização total das propriedades agrícolas extensivas latifundiárias só não ocorreu ainda com maior intensidade, porque em muitos casos o terreno não é propício para o emprego da máquina. Com a mecanização imposta pelo modelo apresentado pelo agronegócio, a labuta direcionada ao trabalhador passa a ser cada vez mais penosa. Só há trabalho onde a máquina não pode chegar; e é para lá que se direciona o humano (MENDONÇA, 2005).

A itinerância desses trabalhadores pode ser percebida como resultante de uma construção histórica do Brasil que legou desemprego, exclusão, devolução de migrantes, transformação de trabalhadores em migrantes itinerantes, superexploração da força de trabalho e condições subumanas de moradia e habitação. Tratar da inserção de máquinas no cultivo agrícola da região central do Brasil, é importante para dar visibilidade a uma construção histórica, portanto temporal que paulatinamente alteraram as possibilidades do trabalhador rural manter suas condições de existência, via que historicamente foi desterritorializado e contemporaneamente teve sua força de trabalho substituída.

Não mais acordavam nas madrugadas escuras para ouvir o chilrear sonolento dos primeiros pássaros, ou o vento matinal

soprar em torno da casa, enquanto aguardavam os primeiros clarões à luz dos quais deveriam rumar para os campos amados. Tudo isso tinha sido esquecido, e as colheitas eram calculadas em dólares, e as terras eram avaliadas pelo capital mais juros, e as terras eram compradas e vendidas, antes mesmo que tivessem sido plantadas. Então as colheitas fracassavam e secas e inundações não mais significavam pequenas mortes em meio à vida geral, mas apenas perda de dinheiro. E todos os seus amores eram medidos a dinheiro, e toda a sua impetuosidade se diluía à medida que seu poder crescia, até que finalmente eles nem mais eram fazendeiros ou sitiantes, mas apenas homens de negócios, pequenos industriais, que tinham que vender para poder obter qualquer coisa. E os fazendeiros que não eram bons negociantes perdiam suas terras para os que eram bons negociantes. Não importava quão trabalhador e diligente um homem era, e o quanto amava a terra e tudo o que nela crescia, desde que não fosse também um bom negociante. E com o tempo os bons negociantes apropriavam-se de todas as terras, e as fazendas iam aumentando de tamanho, ao mesmo tempo que diminuía em quantidade (STEINBECK, 1979, p. 6).

A problemática da desterritorialização humana, tratada pela literatura, mas também por outras formas de narrativas, tais como a geográfica, motiva o debate contra a cultura do capital que impõe aos seres humanos a perda de suas condições de existência. É preciso que se diga a exaustão que uma sociedade que coloca em xeque a diversidade que compõe o humano, afirmando que tal situação não lhe diz respeito, deve ser combatida, constituindo uma resistência imprescindível à todas as questões de exclusão que a presente escrita buscou dar visibilidade.

Considerações Finais

A estrutura agrária no Brasil apresenta-se como uma questão contraditória, onde processo contra-hegêmonicos, implementados por camponeses, resistem e combatem o avanço da fronteira de expansão agropecuária, negando a mercantilização da terra.

Tal estrutura, firmada no desenvolvimento das instituições capitalistas, que promovem a desigualdade, tendo como condição a exclusão social, passa-se também a mercantilizar o humano. Já antes da Lei de Terras de 1850, devido ao tráfico negreiro, era nítido tal percepção. Após a abolição, os escravos passaram a não querer trabalhar mais em seu cativeiro. Foram substituídos pelos migrantes. O exército de reserva de trabalhadores, con-

dição para a existência do Capitalismo, estava com a sua prateleira cheia e diversificada.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

_____. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História lenta**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MENDONÇA, S. R. **Estado Brasileiro: Agências e agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

NETO, J. C. M. **Morte e Vida Severina: E outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAULINO, E. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

SILVA, L. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de terras de 1850**. Campinas: Unicamp, 2008.

STEINBECK, J. **As Vinhas da Ira**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DEMOFOBIA E CRIMINALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES

Alair Suzeti da Silveira

Este pequeno artigo tem como objetivo analisar o processo de criminalização das organizações coletivas dos trabalhadores em geral, e dos brasileiros em particular. Para tanto, está estruturado de maneira a recuperar os fundamentos das relações classistas antagônicas entre capital e trabalho, em decorrência dos quais a criminalização da política organizada dos trabalhadores é sistematicamente revitalizada. Na sequência, analisa as repercussões e dimensões latino-americanas, tendo em consideração mais particularmente o Brasil. Ao final, reflete sobre o revigoramento neoliberal em tempos neofascistas.

Os fundamentos histórico-estruturais

A inauguração da *'Era do Globalismo'*, como nomeou Octávio Ianni (1996), representou mais do que um processo contraditório de integração e fragmentação, homogeneização e diferenciação. Ele representou, também, a construção do *'mito da globalização'* (THOMPSON; HIRST, 1998) que permite ao capital conter a atuação social através da crença nos movimentos avassaladores de um mercado mundial ingovernável.

Sob a égide da *transnacionalidade* das empresas e da *mundialização* do capital (sob a qual as mercadorias transitam livres de fronteiras estatais impenetráveis da livre circulação), e da “concorrência imperfeita” de grupos monopolísticos e/ou oligopolísticos, o Estado-nação precisa parecer uma instituição superada e desnecessária à dinâmica das relações mercantis e à representação política da vontade coletiva das sociedades nacionais.

Assim, esvaziado de sua essência política e de seu poder diretivo (para o qual convergem as demandas coletivas), o Estado *parece* condenado à inoperância e à ineficácia representativa, pois *parece* subtraído de poder por parte de “*forças transnacionais avassaladoras*”. Vítima de forças que, *aparentemente*, não tem rosto ou identidade, o Estado parece sucumbir ao mercado mundial.

Há, contudo, uma diferença fundamental entre a aparência e a essência das coisas, como há muito tempo alertara Karl Marx. Afinal, nem o mercado é uma força sobre-humana movida por um sistema sem identidades corporativas, nem o Estado foi reduzido a um Poder meramente funcional, legal e administrativo a serviço de forças externas indomáveis.

Não por acaso, o mesmo discurso da inexorabilidade do mercado globalizado e do livre trânsito do capital e das mercadorias é o mesmo que silencia sobre as crises que promove e os imigrantes e refugiados que produz. Afinal, a mesma globalização que prega a liberdade de trânsito é aquela que constrói muros, recupera a intolerância religiosa e promove o nacionalismo xenófobo. Nesse universo crescente de excluídos, os trabalhadores constituem a totalidade das partes.

Se esse é o contexto mais geral desses tempos contemporâneos sombrios, a criminalização dos trabalhadores é histórica. E evoluiu da criminalização do trabalhador desempregado, acusado de “*vagabundagem*”, para a criminalização das organizações coletivas.

Dessa maneira, com o desenvolvimento das relações capitalistas de trabalho, a caracterização das reivindicações sociais como atentado à ordem pública e, portanto, como caso de polícia, atravessa a história mundial. Entretanto, o tratamento policial para questões sociais é muito mais comum nos países capitalistas periféricos¹, nos quais a extração de mais-valia é mais intensa e, na mesma proporção, intensifica a opressão social e a repressão policial dos trabalhadores.

Diferente das outras mercadorias que o capital explora e fetichiza, a força de trabalho vende o seu tempo de trabalho, mas não vende a si mesma. Por isso, o capital captura - no processo de trabalho - mais valor do que paga, porém, não captura a capacidade dos trabalhadores de pensarem sobre as relações nas quais estão imersos. E em que pesem todos os esforços diuturnos que o capital emprega no intuito de capturar, também, a consciência dos trabalhadores, impedindo-lhes de refletirem criticamente sobre as relações sociais em geral e de trabalho em particular, todo esse esforço capitalista através da mídia, da escola, da religião, da família e, principalmente, do Estado, não alcança integralmente seus objetivos. Por isso, o capital enfrenta, constantemente, em maior ou menor medida, resistências coletivas por parte de trabalhadores organizados.

No longo processo de resistência, marcado por lutas dentro e contra a ordem social do capital, os trabalhadores conquistaram, também, o direito à participação política nos processos eleitorais. Compreenderam, a partir da experiência prática, que não bastava ter o direito ao voto, mas que era necessário intervir politicamente a partir das suas próprias organizações coletivas: sindicatos, movimentos sociais e populares e partidos políticos.

¹ As relações desiguais e combinadas do desenvolvimento capitalista dispõem de uma consistente bibliografia, dentre as quais se destacam análises sobre neocolonialidade, dependência, novo imperialismo e Divisão Internacional do Trabalho. Cito, dentre eles: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970); Carlos Eduardo Martins (2011); Jaime Osório et al. (2012); Virgínia Fontes (2010); Aníbal Quijano (2005).

Esse aprendizado classista reflete um grande avanço para a consciência coletiva dos trabalhadores, embora não assegure um processo evolutivo da consciência de classe, pois essa é descontínua e contraditória. De qualquer forma, essa compreensão representou – e representa – um enorme problema para os interesses do capital, pois lhe demanda conviver com a ‘ameaça’ permanente dos resultados eleitorais, já que a descontinuidade do processo de consciência classista transforma-se, também, em um problema contínuo para os interesses do capital.

Com sagazmente observou Thais Florêncio de Aguiar, no seu premiado livro intitulado *Demofobia e Demofilia* (2015, p. 20), a demofobia constitui-se na “*teoria acerca da democracia [que] nutre-se do medo das massas*”. Isto é, medo do sujeito coletivo que, ao conquistar o direito à participação eleitoral (que, por sua quantidade, pode determinar resultados eleitorais), comparece nos estudos de muitos teóricos como um sujeito “*ingovernável*” e “*impaciente*” – que no caso do povo francês, vive “*sob a cultura das insurreições*” – que ao final é incapaz de se autogovernar (AGUIAR, 2015, p. 26).

O “*medo das massas*” nos regimes democráticos não se restringe aos processos eleitorais, mas, ao medo visceral de que as massas não-proprietárias se insurjam, **através das urnas ou fora delas**, à ordem social que determina a divisão entre proprietários e não-proprietários. O medo, nesse caso, é a expressão do reconhecimento - por parte dos proprietários - da injustiça social que organiza a ordem que lhes favorece².

O medo das massas, portanto, está diretamente relacionado ao tamanho da expropriação crescente da classe trabalhadora pelo capital. David Harvey (2010), amparado em Karl Marx, alerta para novas formas de acumulação contemporâneas, que embora não inaugurem mecanismos propriamente inovadores, reconfiguram a expropriação e a acumulação capitalista.

De acordo com Harvey (2010), a acumulação por despossessão (ou espoliação) reflete os movimentos mais destrutivos e socialmente excludentes do capital em relação aos trabalhadores e à natureza. Sob a predominância da financeirização da economia e da vida social, a natureza torna-se cada vez mais mercadificada, os camponeses perdem suas terras para os bancos, trabalhadores tornam-se escravos por dívidas, os estatutos protetivos das relações de trabalho regredem assustadoramente, os fundos de pensão e o sistema de capitalização transformam trabalhadores em especuladores financeiros, e o Estado retorna à condição de “*comitê de negócios da burguesia*”, conforme identificava Marx em meados do século XVII³.

² Alexis de Tocqueville (1805-1859) e outros pensadores alertavam sobre os riscos de a democracia converter-se na “*tiranía da maioria*”.

³ Além desses instrumentos de despossessão, acrescenta-se a biopirataria, o patenteamento e licenciamento de material genético e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).

A acumulação por despossessão articula-se tanto com a implantação do neoliberalismo (que em nome do déficit público desmonta o Estado Social e transforma a privatização e a iniciativa privada em única solução societária) quanto com a cultura pós-moderna, que em nome da liberdade e da emoção individual, rejeita a política e a organização coletiva, e, conseqüentemente, promove o mosaico explicativo, a relatividade, o fugaz e o imagético. Trata-se aqui de combinar os movimentos macroeconômicos de despossessão econômica com o amoldamento da consciência individual às volatilidades da vida cotidiana, que tenta transformar discursivamente a insegurança e a instabilidade social em *glamour* pessoal de empreendedores inquietos e criativos.

Essa combinação perversa que envolve a vida e a consciência dos trabalhadores não se completa se não considerarmos a devastação que a derrocada do Muro de Berlim não somente metamorfoseou ‘socialistas’ em capitalistas, mas provocou a orfandade política quanto à crença na viabilidade de um projeto alternativo ao capitalismo. A essa devastação ideológica, acrescenta-se a reestruturação produtiva e suas conseqüências perversas para a sobrevivência material e subjetiva dos trabalhadores.

Esses vários movimentos combinados produziram – e produzem – não apenas um trabalhador predominantemente instável e precarizado, avesso às organizações coletivas e à política, mas, também, um trabalhador que resiste em se reconhecer como classe. E, por isso mesmo, muitas vezes compactua com o projeto societário neoliberal que acusa – e criminaliza – a organização coletiva dos trabalhadores como aquela responsável pelas crises do capital.

O contexto histórico latino-americano da criminalização e da resistência

A criminalização contumaz da organização política dos trabalhadores relaciona-se, especialmente na América Latina, com a especificidade da conformação das classes fundamentais, conjugada ao protagonismo do Estado para o desenvolvimento capitalista na região. Conseqüentemente, as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista foram forjadas com a intervenção política e econômica do Estado. Essa particularidade latina produziu não somente experiências políticas populistas, lideradas por caudilhos “*que eram pouco mais que agrupamentos das oligarquias, não obstante a presença de rótulos ideológicos associados com os tópicos do papel da Igreja e do federalismo*” (BAQUERO, 2000, p. 55), mas, também, a industrialização sob o chamado modelo substitutivo das importações capitaneada pelo Estado.

Dessa maneira, promovendo a indústria nacional no pós-Crise de 1929 e, depois, durante a II Guerra Mundial, os países latino-americanos combinaram três movimentos: de industrialização (com papel decisivo do Estado); de expansão do sufrágio eleitoral (com a inclusão de eleitores-trabalhadores); e de constituição das classes fundamentais (capital e trabalho), a partir da intervenção concreta do Estado na economia e na política, especialmente através do chamado *Estado de Compromisso*, segundo definição clássica de Francisco Weffort (1986).

Essa combinação mediada pelo *Estado de Compromisso* não significou, entretanto, qualquer atenuação entre interesses classistas antagônicos. Porém, diz muito sobre o processo de conformação do imaginário social.

E, nesse sentido, é preciso recuperar o processo de formação do operariado urbano na dinâmica de industrialização dos países latinos. O operariado urbano que se constituiu, formou-se a partir das relações pessoalizadas vigentes no campo. Assim, os trabalhadores - expulsos do campo e/ou seduzidos pelo emprego industrial urbano - carregavam consigo os valores e as experiências rurais, o que significa compreender que seus parâmetros relacionais eram de compadrio e não de contratos capitalistas impessoais. Se esses referentes conviviais agradavam ao populismo estatal e aos patrões, a consciência dos trabalhadores era disputada por anarquistas e imigrantes sindicalistas, no sentido de construir um referencial societário de luta e de resistência coletiva.

Nesse sentido, o contexto histórico de constituição do operariado urbano e as experiências populistas na América Latina se articulam e se combinam. De um lado, um trabalhador rural que se transforma em trabalhar urbano com referências conviviais camponesas; e, de outro, os líderes populistas que refletem a tutela política, econômica e social dos trabalhadores diante das 'oligarquias' rurais e urbanas. Importa registrar que o populismo - dentre outras coisas - caracteriza-se pela tutela dos trabalhadores e pela perseguição às suas formas autônomas de organização e luta.

Quando, entretanto, no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana (1959), a contenção política dos trabalhadores realizada pelo populismo não conseguiu mais segurar os trabalhadores através da tutela estatal, a alternativa militar foi a opção do capital para o silenciamento social. E, na esteira do Brasil (1964), as ditaduras militares foram sendo instituídas na região latino-americana, à exceção do México e da Venezuela.

A indissociabilidade prática entre a economia e a política revela o quanto o amoldamento da consciência dos trabalhadores é necessário para o avanço da concentração e centralização do capital. Nesse sentido, os países latinos sob o jugo das botinas e das baionetas valeram-se da repressão aberta como forma de fazer política de contenção, porém, a força não constrói

legitimidade e, muito menos, hegemonia.

As consequências dialéticas desse processo histórico é que ao mesmo tempo em que a economia acompanhou os ritmos combinados e desiguais do desenvolvimento econômico dos países centrais, gerando crescimento através de endividamento externo, mas, também, de aprofundamento da concentração de renda; do ponto de vista da política, foi desvelando o caráter de classe do Estado e promovendo a reorganização coletiva dos trabalhadores.

Não somente a redemocratização foi sendo extraída dos enfrentamentos sociais, mas formas alternativas de organização foram sendo geradas, permitindo a emergência de coletivos sindicais contrapostos aos sindicatos tutelados pelo Estado (caso do “*Novo Sindicalismo*” no Brasil) como novos movimentos sociais e populares capazes de introduzir na seara da resistência coletiva a articulação entre experiências e saberes diversos.

Em muitos países latinos, os primeiros dezoito anos do século XXI foram marcados por experiências governativas consideradas progressistas, representativos de uma aposta social de resistência institucional através de líderes e/ou partidos identificados por muitos trabalhadores como anti-neoliberais⁴.

Desta maneira, após a chamada “*onda rosa*”⁵, marcada por governos progressistas na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, a América Latina retoma, pela via eleitoral, governos que além da contração democrática própria do projeto societário neoliberal, também têm pouco – ou nenhum - apreço pelo regime democrático. O Brasil, lamentavelmente, é o precursor latino do século XXI de Poderes que retiram da legalidade eleitoral a autoridade para pôr em xeque o próprio regime democrático e a Constituição que lhe sustenta.

O Brasil no contexto das lutas e das resistências

A peculiaridade brasileira (para além de ter sido o último país a abolir a escravidão nas Américas) assenta-se no fato de que do ponto de vista objetivo das relações sociais, a classe dominante não superou ideologicamente as relações de trabalho escravocratas e, portanto, considera como ilegítima⁶

⁴ Alguns estudiosos consideram essas experiências como pós-neoliberais. Essa caracterização, entretanto, não goza de ampla aceitação, na medida em que a análise de muitos desses governos demonstra que não houve uma ruptura com o projeto societário neoliberal, mas, como definia István Mészáros (2011), uma atuação na “*linha da menor resistência ao capital*”.

⁵ Em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos (REBELA), desenvolvi a análise da chamada “onda rosa” e das razões do seu fim: **América Latina: o ocaso da esperança? Brasil em evidência** (2016).

⁶ A diferenciação fundamental entre legalidade e legitimidade assenta-se em Max Weber (1991).

a luta dos trabalhadores organizados, apesar de ter sido forçada a consagrar, legalmente, direitos trabalhistas e sociais.

Esse reconhecimento legal, entretanto, não superou a percepção da classe dominante quanto à legitimidade dessas conquistas e, principalmente, do sujeito de direito individual e/ou coletivo. Para o capital, o sujeito individual de direito constitui-se em um “*custo oneroso*”⁷ e “*injusto*” que obstaculiza o desenvolvimento econômico nacional. **O sujeito coletivo de direito**, por sua vez, não é somente um sujeito ilegítimo, mas transgressor reincidente da ordem social estabelecida.

Como a dialética materialista é um processo inesgotável em permanente disputa, a associação identitária no imaginário social não é uma prerrogativa da classe dominante, embora essa tenha os recursos materiais capazes de fazer prevalecer a visão de mundo que lhes interessa. Consequentemente, a percepção da classe dominante quanto aos trabalhadores como sujeitos “*sem direitos*” tem que enfrentar a autopercepção dos trabalhadores como sujeitos “*de direitos*”.

E na inevitável disputa pelo imaginário social, em plena ditadura militar, os trabalhadores brasileiros não somente reconheceram seu pertencimento de classe, mas, construíram organizações coletivas para lutar e resistir. E, dessas lutas que teve frentes nas cidades e nos campos, os trabalhadores organizados avançaram para intervir no processo constituinte. Tem-se, assim, que de meados dos anos 1970 ao final dos anos 1980, os interesses organizados do trabalhador coletivo foram sendo construídos e resguardados (mesmo que não integralmente) na Constituição pós-Ditadura, em 1988.

O alcance dos avanços trabalhistas e sociais nela contidos pode ser avaliado, inclusive, pela ofensiva com que o capital tem atuado, a partir de então, para promover as contrarreformas, suprimindo as conquistas de caráter público, social e trabalhista. Dessa maneira, se até meados da década de 1990 os trabalhadores conseguiram manter a ofensiva, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello (PRN), com a implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva no Brasil, os trabalhadores foram regressivamente recuando. Concomitante à generalização da cultura pós-moderna e aos ataques constantes aos direitos dos trabalhadores e às suas organizações coletivas, a derrocada do Leste Europeu produziu efeitos devastadores e duradouros que contribuíram para esse processo regressivo.

Desta forma, em que pese os movimentos explicativos que permitem compreender as dinâmicas das relações antagônicas e contraditórias que envolvem Capital e Trabalho, é imprescindível compreender os elementos

⁷ O então candidato à vice-presidência pelo PRTB, General Hamilton Mourão, declarou que esses direitos são “*jabuticabas brasileiras*”, como “*mochilas nas costas dos empresários*” (Folha de S. Paulo, 27/09/2018).

conjunturais que interagem com as relações mais permanentes. Assim, as crises do capital que impactam significativamente a vida social (especialmente através da persistência da carestia das mercadorias, do desemprego e da retração econômica) refletem-se diretamente na subjetividade coletiva.

Períodos de escassez acentuada de emprego⁸ e de contração econômica são tempos férteis para alternativas socialmente excludentes. Nessas condições, a funcionalidade de toda espécie de preconceito e de intolerância social se expande, pois a concorrência egoísta para a qual os indivíduos desde a tenra idade são educados para internalizar e socialmente reproduzir, rompe os ‘diques de contenção’ coletivamente estabelecidos para conformar a “*consciência coletiva*” à lá Durkheim.

Acrescente-se aos problemas materiais e subjetivos da vida cotidiana, a exploração política e ideológica, especialmente através da mídia, de um suposto “*levante moral*” da sociedade contra determinados políticos e governos, preservando de qualquer questionamento ou crítica as estruturas desiguais da sociedade capitalista, inclusive quanto ao projeto societário que orienta objetiva e subjetivamente partidos, governos e lideranças. No lastro da “*moralização da sociedade*” a partir da individualização da corrupção e da crise, enquanto políticos são substituídos por outros, o projeto societário que orienta a prática política e a estrutura social desigual permanecem incólumes, protegidos pelo anonimato.

Esses processos que deságuam em eleições regulares⁹, entretanto, não foi produzido no Brasil sem consequências das experiências governativas do PT. Elevada à potência máxima, as denúncias “*moralizadoras*” (associadas à seletividade midiática e judiciária) conseguiram articular a responsabilidade pela crise econômica com o sentimento político de “*traição*” à confiança e à esperança depositada no Partido. O resultado foi um sentimento antipetista que mobilizou e polarizou socialmente. Junto com ele e na carona dele, uma candidatura que canalizou esse sentimento para uma perigosa e fértil prática de discurso de intolerância e de ódio que tem assumido a forma neofascista, a qual envolve negacionismo histórico (não existiu ditadura); intolerância com a diferença; iliberalismo (desrespeito aos direitos individuais de expressão, de opinião, de religião e de manifestação); ódio genérico à “*esquerda*”; defesa da família e do evangélico; e militarização da política, na qual se mesclam crescente publicização de opiniões pessoais e/ou institucionais, participação nos pleitos eleitorais sob o discurso da segurança e da moralidade, e

⁸ Devido aos limites desse artigo, não é possível avaliar as relações de trabalho crescentemente precarizadas e mal remuneradas, nem tampouco as tendências de contração do mercado de trabalho.

⁹ Regularidade eleitoral necessária, inclusive, para contenção de eventuais “transbordamentos” sociais em períodos de crise, com a aposta sempre renovada de solução nas “próximas eleições”.

ocupação ostensiva de cargos diretivos.

Dessa forma, da tolerância ao sujeito (individual e/ou coletivo) “*sem direitos*” que “*extrapola*” os limites invisíveis que o preconceito estabelece, as crises tornam-se terrenos férteis para que expressivos segmentos sociais sejam convencidos quanto aos “*excessos*”, os quais demandam recolocar “*no lugar*” aqueles que ousam romper as barreiras imaginárias e funcionais do preconceito para o capital.

O revigoremento neoliberal em tempos neofascistas

As grandes crises ou promovem transformações progressivas ou promovem grandes retrocessos que, em alguns casos, podem levar a regressões sociabilizatórias. O início do século passado registrou experiências totalitárias pautadas pela militarização da vida cotidiana; pela recusa à coexistência do “outro”; pela cultura social da delação social e do medo; pela propaganda calcada na apologia ao líder, no cientificismo útil e em uma espécie de profecia autorrealizável, porque provocada e previsível. Mas, acima de tudo essas experiências, como revelou Hannah Arendt (1998), foram exitosas porque foram realizadas a partir de sociedades atomizadas, constituídas por massas de indivíduos ressentidos, onde líderes “fortes” capitalizam a indignação e a raiva social contra as instituições políticas para alçar-se à condição de repressores da pátria.

Essa combinação brasileira de crise econômica e crise política (particularmente a partir das experiências petistas no Poder e nas lutas coletivas de base) experimentada sobre condições culturais pós-modernas e antissocialistas, sob o jugo do neoliberalismo e da sedução toyotista, permite dimensionar os resultados eleitorais de outubro de 2018, mas, principalmente, compreender a ascensão da demofobia e da criminalização dos movimentos coletivos dos trabalhadores.

No Brasil, a ofensiva contra alguns movimentos sociais específicos como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) remonta de longa data no seu relativamente curto tempo de existência. Sempre citado pelos órgãos de monitoramento e controle estatal, o MST - e recentemente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) - tem sido permanente e crescentemente criminalizado. Não por acaso, ambos os movimentos têm como objeto central da organização coletiva a disputa pela propriedade, exatamente o fundamento estrutural da sociedade capitalista.

No caso do MST, em 2007, o Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) aprovou, por unanimidade, um Relatório com o objetivo claro de dissolver o Movimento. De acordo com os “democráticos” procuradores gaúchos, o MST deveria ter seu direito de

deslocamento suspenso; as crianças e adolescentes deveriam ser impedidas de participar de acampamentos e marchas; os dirigentes e acampados do Movimento deveriam ser investigados por crime organizado e uso de verba pública; caso comprovadas irregularidades nos resultados eleitorais nos acampamentos, o direito à participação eleitoral dos acampados deveria ser cancelado; e, como coroamento do desrespeito constitucional aos direitos constituídos desde 1988, os “nobres e imparciais” procuradores demandaram a intervenção nas *“três escolas mantidas pelo MST”*, a verificação quanto à real *“produtividade e cumprimento da função social nos assentamentos”*, assim como *“desativar acampamentos próximos à Fazenda Coqueiros.”* (MP, **Judiciário e governo gaúcho: empenho pelo fim do MST**. Renato Godoy de Toledo. 16/09/2008).

De lá para cá as ofensivas se intensificaram não somente contra o MST. A criminalização da luta coletiva tem se aprofundado sob uma espécie de macartismo¹⁰ à brasileira, que alcança a tudo e a todos. Dessa maneira, a Lei Anti-terrorismo, que até então constituía uma porta aberta para interpretações criminalizatórias dos movimentos sociais, populares e sindicais têm, a partir da iniciativa de vários parlamentares, projetos de lei¹¹ para assegurar que o MST e outros movimentos não dependam de interpretações que, eventualmente, possam preservar as organizações coletivas dos trabalhadores da sua criminalização. Todos os PLs são claros quanto ao objetivo comum: garantir que **movimentos sociais combativos sejam qualificados como terroristas**.

Como sagazmente observou Boaventura de Souza Santos (1999), vivemos em tempos marcados pelo **“fascismo societal”**¹² que se expande e reproduz a partir da crise do Contrato Social Moderno. Em decorrência das proporções dessa crise contratual, parcelas significativas da sociedade passam a experimentar a condição de **pós-contratualismo** ou **pré-contratualismo**, isto é, a exclusão societária após ter experimentado as garantias

¹⁰ Movimento norte-americano inspirado na atuação do senador republicano Joseph McCarthy. Durante os anos de 1950 a 1957, a repressão política e a caça aqueles acusados de “comunistas” disseminou-se nos EUA, a partir da contraposição entre os “patriotas” e a “ameaça vermelha” oferecida por comunistas ou por aqueles que fossem denunciados como tais.

¹¹ Em Novembro/2018, a Lei 13.260/2016 é objeto de alteração pelos seguintes Projetos de Lei (PL): **PLS 272/2016**, de Lasier Martins (PDT/RS); **PL 5.065/2016**, de Edson Moreira (PR/MG); **PLS 224/2017**, de Wilder Moraes (PP/GO); **PL 9.858/2018**, de Rogério Marinho (PSDB/RN) e **PL 9.604/2018**, de Jerônimo Georgen (PP/RS). Além deles, tem o **PL 6.717/2016**, de Afonso Hamm (PP/RS), que propõe porte de arma para trabalhadores ou proprietários rurais a partir de 25 anos de idade.

¹² Para Boaventura (1999), o fascismo societal se manifesta através de vários tipos de fascismo: **a)** Fascismo do apartheid social; **b)** Fascismo do Estado paralelo; **c)** Fascismo paraestatal; **d)** Fascismo populista; **e)** Fascismo da Insegurança; e, **f)** Fascismo Financeiro.

do Contrato Social (*pós-contratualismo*), ou aqueles que sequer chegaram a desfrutar daquelas garantias (*pré-contratualismo*).

Considerações finais

Na medida em que a democracia não se limita ao exercício individual do voto (e mesmo tendo a democracia liberal expropriado o papel protagônico do *demos* ateniense (WOOD, 2006)), a democracia das garantias individuais não teme somente a potencialidade dos interesses dos não-proprietários impor-se aos interesses dos proprietários, mas, principalmente, o que são capazes de promover os não-proprietários através das suas organizações coletivas.

Dessa maneira, se a democracia procedimental assegura formalmente a igualdade civil e política dos indivíduos (mas exclui a questão social), é a democracia organizativa dos trabalhadores que inclui (e possibilita) a materialidade da vida social como direito democrático.

A demofilia e a criminalização das organizações populares, sociais e sindicais dos trabalhadores não refletem, portanto, uma extemporalidade, mas, uma tendência endógena do capitalismo. Seu aprofundamento ou sua atenuação depende diretamente da capacidade das organizações dos trabalhadores em romper, coletivamente, os diques de contenção interpostos pela classe dominante, sejam pela lei e/ou pela força.

Ao longo da história, portanto, trabalhadores e capitalistas têm lutado, dura e constantemente, pelo excedente socialmente produzido: os trabalhadores pela sua distribuição social; os capitalistas pela sua apropriação privada. Essas lutas têm se materializado, historicamente, em muitas vitórias e muitas derrotas. A conquista de inúmeros direitos trabalhistas e sociais; a construção de instituições públicas a serviço da sociedade; a inclusão de direitos étnicos, raciais, sexuais e de gênero na legislação e na agenda política; a experiência do Estado de Bem Estar Social etc. demonstram que o capital, em muitas batalhas foi obrigado a recuar e amargar derrotas. Por isso são tão destrutivos, persistentes e recorrentes os ataques do capital – especialmente a partir do projeto societário neoliberal – aos direitos dos trabalhadores e às políticas sociais universalizantes do Estado. Se o capital ataca todos os direitos de caráter social e trabalhista é justamente porque os trabalhadores arrancaram, em outro momento histórico, esses mesmos direitos.

Consequentemente, o neofascismo neoliberal não é o começo nem o fim da história, é apenas um momento da história de lutas dos trabalhadores organizados.

REFERÊNCIA

AGUIAR, T. F. **Demofobia e Demofilia: Dilemas da democratização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre, RS: Editores Universidade/UFRGS, 2000.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de Interpretação Sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo e Prefácio de Ricardo Antunes. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

OSÓRIO, J. **Padrão de Reprodução do Capital: Uma proposta teórica**. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidade de poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, AR: CLACSO, 2005.

SANTOS, B. S. S. Reinventar a Democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: _____. **Os sentidos da democracia** – Políticas do dissenso e hegemonia global. Organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: NEDIC, 1999.

SILVEIRA, A. América Latina: o ocaso da esperança? Brasil em evidência. Florianópolis, SC: **Revista REBELA**, v. 6, n. 1. jan./abr., 2016.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 1. ed. Brasília/DF: Ed. UNB, 1991.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WOOD, E. M. Estado, Democracia e Globalização. In BORÓN, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.) **A teoria marxista hoje** – problemas e perspectivas. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006.

A GUINADA AUTORITÁRIA DO CAPITAL E A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Lélica Elis Pereira de Lacerda

Introdução

O contexto de crise estrutural do capital, conjugada com a crise conjuntural de 2008, tem levado a transformações no mundo inteiro. Segundo Harvey (2014), os EUA passam por prolongada crise que coloca sua hegemonia imperialista em risco (estando em risco de perdê-la para o leste asiático). Diante da incapacidade de fazer a economia mundial crescer, a estratégia para alavancar os lucros burgueses tem sido a compressão de salários e destruição dos direitos trabalhistas no mundo inteiro, num imperialismo que conjuga políticas ultraliberais com pensamento neoconservador que sustentam à direita a polarização da luta de classes no mundo todo.

Em países como França, Alemanha, EUA e Brasil os partidos de extrema direita têm crescido, enquanto os de esquerda também apresentam crescimento (bem mais tímido), o que denota a polarização da luta de classes.

O movimento é comum em todo o mundo, mas se expressa de forma particular em cada conjuntura específica. A polarização da luta de classes nos países centrais se dá num país em que a revolução burguesa se deu de forma completa, em que a democracia burguesa se constitui a partir da ruptura dos “debaixo”.

Já na América Latina, a transição ao capitalismo se dá a partir do movimento das elites que superam o escravismo colonial sem promover rupturas. A revolução passiva no Brasil irá instituir uma democracia mais débil, constituída a partir de uma conjuntura particularmente diferente.

O objeto de análise deste artigo é a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, para o que defendemos ser importante entender duas questões: 1. O contexto de crise do capital global, o que faremos a partir de Harvey (1992; 2014), Mészáros (2009; 2011) e Mandel (1985); 2. A nossa identidade latino-americana, de capitalismo dependente com suas específicas relações econômicas, de classe e suas particularidades, pautada em autores como Fernandes (2005), Marini (2000) e Ianni (1984) para podermos entender que o que se passou em 2016 foi um golpe de Estado; então, enfim, torna-se possível analisar a criminalização dos movimentos sociais no Brasil através da lei N° 13.260, de 16 de março de 2016 do antiterrorismo.

A crise do capital e o processo de contrarrevolução permanente no Brasil

É inerente ao modo de produção capitalista a necessidade de autoexpansão permanente (MÉSZÁROS, 2009). De forma que o modo de produção capitalista atualmente abrange a totalidade da economia planetária, sendo que em 2017, 1% das pessoas mais ricas detinham 82% da riqueza mundial e ainda assim suas empresas permanecem em crise¹.

Isso denota que a crise do capital não significa falta de dinheiro ao capitalista, mas, ao contrário, que a existência de fortunas tão grandes e concentradas representa hoje a dificuldade de encontrar meios para ampliá-las.

Segundo Mandel (1985), na fase do capitalismo monopolista se desenvolve uma supercapitalização crescente, ou seja, cresce a quantidade de capital não valorizável que só pode conseguir uma valorização temporária pela intervenção direta do Estado, “um número crescente de ramos da indústria depende exclusivamente dos contratos estatais para a sua sobrevivência.” (MANDEL, 1985, p. 401).

Grande número de empresas só sobrevive às custas de subsídios estatais diretos e indiretos; não que a burguesia esteja empobrecida, mas porque as condições de valorização do capital se deterioraram tanto que as empresas não assumem negócios cuja lucratividade não seja garantida pelo Estado.

Como medida de contratendência da queda da taxa de lucro, Harvey (1992) e Mézáros (2009) destacam subsídios (ao capital e ao trabalhador na forma de políticas sociais) que estimulem o consumo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte que viabilizam a redução do tempo de giro do capital, a obsolescência programada de mercadorias, etc.

Recolocando os conflitos sociais à dinâmica geral da sociedade, Mézáros (2009) nos coloca que estamos num momento ímpar da luta de classes, cuja gravidade e urgência dos problemas que temos de enfrentar sob as presentes condições históricas da ordem antagônica do capital - décadas depois do segundo pós-guerra - tornaram a situação muito mais grave do que na época de Marx. Este já em sua época assinalava que:

No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem as forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causa, somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição. (MARX apud MESZÁROS, 2009, p. 191).

¹ Informação disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5272165/em-2017-82-da-riqueza-mundial-ficaram-nas-maos-do-1-mais-rico>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

Neste tocante, há de se destacar que na sociedade contemporânea, chegamos num contexto de tamanha contradição em que as forças produtivas passam a ser destrutivas e estas no campo bélico colocam em questão a sobrevivência da humanidade.

Outra categoria que assume caráter destrutivo é o consumo, que não pode ser descolado da esfera da produção, já que compõem dialeticamente uma unidade². E ambas as categorias estão ligadas com uma terceira, a necessidade humana para quem, conforme Mészáros (2009), se torna cada vez mais problemático cumprir o papel exigido pela necessidade humana na constituição da reciprocidade dialética entre produção e consumo.

Vivenciamos um contexto histórico em que as forças produtivas do capital se tornaram destrutivas. Mandel (1985) afirma que o progresso da tecnologia nos países industrializados leva a saturação cada vez mais acentuada dos meios de produção, o que leva a economia de mercado a absurdos, como por exemplo, destinar parte da produção a destruição em estoques e subsídios para a redução da produção, no intuito de elevar os preços destas mercadorias com a baixa oferta, ante a desvalorização dos produtos agrícolas (conforme necessidades da mercadoria). Tais produtos não podem ser distribuídos para matar a fome da população faminta (conforme necessidade humana).

Sob tais condições de desenvolvimento do capital monopolista do século XX, no lugar da “[...] alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania e escassez por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios de reprodução da sociedade [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 192), testemunhamos uma grande distorção destas relações. As gigantescas corporações dos países dominantes impõem ao mundo o seu poder, manipulam e impõem suas necessidades artificiais sobre qualquer coisa que se adapte a seu interesse de assegurar e manter a expansão lucrativa do capital – prática de gerar necessidades artificiais, pois geram lucros mais fáceis do que a efetiva satisfação das necessidades reais.

A partir da segunda metade do século XX, estas relações se encontram de uma maneira ainda piorada, sob o impacto do capital monopolista em fase descendente do capital e suas consequências de potencial catastróficas. O grupo industrial-militar - “Um agente que é, e apenas pode ser, ao mesmo tempo econômico e político no mais alto nível [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 252) - tem como natureza “produtiva” a destruição, já que se esfor-

² Em Marx (2011), as categorias de produção, circulação e consumo constituem uma unidade dialética de predominância na produção, resultado do trabalho humano que se desenvolve movido pelas necessidades humanas. Logo, produção, circulação e consumo se relacionam intimamente com a necessidade, sendo que uma categoria não pode existir sem a outra na (re)produção social.

ça para realizar os melhores negócios a partir do mais alto risco (não risco econômico, pois este é garantido pelo Estado).

[...] eles devem ser politicamente impostos sobre a sociedade pelo Estado, em sua capacidade de coletor de impostos e apoiado em seu monopólio da violência contra toda resistência viável sobre a questão. Assim, aquilo com que somos confrontados nesse desenvolvimento potencialmente letal do sistema do capital na segunda metade do século XX é a total perversão do consumo em qualquer sentido significativo do termo. (MÉSZÁROS, 2009, p. 252).

Assim, cria-se e se impõe ao mundo um nicho da produção capitalista monopolista que comanda o mundo todo e é absolutamente inútil frente às necessidades humanas. As relações bélicas estão sendo generalizadas ao mundo com o “[...] único objetivo [de] impedir que os povos do mundo solucionem seus problemas da única forma pela qual podem ser solucionados, ou seja, através do socialismo revolucionário.” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 340).

A artificialidade das necessidades do capital vem sendo imposta aos diversos países através do poder que os grandes oligopólios exercem sobre os Estados-nação do mundo. Quase todos os setores da economia estão envolvidos de uma forma ou de outra, nas atividades anti-humanas: o agricultor que fornece alimentos para os soldados em guerras, os fabricantes de ferramentas que produzem complicada maquinaria necessária ao novo modelo de automóvel, fabricantes de aparelho de TV cujos produtos são usados para controlar e envenenar as mentes das pessoas, etc.

A forma de ser destrutiva do capital tende a se generalizar por todo o planeta, pulsando a partir dos países imperialistas e se configurando em cada parte do mundo conforme suas particularidades.

O Brasil é o “gigante da América Latina”. Um país de dimensões continentais, com uma das maiores economias do mundo, porém, país de capitalismo dependente, sem soberania nacional, que gravita ao redor das economias centrais funcionando enquanto seu mecanismo de contratendência de queda da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Fomos inseridos ao mercado mundial de forma subordinada. Aqui o escravismo colonial se instaurou a partir da demanda dos países europeus que vinham desenvolvendo seu parque industrial. O Brasil se insere ao mercado mundial a partir de um sistema escravista patriarcal produtor de commodities configuradas como mercadorias que nos é imposto para suprir a demanda europeia de matérias-primas baratas para subsidiar sua indústria

nascente (GORENDER, 2016).

Assim, o Brasil se insere na economia global para fornecer commodities baratas, cujos custos são reduzidos não pela aplicação de tecnologias capazes de diminuir o tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias e, por consequência, reduzindo seu valor (extração de mais-valia relativa).; mas pela intensificação da exploração do trabalhador. Este processo se funda no Brasil a partir do escravismo colonial e o herdamos no capitalismo dependente que pauta sua economia na superexploração³ do trabalho humano que viabiliza a redução do valor das commodities (prevalência da mais-valia absoluta).

Estando em condição de dependência, as elites nacionais comandaram internamente com particular autoritarismo, porém, subordinada às elites internacionais, verdadeiras donas do poder. Assim, nossas elites são sócias minoritárias das elites internacionais que ditam os rumos de nosso país à partir dos seus interesses. As elites nacionais intermedeiam este processo de dominação, tirando desta relação sua condição de privilégio. (FERNANDES, 2005).

Isto configura relações políticas particularmente antidemocráticas, já que os rumos coletivos são conduzidos pelas elites associadas pautadas em seus interesses particulares, sem a participação popular, por processos sucessivos de contrarrevolução preventiva (IANNI, 1984). Foi assim que se processou a transição da monarquia à república, havendo uma lei tímida de abolição da escravatura que atendeu parcialmente às lutas abolicionistas ao conceder “liberdade” aos escravizados, porém, evitando a reforma agrária e qualquer outra política de reparação (GORENDER, 2016); foi assim no golpe de 1930 em que Getúlio Vargas assume o poder representando os interesses das oligarquias fora do eixo São Paulo – Minas Gerais, porém, atendendo parcialmente a demandas da classe trabalhadora ao promulgar a CLT, constituir o Ministério do Trabalho, etc. Foi assim no Golpe de 1964, assentado no poder econômico das oligarquias financeiras e das forças armadas, através do qual as elites travaram processos de reformas estruturais demandadas pela classe trabalhadora que poderiam ter colocado o país em outro patamar de participação na economia mundial.

Explica Fernandes (2005) que o processo de revolução burguesa no Brasil foi um longo período de transição histórica no qual as elites impuseram seu projeto de forma bastante distinta dos países centrais. Enquanto na França houve uma disputa de vida e morte entre nobreza e burguesia,

³ Segundo Marini (2000), a América Latina pauta sua economia na exportação de commodities baratas, cujo barateamento se dá através da superexploração de nosso trabalho que consiste num processo de intensificação da exploração do trabalho pautada em relações precárias de trabalho que permitem a extensão e intensificação da jornada de trabalho, bem como seu pagamento abaixo das necessidades de reposição da força de trabalho.

culminando na decapitação de reis e reforma agrária que distribuiu as terras da nobreza; no Brasil foram as oligarquias agrárias quem empreenderam a transição ao capitalismo, mantendo os latifúndios e seus privilégios; enquanto nos países centrais as classes disputavam a hegemonia do Estado, as elites brasileiras empreenderam as transformações necessárias a transição do Brasil ao capitalismo por dentro do Estado, constituindo um Estado mais autoritário em que existe espaço em disputa bastante limitado. Todo espaço político é comandado diretamente pela burguesia, ou por setores ligados a ela. (FERNANDES, 2005).

Assim, a democracia no Brasil é bastante débil, mesmo pensada nos limites da democracia burguesa, e o processo de contrarrevolução permanente faz parte da natureza das relações políticas do país. Até o presente todas as transformações estruturais do país foram ditadas de cima para baixo, por golpes de Estado, sem a participação popular e à revelia de seus interesses.

A transição ao capitalismo sem ruptura ou reparações com o passado escravagista leva à continuidade e complexificação destas relações conjugadas à dinâmica do capitalismo monopolista. Cabe destaque diante de nosso objeto de análise (a criminalização dos movimentos sociais), a perpetuação da violência como meio de gerir os conflitos.

Dentro de um racista, a nação republicana apostou no embranquecimento da classe trabalhadora com a imigração de europeus para as indústrias nascentes, a violência econômica (o destino da população negra é sua extinção pelas leis do mercado relegados aos piores trabalhos informais), conforme nos aponta Junior (2000) e do Estado (o encarceramento e extermínio pelas forças repressoras) são naturalizadas.

No Brasil, a partir de uma imensa superpopulação relativa oriunda de um contingente populacional advindo da relação escravista não rompida pelos debaixo, o trabalho sem direitos sempre foi a regra para a maior parte da população nunca absorvida pelo mercado formal de trabalho, para que seja possível exportar commodities e bens de consumo baratos e ampliar a taxa de lucros dos países centrais (MARINI, 2000) e; o açoite que antes era feito pelos senhores de escravos e capitães do mato legitimados pelo direito de propriedade do senhor sobre seu escravo (GORENDER, 2016), hoje é executado por uma polícia militarizada que é a que mais mata no mundo, vidas passíveis de serem aviltadas (de jovens negros periféricos)⁴, cujo crime é legalizado pelo Estado brasileiro através do auto de resistência.

⁴ Segundo dado da Anistia Internacional, em 2015 as polícias brasileiras foram as mais letais do Planeta, matando jovens negros: 99,5% dos assassinados pela PM entre 2010 a 2013 eram homens; 80% negros; 75% com idade entre 15 e 29 anos. Dado disponível em: <www.exame.abril.com.br>. Acesso em: 24 dez. 2018.

A atual crise que explode em 2008 coloca o imperialismo num novo patamar predatório e destrutivo oriundo de sua derrocada econômica (HARVEY, 2014) e leva a tendência global de precarização estrutural do trabalho observada por Antunes (2018). Os impactos da crise chegam ao Brasil em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff e dão o tom das eleições 2014, na qual Aécio Neves (PSDB) representa abertamente o projeto ultraneoliberal que será rechaçado nas urnas com a reeleição da petista.

Acontece que a petista faz campanha eleitoral com críticas ao neoliberalismo (discurso contra privatizações, prometendo não retirar direitos e etc.), mas ao tomar o poder executa medidas neoliberais, o que faz ruir sua base de apoio, criando o ensejo que as elites imperialistas precisavam para promover um golpe de Estado de modo a impor novas mudanças ao Brasil, ampliando a distância da divisão internacional do trabalho entre o Brasil e os países centrais.

O golpe de 2016 vem para alinhar o Brasil à nova dinâmica que o imperialismo estadunidense adota, pautada num capitalismo particularmente predatório (em relação a exploração humana e ambiental) e belicosa (HARVEY, 2014); num país em que a violência econômica e política é altamente tolerada.

Assim, defendemos que a crise de 2008 determina aos EUA a necessidade de realinhar geopoliticamente a América Latina para suprir suas necessidades ao reconfigurar o continente como mecanismo de contratendência de sua queda da taxa de lucros. Para tanto, precisa exercer sobre a América Latina um processo de barateamento de nossa força de trabalho ao comprimir salários e retirar direitos; bem como abrir nichos de mercado como o que o faz a indústria bélica ao propor a resolução de conflitos por meio da força (impondo, inclusive, a guerra contra o narcotráfico).

Neste ponto é preciso destacar outra questão ao nosso país restrito por limites externos ao papel de fornecedor de commodities: a posse de terras. Mesmo adotando tecnologia na produção agrícola, existe a necessidade de ampliar as áreas cultivadas e a quantidade de força de trabalho para expandir a produção e o lucro do latifúndio. Esta pressão pela ampliação de lucros por meio do aumento da área produzida gera um contexto de guerra social entre latifundiários, populações originárias (indígenas e quilombolas) e camponeses; questão que também se pretende lidar com o uso da força⁵.

Apenas neste contexto se torna possível compreender que passamos por um golpe de Estado empreendido em 2016; a partir de interesses imperialistas que leva, entre outras medidas, à militarização dos conflitos e a criminalização dos movimentos sociais, meio de ampliar nicho de mercado

⁵ Há a defesa aberta de candidatos eleitos em 2018 do uso da arma de fogo para defesa da propriedade rural.

e promover o controle geopolítico do território que possui reserva de petróleo.

Para entender esta guinada ao autoritarismo é necessário compreender o Golpe 2016, a profundidade das transformações em curso e suas tendências.

Precisamos entender o que significa gritar “GOLPE”

A sociabilidade brasileira tem passado por veloz transição histórica que o senso comum não está conseguindo entender ou com ela lidar. Todos os dias são noticiados fatos que nos traz desde o âmago imensa indignação. A lava jato trouxe à luz do dia a podridão da política burguesa para mexer com os afetos e conduzir através deles a resolução política da crise financeira que, conforme se instaurou, provocou desemprego, fome, insegurança, enfim, mal-estar .

Diante da crise que se instaura e a insatisfação popular que explode nas jornadas de junho em 2013, a operação Lava Jato (que teve a frente o Juiz Sérgio Moro em nítida parceria com PSDB e outros setores da direita, o imperialismo estadunidense e a grande mídia) traz à luz do dia informações selecionadas (camuflando a participação da direita, evidenciando a do PT) de corrupção com as quais bombardearam a população para suscitar ódio ao PT (criando o caldo cultural para tornar o golpe deglutível), a partir de críticas irracionais, preconceituosas e moralistas, pautadas em base concreta (a corrupção inerente ao Estado burguês). Dois preconceitos foram fundamentais: o ódio de classe contra um governo, cujo partido teve origem entre os trabalhadores; o sexismo contra uma presidente mulher. Foi um golpe capitalista, imperialista, racista e patriarcal.

O discurso evidenciava que a suposta crise fiscal seria fruto de um governo irresponsável que exagerou nos gastos (típico discurso patriarcal contra uma presidente mulher) e que era preciso a experiência de um homem sério, um bom gestor para implementar medidas amargas que solucionariam com eficiência os problemas. Sim, soluções amargas aos trabalhadores que sanariam os problemas do capital (enquanto intensifica o nosso), já que por trás deste discurso estão os interesses imperialistas sobre nossos recursos naturais (minérios, petróleo, território, etc.) e a intensificação da exploração de nossa classe trabalhadora para torná-la mercadoria mais barata, único meio ampliar os lucros do capital.

O PT vinha gerindo o Estado brasileiro em nome do capital, dentro dos limites da Constituição Federal de 1988. O pacto constitucional não inviabilizava que em média 43% das despesas federais fossem destinadas ao

Pagamento de juros da dívida pública⁶; nem que 20% dos recursos previstos para financiar a seguridade social era desviado pela DRU⁷ do custeio dos direitos dos trabalhadores brasileiros para o pagamento de juros bancários (no governo Temer passou a 30%). Por outro lado, a carta constitucional garantia sistema público de seguridade social (com previsão de fontes de financiamento), de educação, a finalidade social da propriedade, direitos políticos, civis, trabalhistas, ambientais, etc.; mas em virtude da profundidade da crise do capital, esta carta legal reserva direitos demais aos trabalhadores e à natureza neste início de século XXI.

O PT nunca se negou a fazer contrarreformas que prejudicassem o trabalhador. Tanto assim que Dilma iniciou seu governo propondo ajuste fiscal através do PL 257 / 2016 no qual previa corte de benefícios a servidores, congelamento de salários e concursos públicos, etc. Sua origem de classe, porém, tornaria inviável um processo sem mediações com os interesses dos trabalhadores o que demandaria mais tempo do que aquilo que ansiavam as elites. A retirada do PT era necessária, as tentativas de vencê-lo nas urnas não foram exitosas em 2014 e mais um golpe de Estado foi empreendido.

Vimos sob nossos olhos o que Lukács (2013) denunciava acerca do imperialismo estadunidense incorporar a política manipulatória do nazismo por meio da publicidade na política e a manipulação dos meios midiáticos. A presidente Dilma foi deposta por razão não prevista na legalidade (pedaladas fiscais), um governo ilegítimo assumiu indevidamente o Estado com um projeto que foi refutado pelas urnas em 2014, num golpe de Estado tão bem dado, que até importantes setores da esquerda não o percebeu.⁸

Foi por meio de um discurso conservador, moralista e preconceituoso que as elites locais empreenderam, a partir do judiciário, um golpe imperialista, pautado nos interesses mais atrasados do latifúndio e da entreguista elite nacional. A partir de 2016 atravessamos processos políticos que ainda não foram compreendidos pela população, mas que sob a ótica do capitalis-

⁶ Este dado é a média de despesas federais dos anos de 2013 a 2015, conforme auditoria cidadã da dívida pública, disponível no site: <https://auditoriacidada.org.br/>. Acessado em 24/12/2018.

⁷ Desvinculação de Receitas da União, mecanismo que permite retirar recursos previstos constitucionalmente para custear a seguridade social e enviá-lo a outras finalidades.

⁸ Quem percebeu foi o PT que viu o poder se esvaír de suas mãos e buscou se utilizar da denúncia do golpe oportunisticamente, para trazer a classe trabalhadora para a defesa de seu governo indefensável (apostando tudo nas eleições 2018 o que falhou), em vez de por seu aparato institucional para mobilizar as massas para a defesa autônoma da democracia e seus direitos (boicotes consecutivos da CUT à greve geral em 2017). Esta postura afastou o apoio de inúmeros setores da esquerda que, por sua vez, em geral subestimaram o processo político em curso (o Golpe de Estado).

mo dependente, trata-se de “um museu de grandes novidades”⁹: um processo de revolução passiva através do qual as elites mais retrógradas e ligadas ao imperialismo estadunidense reconfiguram por cima, através de golpe de Estado, a sociabilidade brasileira (com vistas à América Latina), a partir de seus interesses, deixando de lado os trabalhadores brasileiros que são os que vão pagar por toda crise, conforme Fernandes (2005) descrevera analisando a história brasileira.

Torna-se premente compreender a profundidade das transformações oriundas de um golpe de Estado! Estamos passando por um processo de alteração do patamar de exploração de nossa classe trabalhadora, trazendo transformações perenes na totalidade da sociabilidade brasileira. Isto porque o capital apenas consegue sair da crise ampliando seus lucros e isso requer a ampliação da extração de mais-valia, que pode se dar de duas formas: através de investimento em ciência e tecnologia, para que se constitua maquinários mais produtivos capazes de ampliar a extração de mais-valia relativa; ou a intensificação e ampliação da jornada de trabalho com redução de salários, para ampliar a extração de mais-valia absoluta (MARX, 2011).

Marini (2000) chama atenção de que somos centralmente exportadores de commodities, e os trabalhadores participam da economia como produtores que quanto mais explorados mais lucros trazem ao patrão; sem ter participação enquanto consumidores na realização da mais-valia: a soja, o milho, a carne, a madeira, etc. brasileiras são consumidas fora do país. Ou seja, o lucro do grande capital na América Latina é prioritariamente extraído com a intensificação de nossa exploração (superexploração do trabalho), com menor ênfase no desenvolvimento de nossas forças produtivas.

O profundo corte de recursos em ciência e tecnologia e a reforma trabalhista no governo Temer denunciam a opção do governo golpista em intensificar a superexploração do trabalho e a generalização da precarização dos contratos de trabalho para salvar o capital. A aprovação da emenda constitucional 95/2016, que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas e a proposta de reforma da previdência dão indícios de que não haverá mais direitos sociais assegurados aos trabalhadores ao sul do mundo para baratear a mercadoria força de trabalho. A pobreza tende a explodir em violências individuais e revoltas coletivas que só poderão ser contidas com repressão. Neste sentido, a lei Nº 13.260, de 16 de março de 2016, conhecida por lei antiterrorismo aprovada em pleno governo Dilma (PT) serve como instrumento de criminalização dos movimentos sociais, alvo de análise do próximo tópico.

Cumpre ressaltar antes de entrar nesta especificidade sobre a necessidade de compreender o golpe para poder se compreender a profundidade da

⁹(Cazuza em “O tempo não Para”).

alteração das relações sociais, que tem por objetivo intensificar a exploração humana e ambiental e requer a ampliação da repressão sobre aqueles que resistem.

Quando chamamos atenção para o golpe, queremos evidenciar que o PT governou em prol do capital dentro dos limites democraticamente constituídos (dentro da limitada democracia burguesa), conforme a Constituição Federal de 1988; o golpe instituiu ilegalmente um governo que se funda ferindo a legalidade e que tende a se perpetuar infringindo-a de forma cada vez mais intensa, com o intuito a médio prazo de constituir outra carta magna exclusivamente conforme os interesses econômicos dos grandes oligopólios.

Assim, longe de trazer transformações superficiais e pontuais, a compreensão do golpe de estado permite entender a profundidade e perenidade das transformações em curso, colocando por terra as conquistas constitucionais; abrindo flancos políticos ao autoritarismo.

Quem dá um golpe para estar no poder está disposto a tudo para nele se manter porque tem um projeto de sociedade a impor. A transmissão do poder em 2018 só poderia ser feita de seis para meia-dúzia; ou seja, para quem se comprometesse a cumprir com o projeto do golpe à risca.

Eleições no bojo de um golpe de Estado só poderiam ser dentro de certa margem em que os factíveis de vencer o pleito eleitoral estivessem comprometidos com o projeto a ser imposto. Por isso, as eleições deveriam ter sido encaradas como um simulacro de democracia, cujo objetivo seria validar nas urnas o projeto golpista e mascarar ainda mais a ruptura institucional; elas jamais poderiam ter sido disputadas como esperança de ser o meio de superar o golpe de Estado; a máxima função destas neste processo só poderia ser a de usá-la como espaço para denúncia do processo golpista em curso.

Setores importantes da esquerda, porém, apostaram na eleição de “Lula 2018”, como forma de retomar o processo democrático estabelecido na Constituição Federal de 1988. Efetivamente Lula era capaz de vencer os candidatos mais afetos às elites nas eleições em primeiro turno; mas para quem entende que está em curso um golpe empreendido à partir do judiciário, esta é uma esperança ingênua (ou oportunista) e a história o comprovou. Para este entrave, a justiça golpista já tinha a solução: a condenação de Lula mesmo sem provas e sua retirada do pleito eleitoral. Desta forma, o caminho foi aberto e ainda assim não foi fácil propagandear um nome da direita.

O NOVO tentou emplacar como (museu de grande) novidade o candidato Amoêdo; Alckmin (PSDB) era o queridinho das elites, mas só delas; Marina Silva pelo Rede propôs a velha e morta conciliação de classes, assim como o PDT de Ciro Gomes e o difamado PT com Haddad. Foi Bolsonaro,

candidato do PSL, a partir de publicidade importada de Donald Trump (do neoconservadorismo estadunidense), surfando num antipetismo construído por décadas pela grande mídia, com apoio da bancada BBB¹⁰, quem emplacou e todo setor golpista se viu na obrigação de apoiá-lo, à revelia de muitos.

O neoconservadorismo importado do imperialismo estadunidense ressoa no Brasil no espírito escravocrata que paira sobre nosso tipo particular de capitalismo e a ultradireita ganhou as urnas, mentes e corações: Bolsonaro se elege a partir de discurso (escravista) que propôs abertamente a necessidade de escolha entre empregos e direitos; que propõe que policial bom é o que mata; que nega a humanidade das pessoas não-brancas e não heterossexuais; que afirma com todas as letras que há mulheres que merecem ser estupradas e ter menores salários; que vai extirpar a esquerda do país e até mesmo da América Latina (quando se coloca à disposição para invadir a Venezuela).

A eleição de Bolsonaro significa as mãos estadunidenses avançando não só sobre o Brasil como também de toda América Latina e quanto mais o golpe se efetivar, mais o Estado assumirá caráter autoritário porque se trata de um Estado que está sem rodeios voltando as costas para os trabalhadores no intuito de salvar o imperialismo que é capitalista, racista e patriarcal. A única alternativa a isto só poderá ser arrancada pela luta dos trabalhadores que possuem corpo, sexo, raça e sexualidade ameaçadas.

O Golpe transportará o Brasil democrático pós ditadura militar pautada na constituição federal de 1988 em outra sociabilidade que ainda está em disputa. Vamos analisar a virada autoritária que o Estado deve assumir sob a hegemonia do capital e as perspectivas de criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

A guinada autoritária da política brasileira e a criminalização dos movimentos sociais

A propriedade privada é a origem de todos os males atuais da humanidade (MARX, 2004)¹¹, pois nos cinde entre possuidores e não possuidores (divisão de classes), homens e mulheres (divisão de sexos) e raças (divisão por raça). Além disso, institui uma vida coletiva cindida em interesses antagônicos em disputa. Este é o espaço da política (LUKÁCS, 2013).

Segundo Pereira (2008), existem duas principais formas de regula-

¹⁰ Expressão comumente utilizada para designar “Bancada da Bíblia, do Boi e da Bala”.

¹¹ Sobre este debate, ver: Marx (2004) em “Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1840” irá demonstrar que os processos de estranhamento do trabalho são oriundos da propriedade privada que leva à deformação dos sentidos humanos pelo fato da subjetividade humana se expressar a partir de trabalho submetido a interesses da classe dominante que são antagônicos ao do trabalhador.

ção da vida coletiva: a coerção (incapazes de subjugar completamente os oprimidos e tem alto custo) e a política, instrumento de consenso, negociação e entendimento, muito embora ela também contenha a possibilidade de coerção porque se pauta por regras e prevê penalidades aplicadas pelo Estado sobre quem as infringe. Assim, o poder do Estado lhe é delegado pela sociedade, sendo a política uma possibilidade de resolver conflitos sem a recíproca destruição dos conflitantes e com ganhos expressivos em termos de convivência, porém, com o controle alheio aos governados, porque estão nas mãos dos governantes (, 2008).

Quando períodos democráticos avançam em decorrência do avanço da luta dos trabalhadores que impõem suas necessidades a cena pública, conjugada a condição econômica que permite certo grau de conciliação de classes, a esfera da coesão se amplia; quando os conflitos se intensificam (geralmente em decorrência de crises econômicas) e as tensões sociais colocam o *status quo* em risco, a força ganha relevância. Assim, os partidos, sindicatos e movimentos sociais oscilam na história entre a legalidade e ilegalidade nos marcos do capital.

Obedecendo aos ditames imperialistas e sob os impactos das jornadas de junho, o governo do PT promulga ainda em 2013 a lei N° 12.850, que ao definir organizações criminosas, será a legislação que tipificará o terrorismo no Brasil e será inclusive a que ameaçará as manifestações populares que explodiram no contexto das onerosas obras da Copa do Mundo, assinada por ninguém menos que Dilma Rousseff, torturada na juventude pelo Estado ao ser considerada terrorista a ser combatida.

Esta lei será alterada pela lei 13.260 / 2016 também de Dilma Rousseff, a qual analisaremos. Já na lei proposta pela petista, os movimentos sociais e seus apoiadores podem ser gravemente penalizados, a depender da interpretação do jurista. No artigo segundo da lei, quando define os atos de terrorismo, especifica no parágrafo 1° se tratar de ato de terrorismo:

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento; [...] (BRASIL, 2014).

Ou seja, a depender do que o jurista compreenda por sabotar ou apoderar-se de forma violenta ou ameaçadora dos espaços públicos, ou privados (inclusive por meio virtual), os participantes desta ação podem ser enquadrados como terroristas e cumprir pena de reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência.

Isso significa que, dependendo da interpretação do juiz, estudantes que ocupem escolas, ou universidades; agricultores que ocupem terras; trabalhadores urbanos que ocupem terrenos públicos ou privados; enfermeiros e médicos que paralitem parcialmente hospitais, etc.; podem ser presos e privados de liberdade por até três décadas! E não apenas os ocupantes. A lei em seu artigo quinto também enquadra pessoas envolvidas em “atos preparatórios de terrorismo”:

[...] § 1o Incorre nas mesmas penas o agente que, com o propósito de praticar atos de terrorismo:

I - recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade; ou

II - fornecer ou receber treinamento em país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade. (Idem, 2014).

Você pode pensar que seria justo prever como terrorismo quem recruta e transporte gente de um país para o outro trazendo guerrilheiros mercenários. Até seria razoável, mas o enquadramento não para por aí:

§ 2o Nas hipóteses do § 1o, quando a conduta não envolver treinamento ou viagem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade, a pena será a correspondente ao delito consumado, diminuída de metade a dois terços. (Ibidem, 2014)

Aí o peso da lei recai sobre qualquer um: uma empresa contratada para transportar os militantes, um sindicato que subsidie os custos de militantes em greve ou ocupação numa escola, ou hospital comprando-lhes comida, ou o que quer que seja. Até mesmo simpatizantes que custeiem ônibus de militantes para uma ação direta, como ocupar um ministério; todos estes gestos de solidariedade de classe já podem ser interpretados como atos preparatórios de terrorismo e levar à prisão por 15 anos a 30 anos! Isto pode ser enquadrado no artigo sexto:

Art. 6o Receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indi-

retamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes previstos nesta Lei:

Pena - reclusão, de quinze a trinta anos. (BRASIL, 2014).

Mesmo que um sindicato, coletivo, etc. apenas intermedeie uma campanha para arrecadação de fundos, ou guarde mantimentos, sem dispor de seus recursos; ou mesmo alguém que guarde em sua casa mantimentos a serem consumidos por pessoas em ocupações, estas ações podem ser enquadradas, a depender da interpretação do parágrafo único deste artigo:

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem oferecer ou receber, obtiver, guardar, mantiver em depósito, solicitar, investir ou de qualquer modo contribuir para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro, com a finalidade de financiar, total ou parcialmente, pessoa, grupo de pessoas, associação, entidade, organização criminosa que tenha como atividade principal ou secundária, mesmo em caráter eventual, a prática dos crimes previstos nesta Lei. (Idem, 2014).

A lei antiterrorismo, tal como está, já viabiliza, a depender da interpretação do jurista, a prisão de militantes que atuam em ocupações e quaisquer pessoas e organizações que os apoie. Exemplo disso, são quatro trabalhadores sem-terra presos em Goiás em maio de 2016 em função desta legislação¹².

Como se não já bastasse, existe um esforço para conformar a lei às necessidades do capitalismo predatório em crise estrutural, para que não dependa de interpretação do jurista a criminalização de tais movimentos.

O Projeto de Lei nº 5.065, de 2016, de autoria do Deputado Delegado Edson Moreira (PR/MG), busca alterar a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

O último relator do processo, o Deputado Hugo Leal (PSD/RJ), afirma com todas as letras a finalidade deste projeto de lei de criminalizar ações que se pautem em interesses políticos e ideológicos:

Os principais objetivos do projeto em tela são: (1) **ampliar o espectro de motivações e finalidades que poderão servir de pano de fundo para a caracterização do crime de terrorismo**; (2) conferir maior detalhamento e especificidade

¹² Informação disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-mantem-sem-terra-presos-com-base-na-lei-antiterrorismo,10000066632>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

a determinadas hipóteses de crimes de terrorismo tipificadas na lei em comento; (3) criar novas hipóteses de tipos penais do crime de terrorismo; e (4) **revogar a exceção legal referente à atuação de movimentos sociais**, hoje em vigor, que confere a esses grupos isenção quanto ao enquadramento de suas ações na lei que tipifica o terrorismo no País. Em sua justificativa, o Autor: (1) ressalta o fato de a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, ter sido **‘tímida’ na regulação do crime de terrorismo**, vez que não discriminou as **motivações políticas** e ideológicas; (2) cita definições diversas de terrorismo adotadas por órgãos, instituições ou estudiosos; (3) defende a ampliação da proteção contra o terrorismo a instalações e **obras de arte**, em sua visão, não contempladas na lei em vigor; e (4) destaca a inexistência do ‘terrorismo do bem’, ‘terrorismo virtuoso’ ou ‘terror includente’ que, em tese, seria praticado por **movimentos sociais com métodos radicalizados de atuação**, entre outros argumentos. (BRASIL, 2018. Grifos nossos).

Tal relator vai contra a deliberação do relator anterior, Deputado Rubens Bueno (PPS/RJ) de rejeição integral do projeto e aprova para a apreciação da CCJ os dois PL’s substitutos do PL negado, que repõe a proposta de alteração da lei antiterrorismo:

- PL 9.604/2018: dispõe sobre **o abuso do direito de articulação de movimentos sociais**, destinado a dissimular atuação terrorista, inserindo parágrafo no art. 2º da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Na essência, pretende alterar a lei 13.260, de 2016, para **incluir** entre os casos de terrorismo eventuais atos dissimulados de **movimentos sociais**, exemplificando a **ocupação de imóveis urbanos ou rurais**, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

-PL 9.858/2018: dispõe sobre a **atividade terrorista de movimentos sociais**. Pretende **incluir entre os casos de terrorismo**, atos disfarçados de manifestação, ação individual, coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, ocasionarem invasão de prédios públicos, de propriedade privada, urbana ou rural, bloqueio de vias públicas, impedimento ou tentativa de impedimento do direito de ir e vir, depredação ou destruição de máquinas, equipamentos, instalações, prédios ou plantações. (BRASIL, 2018. Grifos nossos).

Assim, o Estado brasileiro pretende recrudescer até mesmo na formalidade jurídica os direitos políticos da população brasileira, tornando ilegal as ocupações e bloqueios de vias públicas, instrumentos de luta contra a investida do capital sobre os direitos dos trabalhadores, colocando-os como inimigos do Estado.

Isto não é por acaso. As ocupações talvez sejam a forma mais antiga da classe trabalhadora brasileira lutar, antes mesmo das greves. No escravismo colonial, a resistência ao escravismo se deu pela ocupação de espaços nas florestas, constituindo os quilombos como espaço de resistência presentes em todos os séculos de escravidão. (FIABANI, 2012).

Na atual quadra histórica, foram as ocupações estudantis nas escolas e universidades a primeira resposta ao processo de golpe de Estado de 2016 e o projeto de sociedade que ele quer impor, tendo se alastrado por todo o território nacional; o maior movimento urbano do Brasil contemporâneo é o dos trabalhadores sem teto que ocupam terrenos e prédios públicos lutando contra a especulação imobiliária na área urbana; isto sem falar do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, um dos maiores movimentos sociais do mundo, que desde a década de 1980 se utiliza da estratégia de ocupação de áreas rurais para lutar por outro modelo de agricultura que não seja baseado no latifúndio.

Assim, as elites estão dispostas a arrancar nossos direitos e criminalizar nossas formas de luta, como meio de usar a força para nos impor patamar severo de exploração econômica, que aprofunda as opressões que sustentam no cotidiano a hierarquização do trabalho. A proibição estatal jamais significou a extinção destes movimentos. Significa tão somente que a polarização da luta de classes caminha para a guerra de classes em que o Estado assumirá sua face mais autoritária, levando a práticas cada vez mais radicalizadas na manutenção e ruptura com o status quo.

Considerações finais

O artigo ora proposto teve por objetivo debater a criminalização dos movimentos sociais no Brasil como um fenômeno particular que expressa um tempo histórico do capitalismo global: período de aguda crise estrutural do capital conjugada com crise conjuntural que determina a necessidade do capital avançar sobre os direitos dos trabalhadores para alavancar suas taxas de lucro.

A polarização da luta de classes não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas assume contornos particulares num país em que se erigiu o capitalismo sem romper com a base colonial e escravista. Num país de elite particularmente truculenta, autoritária e conservadora que firma seu poder

por dentro de um Estado de mesma natureza, o recrudescimento dos direitos não se restringe apenas ao campo trabalhista, ou social: os direitos civis e políticos também estão em xeque.

Entre o tempo de escrita e publicação deste artigo, o governo Bolsonaro por meio do intitulado “Pacote Anticrime” de Sérgio Moro denota que quer ainda mais truculência! Não basta criminalizar e prender, como sugere a lei antiterrorismo. Isto é pouco! Com a proposição do “excludente de ilicitude” nas situações de medo ou violenta emoção mostram que o que se quer é o direito irrestrito ao Estado de matar.

Longe de ser uma questão circunstancial e passageira, a virada autoritária do capital é uma tendência global que está apenas iniciando e tende a se alastrar por todo o planeta, radicalizando a luta de classes em todo o mundo.

Ares democráticos apenas serão sentidos novamente pelos trabalhadores do mundo e processos civilizatórios apenas serão galgados se ousarmos ultrapassar os limites do capital, sobretudo no Brasil em que nos pesa o fardo que o imperialismo nos impõe enquanto país de capitalismo dependente.

Esta tarefa requer a construção de luta autônoma da classe trabalhadora por todo o mundo, enquanto classe para si, sem mais ilusões com as possibilidades de transformação por dentro das instituições (falidas) burguesas. O capital só tem a nos oferecer a barbárie! Rupturas são necessárias para trilharmos o caminho da civilização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016**. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2017.

_____. **PL 9.604/2018**. Dispõe sobre o abuso do direito de articulação de movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposi->

[cao=2082470](#)>. Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. **PL 9.858/2018**. Dispõe sobre a atividade terrorista de movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. IANNI, O. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência**. São Paulo, Boitempo. 2009.

_____. **Para Além do Capital**: Por uma teoria da transição. São Paulo, Boitempo. 2011.

A CONFLITUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: LEITURAS A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO DATALUTA - ESTADO DE MATO GROSSO - BRASIL

Giseli Dalla Nora

Onélia Carmem Rossetto

Gabriella Matos Santiago

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Introdução

O elemento que caracteriza a questão agrária no Brasil é a concentração da posse da terra nas mãos de uma minoria de detentores de meios de produção, cujos dados mais recentes, revelados pelo Censo Agropecuário 2017 (BRASIL, 2018a), demonstram que a estrutura fundiária continua concentrada, pois registraram-se 1.935.839 estabelecimentos rurais de até 10.000ha ocupando uma área de 7.711.580 hectares e 2.400 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 51.823.420 hectares, evidenciando o desequilíbrio na condição de distribuição das terras, como consequência, registra-se constantes conflitos que resultam da oposição entre o campesinato e o agronegócio que, na perspectiva de Fernandes (2005) e Girardi (2008), disputam territórios imateriais (ideologias, posições políticas, cargos nos governos, aprovação de leis, apoio da opinião pública etc.) que se transformam em territórios materiais como a terra, os meios de produção, o apoio financeiro dos governos entre outros.

As contradições, desigualdades e conflitos se manifestam por meio das diferenças regionais e estaduais. Inserido nesse contexto, o Estado de Mato Grosso registra um crescimento econômico apoiado no aumento internacional dos preços das *commodities* e no monocultivo de extensas áreas de soja, milho, algodão, que avançam em direção à Floresta Amazônica e ao Pantanal Mato-Grossense – dois biomas de alta vulnerabilidade socioambiental. Observa-se também a redução de áreas de florestas e de pastagens naturais em estabelecimentos agropecuários e o aumento do volume de produção das lavouras temporárias e permanentes, evidenciando a consolidação da cadeia produtiva do agronegócio em todo o território mato-grossense. Assim, o território estadual apresenta múltiplas temporalidades e espacialidades refletidas por um lado na concentração de terras e nos promissores indicadores econômicos; por outro lado na resiliência dos camponeses, qui-

lombolas e indígenas retirados de suas terras, ameaçados pela insegurança alimentar e pelos impactos negativos que resultam das práticas do agronegócio.

O Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) - Mato Grosso, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA), integra a Rede DATALUTA Brasil que congrega mais quinze universidades brasileiras e aproximadamente cinco Sul - americanas que articuladas contribuem para o projeto Banco de Dados da Luta Pela Terra (Dataluta) – Brasil. Contribuição que consiste na coleta, sistematização, disponibilização e análise de dados sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e conflitos no campo brasileiro.

Diante da problemática apresentada, este artigo – produto das reflexões e dos debates do coletivo de pensamento do GECA – tem como principal objetivo analisar a questão agrária no estado de Mato Grosso entre 2009-2016, com base nos problemas que se destacaram no período e mereceram reflexões mais aprofundadas, a saber: estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais de luta pela terra e criação de assentamentos rurais.

Aportes metodológicos

As estratégias metodológicas utilizadas no Projeto Dataluta residem em diversas etapas conectadas entre si (Figura 1) e no acompanhamento diário das notícias veiculadas em três jornais impressos do estado de Mato Grosso, a saber: A Gazeta, Diário de Cuiabá e Folha do Estado, sendo registrados três temas: as ocupações de terra, manifestações do campo e estrangeirização das terras.

As ocupações e manifestações são lançadas em uma planilha específica com os itens: macrorregião; unidade federativa; microrregião, município; nome do imóvel ocupado; número de famílias que participaram da ocupação; nome ou sigla do movimento socioterritorial; dia, mês e ano que ocorreu a ocupação; grupo de pesquisa que registrou o ato e nomenclatura das fontes.

O arcabouço conceitual utilizado pelos integrantes do projeto Dataluta dos vários estados entendem manifestação como atos públicos em um ou vários locais, com a participação de organizações sociais, camponesas e do agronegócio que explicitem as conflitualidades da questão agrária. O projeto também contribui para a busca de indicadores sobre a estrangeirização das terras em território nacional, seguindo a orientação da pesquisa via seleção dos textos de jornais.

Os dados sobre as ocupações são encaminhados para o Núcleo de

Estudos e Projetos da Reforma Agrária (NERA/UNESP) e comparados com os dados produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), resultando na Base Geral de Ocupações de terra no Brasil, instrumento que possibilita a análise comparativa entre as unidades da federação e argumentos para uma leitura crítica do processo de reforma agrária que vem ocorrendo em território nacional.

O Dataluta - Estrutura Fundiária busca sistematizar e atualizar os dados de estrutura fundiária com base nas informações produzidas pelo INCRA, onde os índices são exportados do banco de dados Access e codificados segundo os códigos dos municípios brasileiros adotado pelo IBGE. Em seguida são elaboradas tabelas nacionais, regionais e estaduais da estrutura fundiária do INCRA.

As informações do Dataluta - Mato Grosso são disponibilizadas no conjunto de informações do Dataluta – Brasil que realiza o mapeamento dos dados com o apoio do programa de cartografia geográfica Philcarto (GIRARDI, 2008) e disponibilizados no Atlas da Questão Agrária Brasileira (www.fct.unesp.br/nera/atlas).

O campo brasileiro e suas contradições

Antes de discutir os dados sistematizados no relatório DATALUTA de 2016, faz-se necessário refletir um pouco sobre as contradições presentes no campo brasileiro, principalmente no que diz respeito ao processo de ocupação. O campo brasileiro tem muitas faces. Porém, a mídia se encarrega de fazer apenas uma ser visualizada. Mais que ser vista, ter voz ativa frente às suas demandas. O Estado de Mato Grosso é um bom exemplo dessa máxima. Afinal, se trata do “Estado do Agronegócio”. Pois o “agro é Pop”, já diz a grande mídia. Mas e as outras faces que são esquecidas neste cenário? E essas outras vozes que são caladas frente ao discurso midiático? Na verdade, estamos cometendo uma injustiça, essas outras faces têm voz e são vistas pela grande mídia sim. Afinal, quem nunca leu um artigo em jornal de grande circulação focando nos “transtornos” causados pela ação de movimentos de resistência camponesa, enquanto as razões que levaram a estas ações são silenciadas? Pois é, não basta apenas tirar a voz destas outras frentes que estão no campo brasileiro. É preciso transformar a sua imagem em algo criminoso. E como querem agora, transformar em terroristas¹.

O discurso emanado pelas frentes midiáticas, articulado com os grandes produtores, sempre justifica os seus atos através de um suposto projeto desenvolvimentista, que levará desenvolvimento para o estado como um

¹ Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/20/mudanca-na-lei-antiterrorismo-opoe-representantes-de-movimentos-sociais>.

todo. Porém, há de se refletir: a realidade do campo brasileiro e mato-grossense é essa mesma? O Agronegócio é um caminho sem volta? Temos que destacar que a questão agrária brasileira, assim como a mato-grossense, tem problemas referentes à implantação da agricultura moderna e ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste sentido, é preciso se pensar no todo das relações produzidas nesse cenário.

Mais do que uma frente ideológica que a todo instante bombardeia de informações, circulando notícias a respeito da reprodução do capital no campo brasileiro, temos que pensar as frentes contra-hegemônicas que se articulam para fazer resistência a este discurso que impera em diversos veículos de informação. Posto isto, há de se destacar que além de frentes de trabalhos e resistências desenvolvidas por movimentos sociais e pastorais, destacam-se também os grupos de pesquisas em universidades e demais instituições de ensino que desenvolvem trabalhos, quantificando e qualificando as relações conflituosas produzidas no campo brasileiro.

Conforme aponta Martins (1999), o processo de acumulação de terra é abordado como uma forma de “desbloqueio” ao desenvolvimento econômico, pois as grandes propriedades nas mãos de algumas poucas pessoas poderiam resultar na capitalização da agricultura, claro que apoiada por uma política desenvolvimentista do estado.

A sustentação desse projeto é antiga, desde o regime das sesmarias, mas sua legitimação se dá através da Lei de Terra de 1850, fato que contribuiu para que a terra ficasse nas mãos da elite. Neste contexto, a precarização da vida camponesa ganha contornos mais dramáticos, pois a força do capital econômico na história do capitalismo, para sua reprodução, sempre avançou de maneira devastadora e sempre às custas da classe trabalhadora.

Por isso, neste processo é “natural” o conflito, pois há interesses distintos em jogo: a reprodução de um modo de vida (territorialidade camponesa) x reprodução do capital (a territorialidade capitalista). Esta situação levou pesquisadores a usarem o termo conflitualidade para entender esta relação. A conflitualidade é o “processo de enfrentamento perene, alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro” (FELÍCIO, 2006, p. 19).

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Nenhuma força

ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la (FERNANDES apud FELÍCIO, 2006, p. 20).

Girardi e Fernandes (2009) estabelecem diferenças conceituais entre os termos conflito e violência. Na perspectiva dos autores, conflito não é sinônimo de violência, pois é uma ação criadora para a transformação da sociedade; já a violência pode ou não ser resultado de um conflito e se caracteriza pela destruição física ou moral. Assim, a violência tenta pôr fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas e por isso barra o desenvolvimento.

Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Por sua vez, assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência. Os conflitos podem acabar por duas formas: por sua resolução, promovendo o desenvolvimento, ou então por meio da violência. Violência e conflito são conceitos diferentes. A violência no campo brasileiro é deflagrada por fazendeiros contra camponeses e trabalhadores rurais que lutam pela terra ou que estejam no seu caminho na especulação fundiária e grilagem de terras. O que se verifica hoje, principalmente na fronteira agropecuária. Esta violência ocorre paralelamente à agricultura altamente produtiva que caracteriza o agronegócio e por isso configura o que Oliveira (2003) chama de *barbárie da modernidade*.

Soma-se a este processo, conforme aponta Gonçalves (2005), outro elemento que contribui para o acirramento do conflito no campo brasileiro, que é a violência simbólica praticada pela imprensa, que muitas vezes omite informações e veicula uma noção acrítica do que seja progresso.

Tal cenário de conflitos diariamente leva ao campo brasileiro a violência física e a opressão, que de tempos em tempos ganham os noticiários, relatando o saldo destes conflitos, que muitas vezes acabam se consumando em chacina de posseiros e camponeses. Em Mato Grosso é importante se ressaltar que o processo de ocupação e concentração de terras se dá de forma mais ampliada a partir de 1960, através da iniciativa do Governo Militar de ocupar e desmatar, com a justificativa de valorizar a terra. Esta mudança regional brusca e os conflitos dela resultantes se dão “ a partir do estabelecimento de uma dinâmica frente pioneira liderada pelo Estado, composta por grandes projetos de infraestrutura e assentamentos”. Durante a ditadura militar (1964-1985), tanto o Estado como grupos investidores e migrantes estavam empenhados em ocupar, desbravar, desmatar e assim valorizar a terra no sentido teórico da modernização (KLINGLER; COY, 2014).

Atendendo a uma certa tendência ao desenvolvimento global, que busca modernizar a agricultura, o Brasil e conseqüentemente o estado de

Mato Grosso adotaram esta modernidade em sua prática, quando vários médios e grandes agricultores passaram a implementar nos processos produtivos o pacote tecnológico presente na denominada “Revolução verde”, um pacote de insumos que incluía fertilizantes, agrotóxicos, maquinários, etc. (MARTINE; GARCIA, 1987 apud SILVA, 2014).

Porém:

Trata-se de uma modernização da agricultura conservadora, pois, não modificou a estrutura fundiária e as relações de trabalho; acabou gerando a expropriação e a expulsão dos camponeses que não tinham condições de competir com os médios e grandes produtores; acentuou a violência no campo e os conflitos entre os trabalhadores rurais sem terra e os latifundiários. São inúmeros os casos de latifundiários que possuem extensas propriedades de terra, muitas delas consideradas improdutivas, mas, mesmo assim, são retidas como bem de valor (SILVA, 2014, p. 03).

Estes fatores, associados a diversos interesses dos detentores do grande capital, nas mais diversas áreas, fizeram o discurso do agro ganhar a força que tem e, conforme aponta Fernandes (2008), se tornar uma ditadura do pensamento único em favor do agronegócio e da criminalização das lutas dos camponeses – e suas organizações se reproduzem massivamente.

E o trabalhador do campo neste processo? Para se poder pensar o trabalhador do campo, temos que resgatar as concepções teóricas que permitiram entender quem foram/são os trabalhadores do campo nas últimas décadas. É comum se deparar com diferentes nomes para identificar o trabalhador rural. Em geral destacam-se dois, por trazerem abordagens carregadas de sentido: Camponês e Agricultor Familiar.

Essas concepções teóricas que buscam entender quem são os trabalhadores do campo partem de duas teorias: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Girardi traz a seguinte contribuição para o tema:

O PQA analisa o campo a partir da teoria marxista e o eixo central de discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. Para o PQA, o desenvolvimento da agricultura camponesa depende da solução desses problemas, o que requer ir contra as leis gerais do capitalismo. Contrariamente, o PCA, cuja obra referencial que adotamos é o trabalho de Abramovay (1992), propõe uma

ruptura com o paradigma marxista e afirma que a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos é resultado da metamorfose do camponês em agricultor familiar. O problema da agricultura de base familiar seria resolvido a partir do desenvolvimento do capitalismo até um grau ótimo, tal como nos países desenvolvidos (2008, p. 92).

É importante ressaltar que neste cenário (PCA), o agricultor familiar é uma nova figura e se difere do camponês tradicional. O agricultor familiar seria aquele camponês que assume a condição de produtor moderno e totalmente integrado ao mercado (SILVA, 2014).

O Paradigma do Capitalismo Agrário entende que é inevitável o desaparecimento do campesinato e por isso “a única possibilidade de sobrevivência do camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção” (FELICIO, 2006).

Em contrapartida a esta sujeição de interação do agricultor familiar e agronegócio, os movimentos socioterritoriais no campo têm revelado que a permanência do camponês ainda existe, mesmo diante do processo de territorialização do capital através da constante expansão do agronegócio. Por isso a luta pela terra e, conseqüentemente, pela reforma agrária faz com que as famílias camponesas organizadas ocupem os latifúndios num processo de espacialização e territorialização (SILVA, 2014).

Já o Paradigma da Questão Agrária “entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir” (FELICIO, 2006).

Neste sentido, Felício (2006) completa:

[...] a análise da luta camponesa compreende espaço, sujeito e tempo de forma dialética constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil. Assim, a luta pela terra no Brasil é elemento inerente à história do campesinato movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa [...].

Neste processo, para se entender os caminhos da questão agrária brasileira tem que se definir de forma clara a perspectiva teórica a ser assumida, pois uma prevê o fim do campesinato, enquanto a outra vê a recriação do campesinato através da luta pela terra.

Por isso, reafirmamos que o compromisso do Grupo de Pesquisas em

Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA) é o de buscar entender esta complexa relação no campo mato-grossense, a partir da perspectiva do Paradigma da Questão Agrária – sendo (neste contexto) o camponês uma resistência que está a todo momento se recriando em busca da reforma agrária.

Como discutido, o campo brasileiro e mato-grossense tem suas complexidades. Não se trata de um ambiente homogêneo. Há diferenciações até mesmo nas abordagens metodológicas que deveriam ser convergentes.

O Relatório Dataluta Mato Grosso traz dados que ajudam pensar a complexidade das relações existentes no campo, tais como ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações do campo no estado de Mato Grosso. Contribui ainda no entendimento das dinâmicas agrárias e dos problemas do campo: concentração fundiária, a expropriação do campesinato, a ineficácia das políticas públicas agrárias e os conflitos agrários.

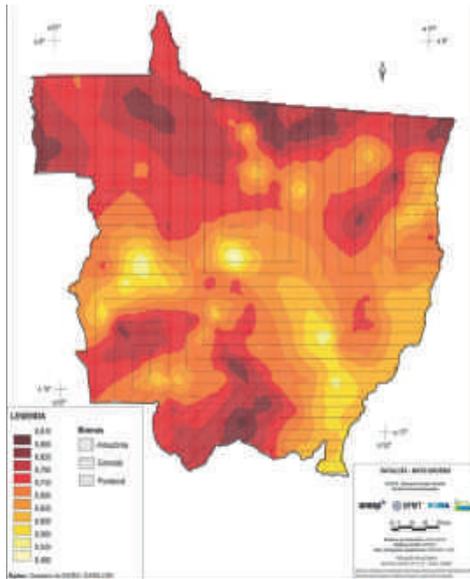
Para tanto, é sempre preciso se pensar de maneira crítica esse cenário e as frentes de resistência que fazem enfrentamento contra o grande capital. Neste sentido, a discussão desse artigo se pautará nos movimentos socioterritoriais atuantes em Mato Grosso. Um primeiro questionamento a se fazer é: o que são movimentos socioterritoriais? Bem verdade que a bibliografia fora da geografia tem debatido bastante os movimentos sociais de uma maneira geral. Mas e na geografia, como se dá esta discussão?

Dentro da geografia, buscou-se pensar os movimentos sociais como movimentos socioterritoriais, visto essa abordagem precisar ser pensada a partir dos movimentos de territorialização e desterritorialização, pois a construção de um tipo de território quase sempre significa a destruição de um outro tipo de território (FERNANDES, 2004). Os movimentos se organizam em defesa de territórios, que no campo brasileiro têm se dicotomizado, sendo representado por um território de negócio e exploração e um território de trabalho e reprodução de um modo vida.

Por isso, além da compreensão dos movimentos socioterritoriais a partir da sua materialização e abordagem dentro da geografia, podemos nos apropriar das leituras de outras ciências e defini-los como “grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade” (FERNANDES, 2004, p. 3).

Nos movimentos socioterritoriais de resistência no campo, temos como ação marcante de defesa de interesses a ocupação que se constrói através da práxis que tem

Figura 2 – Índice Gini, 2017



Fonte: Relatório Dataluta 2017.

A concentração de terras vem ocorrendo como resultado das políticas agrárias em diferentes temporalidades: no período das sesmarias, durante o sistema possessório e no período republicano onde os mecanismos de burla permitiram a posse de terras por uma mesma família por gerações consecutivas. As taxas mais elevadas de concentração da estrutura fundiária se estendem pelos três biomas presentes no Estado de Mato Grosso. No Bioma Amazônia destacam-se as Microrregiões de Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Norte Araguaia, Sinop e Paranatinga. Na transição Cerrado - Pantanal a elevada concentração de terras se destaca nas Microrregiões Tangará da Serra e do Alto Pantanal.

Rossetto (2016) registra que muitos integrantes da classe camponesa do Norte mato-grossense são migrantes ou descendentes dos migrantes originários do Sul do país que participaram do processo de avanço da fronteira agrícola. Os trabalhadores eram estimulados a ocupar as terras sob o comando das colonizadoras públicas e privadas, mantidas pelo poder estatal como é o caso do município de Alta Floresta, criado a partir de um projeto de colonização particular, através da Colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A) em uma área de 527.936,7400 hectares com 3.487 lotes rurais e 7.493 lotes urbanos.

Nesse processo expansionista, os agricultores se sujeitavam a qualquer tipo de trabalho com a esperança de acesso à renda que propiciasse

a compra de terras. No entanto, o espaço geográfico da fronteira agrícola Norte mato-grossense atualmente é a área que concentra terras e capital, lócus territorial do agronegócio. A agricultura camponesa localizada nas Microrregiões de Colíder, Alta Floresta, Aripuanã e Alto Teles Pires, se caracteriza pelo considerável grau de tecnificação e subordinação ao agronegócio por meio da cadeia carne-grãos, contribuindo para o aumento da diferenciação interna da agricultura camponesa (ROSSETTO, 2015).

Inserida no contexto do agronegócio, a Mesorregião Nordeste Mato-grossense, Microrregião Norte Araguaia, conhecida como Vale do Araguaia, também apresentam elevado índice de concentração fundiária (GINI entre 0,860 a 0,910), especificamente nos municípios de Santa Terezinha, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu e Conquista D'Oeste.

A desconcentração fundiária no Estado de Mato Grosso é marcada pela luta em prol da reforma agrária, intensificada a partir da metade da década de 1990, com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em 1994 e a realização da primeira ocupação de terra pelo movimento no município de Pedra Preta em 1995 (FERNANDES, 2000). Os movimentos socioterritoriais e os municípios onde atuaram entre 2000-2016 estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Mato Grosso – Movimentos socioterritoriais e municípios onde atuaram 2000-2016

SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	MUNICÍPIOS
AGRICULTORES QUE VIVIAM EM TERRA	Agricultores que viviam em terra Indígena	Alto Boa Vista
ASA	Associação Santo Antônio	Guiratinga
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Rondonópolis
Cebi	Centro de Estudos Bíblicos	Cuiabá
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Cuiabá
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	Cuiabá
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Jangada, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Rosário Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Cuiabá, Guiratinga, Itaúba, Jaciara, Rio Banco, Chapada dos Guimarães, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Guarita, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger, Peixoto de Azevedo, Pedra Preta
CRB	Conferencia dos Religiosos do Movimento dos Atingidos por Barragens	Cuiabá
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Acorizal, Sinop
MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	Nova Guarita, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Maringá, Alto Boa Vista, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Barra do Garças, Colíder, Comodoro, Itaúba, Juína
MLT	Movimento da Luta Pela Terra	Barra do Garças, Cáceres, Campinápolis, Cuiabá, Jaciara,
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Cáceres, Cláudia, Cuiabá, Glória D'Oeste, Itaúba, Jaciara, Nova Olimpia, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra,
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Rondonópolis
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Cáceres, Cuiabá, Jaciara, Pedra Preta, Rondonópolis
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Porto Alegre do Norte
OI	Organização Independente	Chapada dos Guimarães, Cuiabá
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Nova Brasilândia, Rosário Oeste, Nova Ubitatã, Cuiabá, Rondonópolis

Fonte: DATALUTA Mato Grosso (2017).

O Quadro 2 demonstra que em 2016 os movimentos socioterritoriais passaram a ser influenciados e organizados por instituições religiosas, elemento que não é novo, pois a Comissão Pastoral da Terra (CPT), originária da religião católica, vem desde sua criação registrando e lutando ao lado do campesinato. Contudo, observa-se que a sua atuação tem se ampliado, inclusive criando lideranças nos assentamentos da reforma agrária. Neste sentido é oportuno citar, também, o Conselho Indigenista Missionário, que tem sua organização ligada a grupos religiosos e atua fortemente na defesa das terras indígenas.

Quadro 2 – Tipo de Organizações atuantes na Luta pela Terra em Mato Grosso

SIGLA	NOME	TIPO/ORGANIZAÇÃO
**	Agricultores que vivem em terra	Movimento Camponês
ASA	Associação Santo Antônio	Movimento Camponês
Cebi	Centro de Estudos Bíblicos	Religioso
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Religioso
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Movimento Camponês ligado à educação
CIMI	Conselho Indigenista Missionário	Organismo Religioso vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Conjunto de sindicatos de trabalhadores rurais
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Religioso
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	Religioso
MAB	Movimento dos atingidos por barragens	Movimento Camponês

Continua

Quadro 2 – Tipo de Organizações atuantes na Luta pela Terra em Mato Grosso

Continuação

**	Movimentos Indígenas	Indígena
MLT	Movimento da Luta pela Terra	Movimento Camponês
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Movimento Camponês
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Movimento Camponês
MTAA/ MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Movimento Camponês
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Movimento Camponês
OI	Organização independente	**
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Movimento Camponês

Fonte: Adaptado do Relatório DATALUTA Mato Grosso (2017).

Entre os grupos sociais que lutam pela terra estão os movimentos indígenas que se destacaram no período devido a processos de etnocídio e genocídio iniciados no período colonial (que continuam em curso). Atualmente a lógica está na inserção no modelo capitalista globalizado que fragiliza sobremaneira as identidades étnicas buscando tornar os povos homogêneos, inseridos na sociedade de consumo.

Foram registradas, pelo coletivo de pensamento do Dataluta Mato Grosso, várias situações de conflitos em terras indígenas (ROSSETTO et al., 2014; ROSSETTO et al., 2015). Entre elas, o conflito por uma área de 1.627.686,4495 ha, denominada de Várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara-MT, Canabrava do Norte-MT, Novo Santo Antônio-MT, Porto Alegre do Norte-MT, Santa Terezinha-MT, São Félix do Araguaia-MT, Formoso do Araguaia - TO, Lagoa da Confusão -TO e Pium -TO, reivindicada como de posse tradicional indígena – dos povos Kanela do Araguaia, dos Xerente e dos Tapirapé.

O grupo étnico Kanela habita o Noroeste de Mato Grosso desde 1948. No entanto, atualmente, os indígenas vivem em diversos núcleos urbanos, nos municípios de Luciara, Santa Terezinha, Confresa, Canabrava do Norte e na aldeia Porto Velho, que constantemente é alvo de grilagem de terras e ocupação irregular de áreas públicas. Além da pressão exercida por fazendeiros, existem empresas de capital nacional e internacional com interesses na região, o que dificulta ainda mais a resolução dos conflitos.

Rossetto et al. (2014) analisam a situação da população indígena residente em áreas urbanas, afirmando que estas vivenciam a mesma problemática dos trabalhadores proletarizados, sendo explorados como mão de obra barata pelos setores trabalhistas que exigem menor qualificação. Assim, passam a integrar os movimentos socioterritoriais do campo e da cidade em busca de melhores condições de vida. O êxodo da população indígena resulta da concentração fundiária em Mato Grosso, tal processo foi se consolidando em cada ciclo econômico com o apoio do capital público e privado.

A Microrregião de Aripuanã se caracteriza pelo elevado índice de GINI da estrutura fundiária e por ocupar o 3º lugar em população Indígena do Estado de Mato Grosso com 3.877 habitantes. Entre as Microrregiões (MRH), os maiores percentuais de população indígena estão concentrados em Canarana, que abrange os municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Novo São Joaquim, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Santo Antônio do Leste, totalizando 12.567 pessoas indígenas.

A concentração de terras e de renda tem como consequência a subordinação camponesa, onde os trabalhadores rurais em situação de miserabilidade são explorados através do trabalho escravo contemporâneo, vivendo expostos a condições insalubres de moradia, higiene, alimentação, indisponibilidade de água potável, jornada exaustiva, ausência de direitos trabalhistas e liberdade. Assim, espaços territoriais como o Estado de Mato Grosso, veiculados pela mídia como grandes produtores agropecuários, providos de abundantes recursos naturais, ocultam a face da pobreza, da obtenção de lucro mediante a exploração de seres humanos (ROSSETTO et al., 2015).

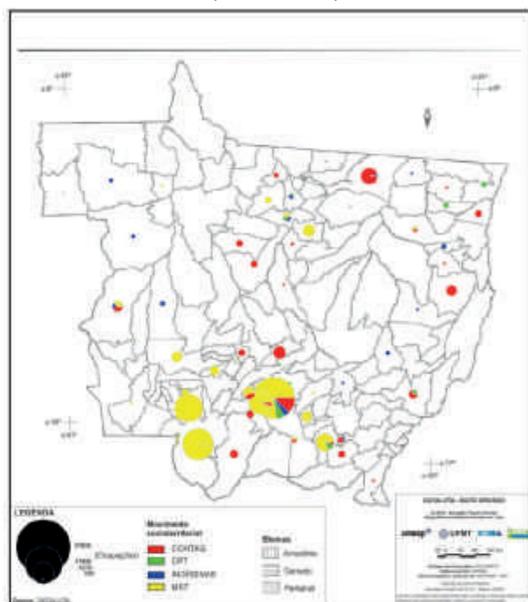
Lima e Dalla Nora (2017) registram que a Amazônia Legal concentra o maior número de ocorrência de trabalho escravo no país (Mato Grosso, Pará e Maranhão). Entretanto, os estados do Centro-Sul (Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) estão nessa lista. Isso comprova que o fenômeno não é exclusividade dos estados que estão em fase de incorporação de novas terras e/ou de modernização do setor primário, ou melhor, o fenômeno em tela atinge as regiões agrícolas “recentes” e as modernas ou consolidadas.

Entre os conflitos agrários, Lima e Rossetto (2017) destacam o caso da chacina na Gleba Taquaraçu do Norte, município de Colniza, onde em 19

de abril de 2017 um bando de homens encapuzados invadiu o acampamento de famílias rurais ocupantes de terra e mataram a todos com requintes de crueldade. O município de Colniza, desmembrado do município de Aripuanã, na região Noroeste, é uma das áreas mais conflituosas do estado por ocasião do descontrole e irregularidades das concessões de terras públicas e da inconsistente política agrária (e fundiária). Os autores analisam que na área do conflito, as tensões entre fazendeiros e trabalhadores rurais e as recorrentes suposições de “terras públicas” e de “terras sem dono” (geralmente, áreas ambientais) geram incertezas e insegurança jurídica, facilitando a atuação de grupos criminosos e a prática de crimes ambientais (desmatamentos), grilagem e pistolagem.

É importante ressaltar que o MST é o movimento socioterritorial de resistência camponesa mais conhecido e está organizado em 24 quatro estados brasileiros, nas cinco regiões do país, e suas principais ações são: ocupação, trabalho de base, acampamento, negociação política, organicidade, espacialização e territorialização (FELÍCIO, 2006). Em Mato Grosso sua atenção ocorre em quase todo o território, conforme apresentado na figura 03, um mapa síntese com a espacialização das ações dos principais movimentos socioterritoriais ao longo dos últimos dezesseis (16) anos, evidenciando o número de famílias em ocupações.

Figura 3 – Principais movimentos socioterritoriais e número e famílias em ocupação – Mato Grosso (2000-2016)



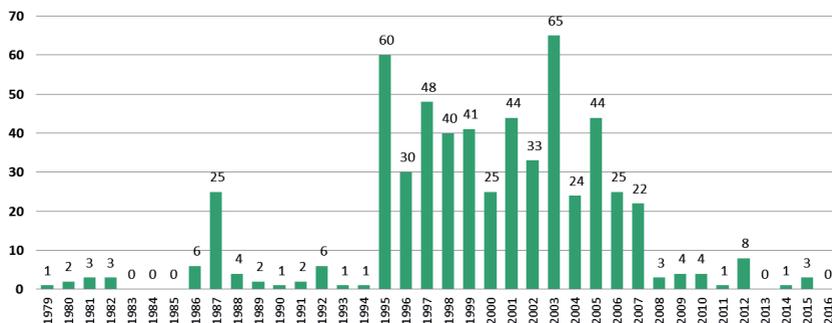
Fonte: DATALUTA Mato Grosso (2017).

É possível perceber que o MST é de fato o movimento mais atuante (em relação à mobilização no número de famílias) em Mato Grosso e tem maior atuação na Porção Sul e Centro-Sul do estado, com destaque para a ocupação na capital do estado, Cuiabá. Em seguida temos a atuação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

A Figura 3 apresenta a atuação de apenas quatro movimentos socio-territoriais e revela alguns municípios que não registraram a atuação de nenhum movimento. No entanto, há de se ressaltar também que a metodologia de coleta de informações se pauta na veiculação de notícias em jornais de grande circulação – e sabemos que muitas ações acabam não sendo divulgadas, seja por conta do interesse dos meios de comunicação, que muitas vezes estão atrelados aos interesses dos rentistas da terra, ou por não julgarem relevantes a resistência camponesa.

Como consequência das pressões exercidas pelos movimentos socio-territoriais, observa-se o aumento dos assentamentos rurais no Estado de Mato Grosso entre 1979-2016 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de Assentamentos rurais de 1979-2016



Fonte: DATALUTA Mato Grosso (2017).

Girardi, Rossetto, Pereira (2011) registram que os assentamentos rurais em Mato Grosso estão concentrados principalmente no Bioma Pantanal e suas bordas (a Bacia do Alto Paraguai) no Sul do estado e na Amazônia no Norte de Mato Grosso. Os assentamentos da região setentrional do estado foram criados no contexto das políticas de colonização da Amazônia promovidas desde o regime militar. Já os assentamentos da porção meridional de Mato Grosso são mais recentes, resultado da demanda dos movimentos sociais que lutam pela terra. Girardi et al. (2012) ressaltam que as famílias assentadas em Mato Grosso estão concentradas principalmente no bioma Amazônia. Já o Cerrado, que constitui as terras mais propícias ao agronegócio, possui pouquíssimos assentamentos.

Considerações finais

Com base nos dados da plataforma DATALUTA Brasil e nos relatórios nacional e estadual, adotando-se como referência o período de 2000 a 2016, percebe-se que a atuação dos movimentos socioterritoriais já foi mais intensa e dinâmica. Evidencia-se, também, que os casos de manifestações foram pontuais e localizados. Aliás, na maioria das vezes, também foram motivados por questões afetas à política nacional e ao enfrentamento com os poderes executivo, legislativo e judiciário.

A propósito, o momento atual conturbado política e socialmente registra maior intervenção do Estado e emprego das forças de segurança pública, com casos de violência contra as pessoas envolvidas e de repressão às organizações sociais de defesa dos trabalhadores rurais. Porém, a atuação dos movimentos socioterritoriais tende a continuar, dada à incessante luta em defesa dos direitos conquistados e a não aceitação dos retrocessos políticos e sociais.

Sendo assim, as questões relativas ao entendimento dos conflitos e superação dos problemas decorrentes da inserção do grande capital na agricultura demandam pesquisas que auxiliem os movimentos socioterritoriais a manterem a resistência pelo território de trabalho.

Pensar a questão agrária sob a perspectiva dos movimentos socioterritoriais, é pensar o destino que se quer sobre a questão agrária. Afinal, se trata do debate entre a sujeição de uma classe à força hegemônica, ou um movimento contra-hegemônico de resistência. Aceitar que o pequeno produtor deve se inserir no modo de produção capitalista exercendo as relações que este impõe, é aceitar a precarização das relações humanas e do trabalho, nos moldes que ocorreu com o trabalho (urbano) após a revolução industrial, principalmente com o trabalho fabril.

Este é um trabalho que tem como objetivo tornar pública a atuação dos grupos de pesquisas ligados à questão agrária, em especial a do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA/UFMT), que tem responsabilidade de coletar e sistematizar os dados que alimentam a base de dados da Rede DATALUTA Brasil. Espera-se ter contribuído de alguma maneira para o fortalecimento teórico da luta pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS

COY, M.; KLINGLER, M. Frentes pioneiras em transformação: O Eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, 2014.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, p. 14-30, 2006.

FERNANDES, B. M. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, AGB, n. 15, p. 59-85, 2000.

_____. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual. **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Gramado, RS, 2004.

_____. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>>. Acesso em: 07 jul.2018.

_____. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>. Acesso em: 05 jun. 2018 .

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia da conflitualidade no campo brasileiro**. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 339-366.

GIRARDI, E. P. et al. **Boletim Dataluta**. maio 2012.

GIRARDI, E. P.; ROSSETTO, O. C.; PEREIRA, L. I. Ações de luta pela terra no Estado de Mato Grosso em 2011. **Boletim Dataluta**, abr . 2013.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Caderno Conflito no Campo**, Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, p. 142-156. 2005.

LIMA, D. M. D. F.; DALLA NORA, G. O trabalho escravo e a exploração da terra e dos trabalhadores rurais nas? novas? fronteiras do capital na agricultura moderna brasileira. **Boletim DATALUTA**, v. 01, p. 01-10, ago . 2017.

LIMA, D. M. D. F.; ROSETTO, O. C. Os conflitos agrários na Amazônia Mato-Grossense: o caso da chacina de Taquaraçu do Norte, município de Colniza, Mato Grosso, Brasil. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 02-10, 2017.

MARTINS, J. S. A aliança entre o capital e a propriedade da terra no Brasil: A aliança do atraso. In: _____. **O poder do atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 52-92.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003.

ROSSETTO, O. C. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-Grossense. In: _____.; TOCANTINS, N. (Org.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia & Conservação da Biodiversidade**. Porto Alegre: Editora Compasso & Lugar, Cultura, 2015. Disponível em: <http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_1> e <http://issuu.com/imprensa.livre/docs/pantanal_parte_2>. Acesso em: 09 fev. 2018.

_____. Concentração fundiária e conflitos socioambientais em Mato Grosso – Brasil. **Boletim Dataluta GECA**, abr . 2016.

ROSSETTO, O. C. et al. O Campesinato Indígena na Construção do Espaço Geográfico Mato Grossense. **Boletim Dataluta**, abr . 2014.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P.; DALLA NORA, G.; PAULLI, L. Faces da questão agrária em Mato Grosso: Agronegócio e trabalho escravo contemporâneo. **Boletim Dataluta**, maio 2015.

ROSSETTO, O. C.; LIMA, D. M.; NORA, G. D. **Banco de Dados da Luta pela Terra Relatório Mato Grosso 2016**. Cuiabá, MT: DATALUTA, 2016.

SILVA, G. M. As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura, desenvolvimento territorial rural. **Boletim DATALUTA**, março 2015.

VIEIRA, A. Mudança na Lei Antiterrorismo opõe representantes de movimentos sociais. **Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/20/mudanca-na-lei-antiterrorismo-opoe-representantes-de-movimentos-sociais>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

TRABALHO ASSOCIADO E AGROECOLOGIA: O SER CAMPONÊS NA CAPITAL DO AGRONEGÓCIO

Edson Caetano

Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo

Cristiano Apolucena Cabral

A existência concreta no campo é marcada historicamente por um cotidiano que apresenta por um lado, a violência, a exclusão, a desigualdade e a privação há que estão submetidos os camponeses e camponesas e por outro lado, a persistência dos mesmos, no sentido do questionamento dos ditames do capital, na perpetuação de um modo de ser e existir e na construção de um mundo justo, solidário e fraterno. Esse é o pressuposto das reflexões efetivadas no texto, ou seja, as discussões acerca do campesinato no Brasil devem ter enquanto binômio a consideração das contradições (luta de classes) que marcam a luta, a posse, a vida e a morte na e pela terra e as possibilidades (estratégias) para a superação da sociedade de classes na direção da sociedade dos produtores livremente associados¹.

A defesa/luta pela reforma agrária, bem como dos movimentos sociais do campo, se apresentam como fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária, entretanto, não se pode negligenciar as reflexões e ações centradas na existência real nos assentamentos e comunidades e povos tradicionais. A produção da existência das trabalhadoras e trabalhadores do campo nos assentamentos se constitui enquanto etapa tão importante e estratégica (na contraposição em relação ao capital/agronegócio) quanto o momento das ocupações/acampamentos.

Nesse capítulo, nosso propósito é refletir sobre a agroecologia e o trabalho associado/produção associada, preconizando a possibilidade e a necessidade de viabilizar a constituição de relações sociais diferentes das preconizadas pelo neoliberalismo, bem como, a convivência respeitosa entre todos os seres vivos. Temos consciência da complexidade que permeia os esforços da classe operária para a edificação de um outro tipo de sociedade e nessa perspectiva convém reafirmar que a agroecologia e a produção associada não se constituem enquanto panaceia e sim elementos que articulados a outros tantos podem viabilizar o papel histórico do proletariado.

¹“A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento” (MARX, 2011, p. 101).

As relações dialéticas de produção agroecológica e reprodução da existência contra o capital.

Os povos do campo possuem uma singularidade - sendo eles (CARVALHO, 2005) assentados, assentadas; comunidades tradicionais; posseiros, posseiras; colonos, colonas; lavradores, lavradoras; camponeses, camponesas; varzeiros, varzeiras; quilombolas ; etc. - à qual está presente em sua relação com a terra, com o território, com os saberes tradicionais e populares, com a natureza e com o trabalho coletivo.

A terra, ou a propriedade, não é somente uma posse jurídica sobre um espaço produtivo, mas é uma terra-de-trabalho, uma terra-de-moradia, uma terra-de-consumo, uma terra-de-lazer. Estas relações e significações sobre este espaço territorial preservam valores que são populares, tradicionais os quais têm por fundamento histórico a indispensável satisfação de necessidades e o trabalho.

É a existência destas necessidades da produção e reprodução da vida que determina a inevitável existência do trabalho. Desta forma, o equilíbrio entre trabalho e consumo (PLOEG, 2016) é o que regula o modo de viver dos povos do campo. Não se intensificando a utilização da força de trabalho para além do consumo. Esforça-se o indispensável para aumentar a produção até satisfazer as necessidades de consumo.

Esta maneira equilibrada entre trabalho e consumo, entre penosidade e utilidade (PLOEG, 2016) está entranhada na produção material e imaterial da vida do campo se tornou cultura, uma cultura tradicional apoiada em saberes históricos.

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1996, p. 84-85).

Para a reprodução material e imaterial da vida é preciso que haja uma simbiose com o ecossistema e com o conhecimento sobre o mesmo. Assim, se no processo produtivo é destruído ou fragilizado este ecossistema, a própria possibilidade de satisfação será negada. Por isso que trabalho e educação estão entrelaçados na mesma intencionalidade.

O intercâmbio com a natureza, pelo trabalho, para a satisfação das necessidades é o que caracteriza a agricultura camponesa. Em outras palavras, é o equilíbrio entre a pessoa e a natureza (PLOEG, 2016). Uma reciprocidade em que o trabalhador e trabalhadora interagem com a natureza enriquecendo o ecossistema para a própria manutenção, tornando este espaço agroecossistêmico².

Este intercâmbio equilibrado com a natureza, só pode ser possível na agricultura de assentados, comunidades tradicionais camponesas, quilombos, etc. quando estes mesmos sujeitos possuem o conhecimento prévio e em construção sobre o próprio ecossistema. Conhecimento este que não é fragmentado, compartimentalizado e distante de sua prática cotidiana e produção da existência.

Dessa forma, o saber local abrange conhecimentos detalhados de caráter taxonômico sobre constelações, plantas, animais, fungos, rochas, neves, águas, solos, paisagens e vegetações, ou sobre processos geofísicos, biológicos, ecológicos, tais como movimentos da terra, ciclos climáticos ou hidrológicos, ciclos de vida, períodos de floração, frutificação, germinação, cio ou nidificação, e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica) e manejo de paisagens (TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2015, p. 97).

Este ‘catálogo de conhecimento’ que foi apreendido com as gerações anteriores, é repassado às próximas gerações em um processo de ensino-aprendizagem singular da educação popular: na prática, na cotidianidade, sem dicotomias ou fragmentações; de maneira disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, e intrínseco à própria produção material e imaterial da vida.

Esta é a proposta agroecológica: a integração destes saberes tradicionais e populares com os conhecimentos científicos para uma vantajosa interação entre a pessoa e a natureza e que promova “os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiam a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos” (ALTIERI, 2012, p. 105), conservação da água, equilíbrio de pragas naturais etc. Contudo, na mesma estratégia de desenvolvimento, a agroecologia não se limita à natureza, mas ao próprio desenvolvimento das famílias e das comunidades do campo. Desta maneira, a sua constituição - disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar - está incluída os saberes populares integrados aos conhecimentos científicos sociológicos, econômicos, antropológico etc. Contribuindo para uma ampla integração

²“Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana” (ALTIERI, 2012, p. 105).

agroecossistêmica, transformando tanto a natureza quanto as relações humanas.

Rompe-se com a determinação histórica da indústria sobre o processo produtivo, sobre a interação trabalhador e trabalhadora com a natureza, a produção e reprodução da existência dos povos do campo os quais tornaram-se alienados. Com a industrialização e tecnologias cuja função é a intensificação da exploração da força produtiva não há mais o controle sobre o ritmo, a intensidade do trabalho, os passos do processo produtivo. Ainda, se tornam obsoleto os saberes populares e tradicionais. Ou seja, toda a autonomia, controle, interações de equilíbrios construídas e constituídas no modo de vida dos povos do campo lhes são retirados.

É a partir desta alienação que a produção imaterial da vida é, simultânea e processualmente, atingida. Os significados, os sentidos dados aos objetos, instrumentos, produção, ecossistemas, enfim, a representação de mundo é transformada. Aqui, educação e ciência estão sob os imperativos do capital.

Por isso, há importância da agroecologia tanto na produção e reprodução material da vida quanto imaterial da vida. As dimensões sociais, econômicas, políticas, técnica, ambiental, cultural em sua dinamicidade dialética inerente (MACHADO, 2013) constrói e constitui a produção e reprodução da existência em sua totalidade, defendendo a vida. Pois, como BRANDÃO (1985, p. 23) reconheceu: “o trabalho de transformar e significar o mundo é o mesmo que transformar e significar o homem”.

Assim, diferentemente da relação industrial com a natureza, a agricultura camponesa tem por base o “capital ecológico (especialmente a natureza viva)” (PLOG, 2009, p. 20). Insumos, fertilizantes, sementes, agrotóxicos que substituem os recursos naturais além de ter por base estabelecida a indústria, tem por intencionalidade imperativa a mercantilização destes produtos para a geração e maximização do lucro. Mesmo que o impacto à biodiversidade e à saúde humana sejam devastadoras. Por isso, que a agroecologia é tanto uma maneira de produzir e reproduzir a existência no campo quanto uma resistência aos imperativos do capital: não depende de recursos externos industrializados (ou dependendo cada vez menos) à própria natureza e na singular maneira de organizar a força de trabalho, na utilização de técnicas e saberes e na produção.

Consequentemente, a construção social da consciência resiste, rompe, supera os mesmos imperativos³: “a construção social da consciência realiza-se através do trabalho, que, por sua vez, resulta da possibilidade de comunicação entre as consciências, ao ser realizados coletivamente e ao ser

³ Obviamente, respeitando as contradições endógenas e exógenas da relação dialética entre a produção material e imaterial da vida no camponês e não-camponês.

coletivamente significado” (BRANDÃO, 1985, p. 23). Desta consciência construída nas relações de equilíbrios trabalho-consumo, penosidade-utilidade, pessoa-natureza tem-se a consciência da relevância social do controle e cuidado na produção agroecológica.

A consciência obtida a partir das necessidades que possuem, na singularidade presente na forma de utilização da força de trabalho, na satisfação das mesmas necessidades, na relação com o ecossistema - constrói, por sua vez, significações sobre estas mesmas ações e intencionalidades. A produção e a reprodução da existência possuem valor e sentido. O povo do campo se vê, se identifica em seu próprio mundo criado. Sistematizando, assim, sua própria cultura. Uma cultura que se apropria dos interesses dos próprios sujeitos. “Afinal, é com a nova maneira de recriar, combinar e utilizar símbolos e valores de cultura, que o povo reconstrói a sua própria identidade popular, aquilo que entre outros educadores corresponde, de algum modo, à consciência de classe” (BRANDÃO, 1984, p. 78).

A agrobiodiversidade realizada pela agroecologia, enquanto intervenção antrópica sobre a natureza, é o que funda e fortalece tanto a ‘identidade’ quanto a ‘consciência de classe’ de camponesas e camponeses e outros sujeitos sociais do campo. É esta agrobiodiversidade que resiste tanto à redução da diversidade de alimentos causado pela presença do capital quanto ao desaparecimento de saberes e sabores. Saberes por, ao desaparecer a biodiversidade, ao padronizar as sementes, os alimentos, os saberes populares e tradicionais a eles ligados desaparecem; sabores por, ao padronizar e limitar em poucos alimentos, perde-se o acesso à uma vasta quantidade de espécies de grãos, frutas, vegetais, legumes, animais etc.

Desta forma, que se resiste e, na particularidade espaço temporal, supera-se os imperativos do capital que a tudo industrializa, padroniza, mercantiliza.

Juventude camponesa e agroecologia

A Juventude Camponesa tem sido tema de estudos e pesquisas nos últimos anos, em especial, as questões que envolvem a sua permanência (ou não) no campo. A relação dessa juventude com a Agroecologia também tem se destacado no cenário contemporâneo, em um debate que se contrapõe à lógica do agronegócio. Enquanto para esse, a permanência da juventude no campo não é uma preocupação – já que a expropriação dos camponeses é uma marca do avanço do capitalismo nessa área – a Agroecologia, diretamente envolvida com a reprodução social de homens e mulheres, tem reconhecido nesse público, um importante interlocutor para continuidade dos princípios, das técnicas e dos saberes tradicionais que a constituem.

A Agroecologia se popularizou no Brasil a partir de 1989, com a obra “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” de Miguel Altieri. Nas décadas de 1990 e 2000, os movimentos sociais do campo incorporaram o debate à sua estratégia política, dando algumas importantes contribuições como a realização da Jornada de Agroecologia, que acontece anualmente no Pará; a Campanha em Defesa das Sementes, lançada no III Fórum Social Mundial, em 2003, dentre outros (GUHUR; TONÁ, 2012).

Importa destacar que a Agroecologia contribui na redefinição da nossa relação com a natureza, compreendendo-nos enquanto parte dela. Tal relação é mais do que o espaço de produção agrícola, pois se trata de um processo que, além de identitário é também político (SILVA, 2017). Nesse, homens e mulheres atuam de forma codependente, especialmente

[...] as populações do campo [que] são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agrossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidade ou empresas (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62).

Também podemos dizer que a Agroecologia coaduna com os pressupostos da Produção Associada⁴, pois, sujeitos livremente associados, autônomos, no controle do processo produtivo, estarão subordinados não à riqueza fetichizada, mas à plena satisfação das necessidades humanas e também, à sua emancipação (GUHUR; TONÁ, 2012).

Nesse sentido, nota-se que a Agroecologia tem um caráter inclusivo, pois “acolhe” homens, mulheres, jovens, adultos – sem distinções –, enquanto sujeitos que transformam e são transformados em seu cotidiano. Assim, os saberes da experiência são valorizados e repassados entre as gerações no intuito de promover o cuidado respeitoso com a natureza, com seus ciclos, com seus membros, com a vida.

Se historicamente a Juventude Camponesa foi estigmatizada por viver no contexto do atraso, do obsoleto, reconhecida como os “do mato”,

⁴ A Produção Associada é uma alternativa para fortalecer formas de existência que não reproduzam a lógica cruel e excludente do capital; é trabalho autogestionário em contraposição a uma cultura do trabalho carregada de códigos, normas e condutas que alteram as ações e comportamento das pessoas. É a posse coletiva dos meios de produção, participação de todos e todas nas decisões e na divisão igualitária do que se produz (TIRIBA, FISCHER, 2011).

“os poeira” ou ainda, desinteressada pelo campo, conforme aponta Castro (2009), nota-se que,

[...] Esse *jovem rural* se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar*, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. [...] Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos *jovens* pelo meio rural (CASTRO, 2009, p. 183).

Além de desenvolver as técnicas de manejo, adubação, diversificação das culturas, o respeito à natureza e aos seus ciclos, verifica-se que, o avanço e o acesso às tecnologias por parte dessa Juventude têm possibilitado conhecimentos que contribuem não apenas para sua existência, mas também para a resistência no campo. Nota-se que ela tem se articulado, formado redes, vem assumindo o papel de protagonistas das ações no campo, mobilizando suas comunidades e inserida nos Movimentos Sociais (CASTRO, 2009; SILVA, 2017). A Juventude é em si a expressão do diverso, com forte característica de contestação e transformação, segundo referem Hillesheim, Neves e Silva (apud Silva, 2017).

Segundo levantamento de Silva (2017), algumas pesquisas realizadas no Brasil evidenciam a influência da relação da Agroecologia com os projetos de vida dessa Juventude no campo; nos processos formativos, como ainda nas suas práticas organizativas e de participação política nos territórios.

Acerca dos projetos pessoais, pode-se dizer que a Agroecologia tem auxiliado a juventude a reconhecer o campo enquanto espaço possível de produção e reprodução ampliada da vida, contribuindo também na reafirmação da identidade camponesa. Nesses territórios, muitos jovens já não têm como futuro certo a ida para a cidade, mas ao contrário, admitem ser possível acessar, no e através do campo, as condições que almejam, tendo ainda a possibilidade de garantir o bem viver⁵.

No que tange ao processo formativo, verifica-se que a presença de agentes externos tais como Organizações Não Governamentais, Universi-

⁵De acordo com Acosta (2016), o significado do bem viver está relacionado a “[...] viver em aprendizado e convivência com a natureza [...]” (p. 14), recuperando a “[...] sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa” (p. 15). Essa filosofia parte da concepção da relação existente entre as diferentes espécies de seres – sejam eles animais, minerais, vegetais, água, ar, terra etc., esses possuidores de uma consciência e sabedoria. AO Bem Viver tem ainda como perspectivas: a defesa da força de trabalho, a recuperação por parte dos trabalhadores do tempo livre e a defesa da vida, “contra esquemas antropocêntricos de organização produtiva, causadores da destruição do planeta” (p. 27).

dades, Igrejas, como ainda, as Associações e Cooperativas existentes nos territórios, têm contribuído com a juventude camponesa. Essas Organizações/Instituições têm fomentado ações e debates acerca da participação da juventude nos espaços coletivos, da sucessão familiar, da continuidade das lutas nos territórios tendo em vista as ameaças recorrentes de conflitos, da mineração, da expansão do agronegócio, dentre outros (AZEVEDO, 2018; SILVA, 2017). Segundo Silva (2017, p. 223), esses processos formativos de-

[...] primar pela desconstrução das monoculturas da mente, ou seja, desconstruir a noção de rural como espaço “atrasado”, rural como espaço restrito à produção agropecuária (agronegócio); e o êxodo como única alternativa para as juventudes que aí vivem e se (re)produzem. Assim utilizando diferentes metodologias os processos educativos devem favorecer o protagonismo juvenil; potencializar sua capacidade de fazer análise de conjuntura; reconhecer a riqueza dos modos de vida tradicionais/ancestrais, pois assim a técnica aparece como parte de uma teia imbricada de significados e não como “um pingo d’água na imensidão do mar”. [...] Educar ganha assim o sentido de preparar para a vida, onde a agricultura tem seu lugar, mas não somente como fonte de geração de renda monetária, mas, para além de alimentar bocas, possa alimentar sonhos.

Verifica-se assim que, a organização e práticas organizativas e políticas, tem se dado por meio da participação nos diversos espaços existentes dentro e fora dos territórios, das Associações, dos Conselhos, dos Encontros (locais, estaduais e nacionais), nas articulações realizadas nas escolas e no próprio cotidiano, como ainda através das redes sociais, utilizadas a seu favor (AZEVEDO, 2018; SILVA, 2017).

Obviamente esse espaço não é isento de contradições e conflitos. Alguns deles dizem respeito a juventude ser considerada uma fase de transição, limitando assim a confiança que lhes é dada; as práticas hierárquicas e patriarcais dentro da unidade familiar; a dependência dos pais/familiares, já que não possuem a propriedade da terra; a falta de acesso a financiamentos e políticas públicas; a necessidade de maior acesso a informação, escolarização e outras práticas educativas e formativas no campo; revisão nos padrões de herança e sucessão; política de acesso à terra que priorize esse público; abertura de outros espaços decisórios que considerem o que pensam e o que desejam esses/as jovens; e ainda, o modelo de produção mais difundido, baseado na utilização de agrotóxico, o que por vezes os/as leva ao sentimento

de frustração por conhecer e não poder viver a Agroecologia (AZEVEDO, 2018; CASTRO, 2009; SILVA, 2017).

A relação da Juventude com a Agroecologia, para além de apresentar uma possibilidade de maior autonomia dentro da unidade familiar, da produção de alimentos saudáveis, do fortalecimento das organizações e coletividades e da realização da Produção Associada, evidencia uma estratégia de enfrentamento ao capitalismo e suas mazelas.

O “cuidado cuidadoso” com a terra, o respeito aos seus ciclos, às sementes, o contato com a biodiversidade e a compreensão do significado da Agroecologia, permitem o questionamento da ordem vigente, da comida como negócio, do interesse desenfreado pelo lucro às custas da exploração do trabalho do outro, da saúde, da mercantilização dos bens e riquezas naturais.

A produção agroecológica tem sido cada vez mais, difundida no Brasil, e a juventude camponesa tem se feito presente, preservando seus princípios e, resistindo em grande medida às adversidades da vida no campo – em contraposição à ideia de que sempre desejam ir para a cidade – contribuindo assim, para a perpetuação dos saberes da experiência, para uma relação respeitosa com a natureza e na contracorrente dos ditames do capital.

A Produção associada no campo: possibilidade para a construção do Bem Viver

O primeiro que tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!⁶

Marx e Engels asseveram

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição

⁶ Rousseau, 1983, p. 91.

fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como a milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (2007, p. 32, 33).

Concebemos o trabalho (ancorado na perspectiva do materialismo histórico dialético) como sendo uma atividade na qual participam o ser humano e a natureza e que através da sua ação corporal, o primeiro impulsiona, regula e controla a natureza para apropriar-se de seus recursos. Com isso, ele atua sobre a natureza e a modifica, mas ao fazer isso, acaba modificando a sua própria natureza, isto é, o ser humano já não é o mesmo de antes da ação, ele se transformou em algo que não existia anteriormente. Do mesmo modo, pode-se dizer que o trabalho do ser humano deu origem à cultura humana já que, através da linguagem e da memória, transmitiram aos seus pares e as gerações posteriores a criação de instrumentos de trabalho, comportamentos, modos de vida, relações de produção, entre outros. Portanto, o trabalho humano foi social e culturalmente desenvolvido. Os meios de trabalho e as forças de trabalho humanas foram se desenvolvendo e modificando as relações sociais e de produção. Sobre isso, observa Marx (2011) que os modos e as formas que bens materiais foram produzidos em cada sociedade determinaram em última instância o seu regime social.

A partir da década de 1980, consolida-se mundialmente o modelo neoliberal de acumulação do capital, através do regime de acumulação flexível, que, segundo Harvey (2003), preconizava uma nova organização da produção – uso intensivo da tecnologia e da microeletrônica, aumento da produtividade, controle de qualidade, trabalho em células, Just-in-time –; a busca de novos serviços, produtos e mercados; a criação de novas necessidades e a flexibilidade do consumo, da produção e do trabalho. Este modelo está assentado na desestruturação do mercado de trabalho – desemprego, precarização do trabalho e na exclusão crescente de contingentes de trabalhadores –, no enfraquecimento dos sindicatos, na diminuição dos rendimentos e na crise da sociedade salarial – com a diminuição do proletariado industrial e do número de postos de trabalho com carteira de trabalho (CASTEL, 1998). Frente a uma conjuntura extremamente desfavorável, onde o trabalhador transita entre o desemprego e o subemprego, este se vê forçado a criar múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência.

A produção associada é uma das estratégias de que os trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares lançam mão, visando a garantia da reprodução ampliada da vida através de práticas econômico-sociais e culturais que se diferenciam da racionalidade da economia capitalista.

Enquanto resultado das condições históricas, a produção associada, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à

emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. Nas palavras de Singer (2002, p. 138), manifestamos que ela difunde “[...] os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”.

O conceito de produção associada remete à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados a partir de Marx. O trabalho associado é organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material.

Pode-se observar em grande parte das comunidades camponesas a presença de elementos característicos da produção associada, em que pese a configuração distinta e peculiar de cada uma delas. Preservando intensa relação com a natureza, as camponesas e camponeses desenvolvem uma maneira singular de viver, baseada no viver em comum, na solidariedade, na igualdade, na manutenção dos costumes e tradições, na comunhão da terra, na reciprocidade e democracia, compartilhando uma visão de mundo e de sociedade que os aproxima dos princípios da produção associada.

O universo do território camponês é marcado historicamente pela criação e vivência de um modo de vida e o estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais que remetem a um cotidiano onde a luta, o sofrimento, a resistência, a ameaça, a violência e a persistência são elementos centrais da memória coletiva. Trata-se de um movimento que questiona o padrão de consumo e ao mesmo tempo, o modelo de produção hegemônico, que pode significar não só uma existência menos excludente por conseguinte, mais solidária e igualitária, mas também a garantia da existência das novas gerações.

A efetivação dos princípios norteadores da produção associada, economia popular solidária e ou a autogestão implica construir uma nova forma de se viver e conviver, cujo fundamento (as relações sociais baseadas na solidariedade, cooperação e autodeterminação coletiva) tenha como objetivo promover o Bem Viver entre todos os seres vivos, como uma autodeterminação coletiva e solidária.

Cumprir destacar que a vivência dos povos indígenas no Continente Latino-Americano tem se apresentado como a desconstrução da monocultura, da temporalidade linear e progressiva (o Bem Viver) que indica a possibilitar de edificação de uma existência a partir da desconstrução do ideário pautado no progresso, enquanto projeto social único e universal, apontando para a possibilidade de uma nova convivência social.

En este contexto, caben algunas precisiones sobre el concepto del Sumak Kawsay. A partir de nuestras vivencias, poder-

nos decir que se trata de un concepto que es la columna vertebral en el sistema comunitario. Es una construcción colectiva a partir de las formas de convivencia de los seres humanos, pero ante todo, en coexistencia con otros elementos vitales, donde se constituyen las condiciones armónicas entre los seres humanos, la comunidad humana y las otras formas de existencia en el seno de la Madre Naturaleza. Desde nuestra comprensión, la vida es posible, en tanto existe la relación y la interacción de todos los elementos vitales. Esto es, visto de manera integral, la comunidad humana entre sí, y ésta con otros elementos de la comunidad natural. Sin embargo, todo está condicionado a la vida de la Madre Naturaleza (la Pachamama). Dentro de ella, se generan las condiciones de armonía y equilibrio para lograr la plenitud en toda la comunidad ampliada. Son estas relaciones vitales de existencia las que determinan el sistema de vida comunitaria. Es decir, nos definimos como entidades sociales, colectivas y como comunidad. Pero, esta comunidad es posible desde la existencia de otros elementos de la Naturaleza. La vitalidad de todas las existencias constituye la vida y, en esta relación vital, se construye la concepción y la práctica del sistema comunitario (MACAS, 2014, p. 182- 183).

O universo campesino é marcado historicamente pela criação e vivência de um modo de vida e o estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais que remetem a um cotidiano onde a luta, o sofrimento, a resistência, a ameaça, a violência e a persistência são elementos centrais da memória coletiva. Trata-se de um movimento que questiona o padrão de consumo e ao mesmo tempo, o modelo de produção hegemônico, que pode significar não só uma existência menos excludente e por conseguinte, mais solidária e igualitária, mas também a garantia da existência das gerações futuras.

Ao findar-se a atual Jornada...

A partir das reflexões efetivadas pode-se concluir que na sociedade capitalista os verdadeiros produtores das mercadorias não são os possuidores das mercadorias, mas sim aqueles e aquelas que recebem em troca do seu trabalho um determinado salário. Mas se o trabalho é associado, coletivo, cooperativo ou solidário, resulta que todos os trabalhadores e trabalhadoras foram necessários para a produção. E se a produção total é associada, ou seja, resulta do esforço conjunto de todos e todas, então a distribuição do fruto integral do trabalho também deve ser consequência ou espelho direto deste resultado, ou seja, do trabalho associado ou coletivo advindo de uma

produção associada e, portanto, não capitalista.

Isso equivale dizer que para além da importância de se debater acerca do “crescimento econômico”, da geração de renda, da melhoria na qualidade de vida de trabalhadoras e trabalhadores do campo, não se pode perder de vista, a relevância de refletirmos sobre as seguintes questões: Quais formas de trabalho e de vida devemos construir coletivamente em contraposição às existentes? A solidariedade, a igualdade e a fraternidade se constituem enquanto elementos balizadores de uma nova sociabilidade? De que forma podemos compartilhar novos significados para a produção, distribuição e consumo para todas e todos? Uma relação diferente entre o ser humano e os demais seres vivos está no devir que buscamos enquanto classe?

Não são perguntas fáceis de serem respondidas, mas o exercício de compreensão das mesmas, bem como, da práxis resultante, passa necessariamente pela consideração dos elementos presentes nos conceitos da agroecologia e da produção associada. No que tange aos trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos, é mister resgatar e ampliar os vínculos/relações de solidariedade que marcam a existência nos acampamentos e que por uma série de motivos se dilui com a conquista da posse individual da terra (lote).

É somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível [...] . Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação (MARX; ENGELS, 2007, p. 64).

Para concluir, vale ressaltar a necessidade de não se romantizar o significado do estabelecimento de novas relações sociais e com a natureza a partir da agroecologia e da produção associada, já que, ainda estamos inseridos no modo de produção capitalista. Isso não significa, entretanto, que não devamos atuar na intensificação das experiências de agricultura agroecológica e de produção associada, posto que, as práticas e lutas do proletariado são cotidianamente ressignificadas pela experiência de ser e existir em uma sociedade marcada pela exclusão e exploração.

Nosotros no queremos vivir mejor, no queremos competir con nadie. Para nosotros la premisa de Vivir Bien o Buen Vivir significa vivir en armonía o equilibrio, ese es el concepto básico de la vida. Para el capitalismo el capital es lo más importante, para el comunismo el hombre es lo más importante, pero para la comunidad, para el pueblo indígena originario, la vida es lo más importante, y en ese contexto se sitúa el Suma Qamaña (MAMANI, 2010).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

AZEVEDO, E. E. F. N. **Diário de Campo** – pesquisa em desenvolvimento. Cuiabá, MT, 2018.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Saber e ensinar**. Campinas: Papirus, 1984.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI**. Possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. São Paulo: Vozes, 1998.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de ciências sociais**. 2009. Disponível em: <www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acesso em 05 jun. 2018.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CARDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2003.

MACAS, L. El Sumak Kawsay. In: CAPITÁN, A. L. H.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. **D. Sumak Kawsay Yuyay**. Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. Huelva, Cuenca: Fiucuhu, 2014.

MACHADO, L. D. P. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. In: BALESTRO, M. V.; SAUER, S. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MANAMI, F. H. **Buen Vivir**: Complementariedad con todas las formas de existência. El portal de la economia solidaria. Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.org/noticias/buen-vivir-complementariedad-con-todas-las-formas-de-existencia>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

MARX, K. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283451041_Sete_teses_sobre_a_agricultura_camponesa>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo: Unesp, 2016.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v . 14, n. 1, p . 13-29, 2011.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

*Henderson Gonçalves Nobre
Maria Elienai Luiz Correia*

Introdução

O histórico da concentração fundiária e os advenços da Revolução Verde caracterizam a lógica de exploração da terra no Brasil. A estratégia de desenvolvimento para o campo, denominada de Agronegócio, resultou em várias externalidades negativas que se estendem por todo o território nacional. No entanto, são nas áreas de fronteira da expansão agrícola que tais consequências se fazem mais desastrosas.

Um dos estados que faz parte desta fronteira de expansão do agronegócio é o Mato Grosso, localizado na região centro-oeste do Brasil, comumente chamado de “celeiro agrícola” do país, e que apresenta cerca de 50% de seu território em área de Amazônia legal, e ainda conta com áreas no Bioma Cerrado e Pantanal. No Mato Grosso, impulsionado por políticas de colonização do governo federal e estadual na década de 1950, hoje predominam grandes latifúndios, com monocultivo de soja, de pecuária extensiva e, atualmente adentrando o estado, a monocultura da cana-de-açúcar.

Estes latifúndios promovem, além da degradação dos biomas Amazônico, Cerrado e Pantanal, a dizimação de áreas de comunidades tradicionais e indígenas, tudo com a chancela do poder público estatal, que é comandado pelos representantes do agronegócio.

Assim, mesmo tendo o Brasil avançado nos últimos 10 anos, com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar, temos no estado do Mato Grosso um amplo caminho para contrapor este paradigma dominante, frear o avanço do latifúndio e construir estratégias de desenvolvimento rural sustentável no campo.

Neste sentido, a ciência da Agroecologia, que proporciona conceitos, princípios e ferramentas para manejar e desenhar agroecossistemas sustentáveis, está se consolidando no meio técnico, acadêmico e principalmente na experimentação diária dos agricultores camponeses como novo paradigma para se alcançar a sustentabilidade do campo brasileiro. (ALTIERI, 2002; EMBRAPA, 2006).

Este debate e enfrentamento são feitos principalmente pelos movimentos sociais do campo, por ONGs, e por setores minoritários dentro das instituições do governo estadual. Estas tentam denunciar as consequências

do modelo de desenvolvimento idealizado e implementado pelo agronegócio, chamando a atenção para a necessidade de políticas públicas de inclusão da população rural pobre, dentre elas a assistência técnica e extensão rural, crédito, saúde, educação, dentre outras.

Partindo desta premissa, foi que a partir do financiamento dado pelo governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que deu-se início, em janeiro de 2010, a um projeto de pesquisa e extensão rural coordenado pela Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER em parceria com a Escola Rural Padre Dionísio Kuduavicz – ERPDK, localizada em um assentamento rural no município de Rondonópolis, região sul do estado de Mato Grosso, que tem por objetivo utilizar os princípios da Agroecologia para transformar a prática educacional da escola rural e construir um projeto de Educação do Campo.

A Educação do Campo compreende os espaços formais e não-formais destinados a promover a educação da população rural, sendo que esta é tida como direito constitucional fundamental, e deve ser proporcionada onde vivem e contextualizada com as especificidades locais, proporcionando, assim, a valorização da identidade camponesa e fornecendo os elementos necessários para o desenvolvimento rural sustentável da comunidade e seu entorno (CALDART, 2002).

Neste contexto, este trabalho buscou, em linhas gerais, analisar o papel da Educação do Campo com enfoque agroecológico na construção de processos com vistas a valorizar a identidade camponesa da juventude rural.

Materiais e métodos

Contexto de estudo

A cidade de Rondonópolis é hoje considerada a capital do agronegócio no estado de Mato Grosso, apresentando uma população de 195.550 mil habitantes, sendo que cerca de 7.500 vivem no campo. Localizada entre as coordenadas 54° a 56° longitude W de Greenwich e 16° a 18° de latitude S, e a 212 metros do nível do mar, apresenta a vegetação de Cerrado dando lugar a pastagens e cultivos extensivos, principalmente de soja.

Na “capital do agronegócio”, a agricultura camponesa segue resistindo, proporcionando os alimentos para sustentar a população local. Um exemplo, é a primeira experiência de assentamento de reforma agrária da região, que teve sua luta no início em 1975, e durou cerca de 10 anos, no qual neste período as famílias passaram por incontáveis formas de repressão para

que se retirassem do local. No entanto, depois de muita luta, as famílias conseguiram em 1985 serem assentadas em 276 lotes na estão chamada Gleba Cascata (LIMA, 2000).

No entanto, o hist3rico de lutas no passado, hoje d3 lugar a uma baixa mobilizaãõ e organizaãõ das fam3lias assentadas, uma dificuldade na manutenãõ e reproduãõ das fam3lias e a baixa produtividade dos sistemas de produãõ, consequ4ncias estas resultantes da racionalidade do agroneg3cio que impera no estado de Mato Grosso.

Neste contexto, a Escola Rural Padre Dion3sio Kuduavicz - ERPDK remonta ao processo de ocupaãõ pelos agricultores sem terra da Gleba Cascata. Fundada pela comunidade para proporcionar a aprendizagem a seus filhos, hoje atende tamb4m a outras comunidades do entorno. A escola conta com um quadro de 33 trabalhadores e 205 estudantes, estes distribu3dos na educaãõ infantil at4 a educaãõ de jovens e adultos.

Instrumentos metodol3gicos

A intervenãõ aqui proposta, se deu a partir dos instrumentos da Pesquisa Aãõ Participativa, onde o objeto sobre o que se interv4m passa a ser o sujeito da intervenãõ, atrav4s das formas participativas de pesquisa e aãõ, no qual o pesquisador e o t4cnico passam a ser “dinamizadores” dos processos de transiãõ agroecol3gica. Esta intervenãõ realiza-se mediante uma combinaãõ de ferramentas participativas, sendo que a an3lise do processo se dar3 a partir de t4cnicas qualitativas de pesquisa social e agron3mica. (THIOLLENT, 1986; GEILFUS, 1997).

Assim, foram utilizadas um conjunto de ferramentas participativas, como a observaãõ participante, a moderaãõ, e as entrevistas semiestruturadas, que vem encontrando ampla base de sustentaãõ no meio acad4mico, principalmente na tem3tica do Desenvolvimento Rural (VERDEJO, 2006; VILLASANTE, 2009).

O projeto iniciou em janeiro de 2011, e proporcionou um conjunto de atividades visando chegar ao objetivo proposto inicialmente. Essas atividades contam com aãões de planejamento, capacitaãõ em Agroecologia, desenvolvimento de tecnologias sustent3veis, visitas de interc3mbio de experi4ncias, todas inseridas na pr3xis pedag3gica para a construãõ de um projeto de Educaãõ do Campo.

Resultados e discuss3es

A elaboraãõ do projeto de extens3o e pesquisa coordenado pela EMPAER em parceria com a comunidade escolar da ERPDK, se deu no

ano de 2010, e sua construção se deu mediante a participação da equipe da escola. Esta discussão entre os principais atores envolvidos é fundamental para conciliar os diferentes objetivos institucionais, e construir os objetivos estratégicos da proposta, para assim, atender aos anseios da comunidade envolvida e a demanda por pesquisa, concordando com as principais referências agroecológicas (GUZMÁN CASADO et al., 2000; COSTA GOMES, 2003; EMBRAPA, 2006).

O início das atividades do projeto foi debatido pelo conjunto de professores, a coordenação pedagógica e a equipe técnica para definir como a temática da Agroecologia poderia ajustar-se no dia-a-dia da escola. Pois para tal, não bastava a execução de práticas ecológicas, mas sim a incorporação dos fundamentos agroecológicos em um processo de práxis educativa, onde os mesmos se desdobrassem em conteúdos programáticos de aula, práticas de campo e a retomada das discussões sobre as ações em sala de aula.

O resultado da discussão, acerca do projeto a ser desenvolvido, levou o grupo da escola a inserir a temática da Agroecologia em seu Projeto Político Pedagógico – PPP, e em um planejamento de atividades que consistiram na organização das aulas e dos professores em temáticas de interesse, onde estas permearam os objetivos específicos do projeto de pesquisa e extensão.

O contato com os fundamentos agroecológicos foi então proporcionado a partir de textos e materiais de subsídio oferecidos pela equipe da EMPAER, em conversas individuais entre a equipe da EMPAER e os professores e funcionários, a partir da busca individual de cada professor na temática de interesse e principalmente na execução das atividades propostas.

A práxis agroecológica no dia a dia da escola

As atividades desenvolvidas na escola, a partir do planejamento realizado no início de 2011, serão apresentadas e discutidas a seguir e estão organizadas, primeiramente, pelos ciclos de formação humana, e posteriormente, pelas ações transversais desenvolvidas pelos professores do apoio pedagógico e pelos professores e estudantes do ensino médio e EJA, assim como os momentos de socialização e intercâmbio de experiências.

Atividades desenvolvidas na Educação Infantil

A Educação Infantil trabalha com as crianças de quatro a cinco anos de idade, e compreende o primeiro contato destas crianças com as relações extrafamiliares. São nestas relações que, somadas à educação dada pelos pais, estas crianças vão se apoiar para formar a sua concepção de mundo e os valores de sua personalidade.

As atividades com o grupo da Educação Infantil foram iniciadas com passeios ecológicos pela escola e entorno, no qual as mesmas fizeram um trabalho de percepção ambiental, identificando pontos fortes e debilidades relacionados à questão ambiental no entorno da escola. Os resultados destas caminhadas ecológicas foram a discussão e destinação correta para o lixo, a Identificação das plantas do entorno e sua importância, a identificação de processos erosivos e suas causas e medidas mitigadoras, a coleta de materiais como, folhas, flores, e frutos, que se transformaram em insumos para futuras aulas. Nestas, os estudantes desenvolveram estudos das formas geométricas, dos tipos e classificações e do crescimento vegetativo das espécies, produziram textos e expuseram na escola em formato de cartazes.

Depois deste conjunto de atividades a turma da educação infantil chegou à Horta Mandala como objetivo de trabalho. Depois de apresentadas às crianças os principais conceitos da Horta Mandala, esta foi construída com o auxílio da equipe da EMPAER e de modo interdisciplinar com professores e turmas de outros ciclos de formação, dentre elas a turma de ciências exatas e naturais que trabalharam as temáticas de formas geométricas, medidas de áreas, capacidade e volume. Também foram trabalhadas a reutilização e reciclagem de materiais, pois foram utilizadas na construção da Horta Mandala telhas de resíduos de construção. O plantio na Horta Mandala foi realizado pelas crianças, sendo que as espécies utilizadas foram coletadas no entorno da escola e enviadas pelos pais dos estudantes.

Atividades desenvolvidas no I Ciclo do Ensino Fundamental

O I Ciclo do ensino fundamental agrega crianças de seis a nove anos de idade, distribuídas entre a 1ª, 2ª e 3ª Fase. As turmas do I Ciclo iniciaram suas atividades fazendo uma leitura da paisagem na escola e entorno, este trabalho de observação teve como objetivo despertar nas crianças um novo olhar para aquilo que já estavam acostumados a ver. Nesta observação, as crianças foram estimuladas a usarem todos os seus sentidos, na busca de cores, formas, espessuras, cheiros, sons, gostos, etc. Como aprendizado, as crianças aprofundaram a discussão em temáticas como paisagens naturais e paisagens modificadas, a contribuição do homem na preservação e/ou degradação da natureza, e com isso fizeram uma reflexão sobre ações para promover a conservação da estrutura física e higiênica da escola.

Dando continuidade, a 1ª e 3ª Fase/I Ciclo elegeu como tecnologias a serem desenvolvidas pelas turmas, o Quintal Agroflorestal e a Horta Mandala. Como a melhor época para a implantação do Quintal Agroflorestal seria no início das chuvas, a turma trabalhou de forma mais intensiva durante o ano a questão teórica e os conceitos desta tecnologia. A Horta Mandala foi

trabalhada na teoria e na prática com os estudantes da 1ª e 3ª Fase/ I Ciclo. Foi selecionado o Bambu para confeccionar as paredes da Horta Mandala, e foram realizadas a coleta de sementes e a produção de mudas para o plantio.

Já a II Fase/I Ciclo realizou um estudo teórico/prático sobre o Jacarandá (árvore nativa do cerrado). Este estudo mostrou como uma única árvore pode servir de fonte de informação e material didático para a discussão do currículo de sala de aula. Através da observação sistemática desta árvore foi possível trabalhar uma diversidade de temas como os pontos cardeais, a fisiologia das plantas, a posição do sol, as fases da lua. Também com a metodologia de registro das atividades de campo, foi possível trabalhar a Gramática, e também a Matemática através de exercícios com números, medidas, datas e estações do ano.

Na sequência, a turma da II Fase/I Ciclo definiu como objeto de estudo a construção de uma espiral de ervas e para isso realizaram pesquisas para saber o que era uma espiral. As crianças começaram a trazer materiais de casa, e depois a identificar as espirais na natureza, a exemplo da flor do maracujá, dos caracóis, etc. A prática da observação de alguns modelos de figuras espirais proporcionou o aumento da percepção das crianças e também dos professores. Para a construção da espiral de ervas foram realizadas atividades lúdicas, como a construção de espirais humanas e desenhos no solo.

A implantação da espiral de ervas proporcionou às crianças o entendimento da necessidade da criação de microclimas para o plantio de espécies com diferentes exigências. Com a escolha do Adobe, material alternativo disponível na comunidade como resíduo de construção, puderam trabalhar a questão do barro, a relação com a terra, a origem dos alimentos e até a discussão sobre a origem do ser humano.

Esta experiência mostra como a práxis de pequenas tecnologias ecológicas pode proporcionar um aprendizado rico a estes estudantes, tanto do ponto de vista acadêmico, como técnico e também na construção de valores coletivos.

Atividades desenvolvidas no II Ciclo do Ensino Fundamental

O II Ciclo de formação humana do ensino fundamental agrega pré-adolescentes de 9 a 12 anos de idade. A partir do II Ciclo a ementa curricular da escola apresenta-se dividida em grandes áreas do conhecimento, como a área das linguagens, ciências exatas e naturais e ciências humanas e sociais, necessitando assim, estreitar a multi-interdisciplinaridade das grandes áreas. Portanto, uma das atividades desenvolvidas teve como objetivo trabalhar a produção de adubo orgânico, por meio da compostagem, biofertilizantes,

e produção de húmus de minhoca, para então suprir a demanda das outras atividades produtivas da escola, principalmente as hortas.

Outra prática desenvolvida com o II Ciclo, e em parceria com estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, consiste em oficinas semanais para ensinar técnicas de extração de fibra de bananeira para a produção de peças artesanais. Com esta atividade foi possível desenvolver nos estudantes os saberes e habilidades sociais relacionados à concentração, atenção, solidariedade, raciocínio lógico como também a multiplicação desses conhecimentos em suas comunidades como uma alternativa para a geração de renda.

Outra atividade trabalhada com os estudantes do II Ciclo foi a formação de uma “Cooperativa Mirim de Produção de Pimenta”, que tem como objetivo promover as relações de solidariedade a partir do conceito de cooperativismo, e também desenvolver práticas sustentáveis de produção a partir do plantio, manejo e processamento de pimentas.

No processo de construção da “Cooperativa Mirim” foram trabalhadas as grandes áreas de linguagens e ciências humanas e sociais do currículo da escola de forma interdisciplinar. Os principais temas abordados foram as grandes navegações e a descoberta do Brasil, trajetória histórica-geográfica de organização humana e ocupação do espaço, comunidades indígenas brasileiras, seleção de sementes e preparo de mudas de pimenta, acompanhamento e manejo agroecológico da produção de pimentas.

Atividades desenvolvidas no III Ciclo do Ensino Fundamental

O III Ciclo corresponde a turmas de adolescentes de doze a quinze anos de idade. Para estes, inserção da Agroecologia como fio condutor dos trabalhos no III Ciclo impulsionou, primeiramente, a realização por parte dos adolescentes de uma leitura da realidade onde vivem, promovendo uma reflexão sobre o meio ambiente, a relação entre os seres vivos que habitam o local e as ações do ser humano neste ambiente. Este trabalho realizado em todas as turmas do III Ciclo pôde ser materializado em desenhos feitos pelos próprios estudantes.

Segundo depoimento de uma professora da escola, atividades como esta que envolvem a concentração e as habilidades artísticas dos estudantes e principalmente dos adolescentes, eram muito difíceis de serem realizadas, sendo estes desenhos uma mostra de como é possível despertar nestes estudantes a criatividade e uma visão crítica da realidade onde vivem.

As atividades desenvolvidas para aprofundar esta leitura da realidade em que vivem os adolescentes, continuaram através de estudos sobre os animais e vegetais encontrados no entorno da escola. Foi possível assim discutir

as temáticas ligadas às cadeias alimentares, desequilíbrio nessas cadeias, classificação dos animais, diversidade biológica, associações entre os seres vivos, classificação dos vegetais, tipos de plantas, órgãos vegetativos das plantas, reprodução e ocupação de novos ambientes, construção e interpretação de gráficos e tabelas, operações com números naturais e porcentagem. Dentre os principais resultados obtidos pelas práticas conduzidas pelos professores do III Ciclo cabe destaque para a inserção e interesse dos estudantes maiores, que comumente apresentavam grande desinteresse quando as temáticas eram trabalhadas apenas em sala de aula.

Os adolescentes também estudaram os conhecimentos tradicionais de seus pais e familiares ao analisar a influência da lua na vida das pessoas; nesta os professores puderam trabalhar a temática das geociências como os movimentos rotacionais do sol, lua e planeta terra.

Outra atividade realizada foi o estudo de áreas degradadas no entorno da escola, através destas práticas foram discutidos o processo de formação dos solos, as práticas e estratégias de manejo que causam a degradação dos solos, a importância da manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Áreas de Reserva Legal (ARL) e nascentes, e as principais estratégias de recuperação, como plantio de árvores nativas, adubação verde, Sistemas Agroflorestais, etc.

Ações transversais, intercâmbios e socialização das experiências

Os subprojetos desenvolvidos com as turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, ainda contam com ações transversais que dão um suporte à proposta agroecológica do currículo. Entre elas podemos citar a Sala de Leitura, na qual a seleção de material de apoio é feita com base na proposta agroecológica. Ademais, outra ação que é trabalhada com todas as turmas, diz respeito às atividades de Educação Física, na qual os estudantes realizam caminhadas ecológicas e gincanas com temas alusivos à Educação Ambiental e Agroecologia.

Outra atividade que envolveu o coletivo da escola e teve a participação de representantes dos professores, funcionários e estudantes, foi o Intercâmbio de experiências no Ecocentro IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado localizado em Pirenópolis/GO e na Fazenda Malunga em Brasília/DF. Este intercâmbio teve como objetivo mostrar como estavam sendo aplicados os fundamentos da Agroecologia em propriedades já consolidadas. Como resultado deste intercâmbio, pode-se visualizar uma maior apropriação dos fundamentos agroecológicos por parte do coletivo da escola. Além, de despertar a criatividade de professores e estudantes que trouxeram inovações destas experiências para serem trabalhadas das práticas

desenvolvidas na escola.

A necessidade de socializar toda a vivência proporcionada pelo intercâmbio de experiência culminou na realização do I Seminário Estudantil de Agroecologia da escola, no qual os estudantes participantes do intercâmbio protagonizaram esta socialização através de apresentações sobre as temáticas vistas no intercâmbio. As apresentações feitas pelos estudantes foram extremamente ricas, com um alto nível de detalhes, conceitos e informações técnicas, provando que no processo de construção do conhecimento não se pode subestimar a capacidade dos atores sociais, neste caso, independentemente da idade e formação prévia.

Outro momento importante de socialização, foi a realização do “V Fórum das escolas do campo de Rondonópolis”, sediado no ano de 2011 na Escola Rural Padre Dionísio Kuduavicz - ERPDK. Este fórum organizado pelas escolas do campo de Rondonópolis e municípios próximos e também pela Secretaria Municipal de Educação é realizado anualmente, e tem por objetivo discutir a temática da Educação do Campo, avanços e desafios para sua consolidação. Naquele ano, por conta das atividades realizadas pelo projeto de Agroecologia na ERPDK, a temática da Agroecologia e do Meio Ambiente esteve no foco da discussão.

Conclusões

As atividades propostas pelo projeto de Agroecologia na Escola Rural Padre Dionísio Kuduavicz vêm conseguindo, em pouco tempo de execução, transformar a dinâmica da escola, conduzindo-a a uma transição para uma escola do campo. No início, essas mudanças foram difíceis, e até hoje ainda encontram certa resistência, por parte de poucos, porém, os resultados encontrados nos levam a afirmar que o grupo está no caminho certo.

O trabalho de ensino/aprendizagem dos conteúdos curriculares trabalhado de forma alternada entre a teoria e a prática, aproxima a escola da realidade diária do estudante, fazendo com que ele valorize a sua identidade de jovem do campo, além de promover um maior interesse, uma maior concentração, e uma maior participação dos estudantes nas aulas. Ademais, houve uma significativa melhora no comportamento dos estudantes na escola, pois eles passaram a ter mais cuidado com a estrutura física e a organização da mesma.

Há indicadores que estas transformações já começam a extrapolar os limites da escola, e chegar aos pais e às casas destes estudantes, pois já é identificado o diálogo crítico dos estudantes questionando o uso de agrotóxicos e algumas práticas antiecológicas.

Outro importante resultado, já verificado, foi a melhora na autoesti-

ma dos professores e funcionários, que mesmo com as precárias condições de trabalho, já remetem às práticas da Agroecologia, o seu estímulo diário e a esperança de que ainda podem contribuir para proporcionar um futuro melhor para os estudantes, vislumbrando na manutenção do jovem no campo com dignidade e qualidade de vida.

Assim, é possível afirmar que a Agroecologia é uma alternativa viável para alavancar os processos de consolidação de escolas do campo, além de contribuir para a formação de estudantes comprometidos com uma visão sustentável de agricultura e de campo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J. et al. (Org.) **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002 . p. 25-36. (Coleção n. 4) .

COSTA GOMES, J. C. Pluralismo epistemológico e metodológico como base para o paradigma ecológico. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria, jul./dez. 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006 .

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 .

GEILFUS, F. **80 ferramentas para o desenvolvimento participativo**. Holanda/San Salvador/El Salvador: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1997.

GUZMÁN CASADO, G. I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecolo-**

gía como desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi – Prensa, 2000 .

LIMA, L. M. S. **A Produção Camponesa e a Modernização da Agricultura em Rondonópolis/MT – Estudo em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária:** Gleba Cascata e Projeto de Assentamento Chico Mendes/Vale do Bacuri. 2000. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo , São Paulo, 2000 .

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez: Autores associados, 1986.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo –** Guia prático DRP. Brasília: SAF/MDA, 2006 .

VILLASANTE, T. R. et al. **Metodologias Participativas Manual .** MADRID: CIMAS, 2009 .

TERRA E RESISTÊNCIA: A REFORMA AGRÁRIA OCUPANDO A AGENDA CULTURAL DA UNIVERSIDADE

Rosa Lúcia Rocha Ribeiro
Mírian Toshiko Seno

Introdução

Entre os dias 28 de maio a 31 de julho de 2018, o Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) apresentou a exposição fotográfica TERRA e RESISTÊNCIA como uma das atividades culturais da primeira Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) realizada pela UFMT.

A JURA é um movimento nacional que ocorre desde 2014 em várias universidades do Brasil e teve sua origem a partir do “2º Encontro Nacional de Professores Universitários com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, realizado em 2013, em São Paulo. Naquele encontro foi deliberado que a partir do ano de 2014 as Instituições de Ensino Superior (IES) que contassem com núcleos e grupos de trabalho relacionados à reforma agrária ou outros instrumentos em defesa dos movimentos populares do campo passariam a realizar a JURA que foi proposta como ações simultâneas, com o máximo de articulação possível entre elas, para repercutir internamente, no ambiente acadêmico, e externamente, para a sociedade e para os meios de comunicação de massa, os seguintes pontos:

As universidades públicas brasileiras apoiam a Reforma Agrária como forma de democratização da estrutura agrária, social, econômica, política e educacional brasileira;

A defesa da educação pública de qualidade e a defesa da Reforma Agrária são bandeiras articuladas em prol da construção de um projeto popular para o país;

As universidades públicas reconhecem os movimentos sociais populares do campo como sujeitos coletivos de produção de conhecimento;

As universidades públicas brasileiras são contra toda prática de criminalização dos movimentos sociais populares, e reconhecem a legitimidade das suas lutas de ação direta em defesa da qualidade da alimentação do povo brasileiro e da democratização da terra, da educação, da cultura e da comunicação. (MST, 2013)

Assim, desde 2014, a JURA ocorre entre os meses de abril e maio em diversas universidades federais, estaduais, particulares e institutos de ensino por todo o país. Esse período foi definido em consideração ao dia 17 de abril, data importante no calendário do movimento que denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa data, no ano de 1996, em que 19 trabalhadores Sem Terra foram assassinados pela polícia. A JURA também busca promover a visibilidade das ações de luta pela terra que o MST realiza durante o ‘Abril Vermelho’, relacionando sempre com temas da conjuntura (MST, 2018).

Em 2014, o primeiro ano da JURA, participaram mais de 40 Universidades e Institutos Federais. Ano a ano outras instituições aderiram à proposta, sendo que em 2018 mais de 60 IES realizaram a JURA em seus espaços.

A UFMT realizou a sua I JURA no ano de 2018, com uma programação multidisciplinar, abordando temas relacionados à terra, vida, saúde, educação, criminalização dos movimentos sociais e os atuais retrocessos na democracia e nas políticas sociais vividos no país.

Na programação da JURA 2018 ocorreram atividades como conferências, palestras, mesas redondas, cine-debates, oficinas, lançamentos de livros, feira de produtos da reforma agrária, exposições e atividades culturais com artistas do campo e urbanos.

O CONJUNTO DA EXPOSIÇÃO

A exposição TERRA E RESISTÊNCIA compreendeu cinco coleções fotográficas que tiveram em comum a luta pela terra e formas de resistência empreendidas pelos povos sem-terra, indígenas, quilombolas e também pela Universidade. A exposição também foi composta por uma instalação que reproduz um acampamento Sem Terra, uma arte-mandala de sementes e uma sala de projeção de vídeos.

No conjunto, a exposição se propôs a proporcionar às pessoas visitantes uma experiência que ultrapassasse a contemplação, trazendo, também, a reflexão sobre a urgência da Reforma Agrária no Brasil. Na sequência estão apresentados cada um dos elementos que compuseram a exposição.

Mostra “Ocupação: Acampamento Padre José Ten Cate”

*Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas que
nos privam de viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por
umas poucas mãos, para ampararem cercas e*

*bois e fazerem da terra escrava e escravos os
homens!*

(Dom Pedro Casaldáliga)

Com a curadoria do estudante de Pedagogia da UFMT e militante do MST-MT, Júlio César Pedroso da Cruz, a coleção fotográfica do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra de Mato Grosso (MST-MT) apresentou os olhares sensíveis e impressionados de Luzo Reis, Nayara Araújo e Nadia Lopez que registraram o processo de ocupação da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Jaciara, Mato Grosso, ocorrida em 13 de julho de 2015, com 600 famílias. A ocupação recebeu o nome de “Acampamento Padre José Ten Cate”, em homenagem ao missionário que abraçou a causa dos oprimidos, defendendo o direito à vida com dignidade, morto em 2002. Sofreu ação de despejo em 31 de agosto de 2015, uma operação policial grandiosa que incluiu tropas motorizadas e de cavalaria, dezenas de soldados e até helicóptero. Depois do despejo e negociações, as famílias foram transferidas para uma área pública nas proximidades de Jaciara e chegou a abrigar perto de mil famílias. Em 2018, metade delas ainda permaneciam no acampamento, resistindo a inúmeras pressões, preconceitos e desassistência do Estado.

Figuras 1 e 2: “Ocupação”



Fontes: Luzo Reis Portfólio

Exposição ‘Câmera de segurança’

*Eu sou tudo que minha militância e arte pode apreender.
Eu sou o que consigo captar e capitalizar,
do mais simples ao mais arrojado – as tecnologias.
A minha fala, traduz a poesia de se militar (Naine Terena).*

Teo de Miranda e Naine Terena, organizadores da exposição, trouxeram um conjunto de fotos e vídeos para a exposição “Câmera de Segurança”

ça” que retratam a luta indígena no Brasil. *Naine é indígena da etnia Terena, professora universitária, artista-pesquisadora, comunicóloga e Doutora em Educação pela UFMT. Teo é fotógrafo, editor literário e Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT.*

A exposição possibilitou a apreensão das velhas e novas formas de discriminação, a marginalização e a exclusão dos povos indígenas - elementos de manutenção do colonialismo e, ao mesmo tempo, como as minorias se organizam em processo de resistência.

O nome ‘Câmera de segurança’ faz alusão aos aparelhos com lentes de curto ou longo alcance, utilizadas para monitorar residências, espaços públicos, lojas, entre outros locais, a fim de registrar pessoas com atitudes suspeitas, por pessoas que querem ter mais segurança. Para compor a obra, trouxeram um conjunto de gravações em vídeo e fotografias de atividades que ambos acompanharam entre os anos de 2013 a 2017.

Figuras 3 e 4: “Câmera de segurança”



Fontes: Teo de Miranda

Enfermagem em Foco: olhares sobre a Saúde da População do Campo

*O que foi estar naquela realidade?
Foi sentir a união e o companheirismo das pessoas.
Foi viver a resistência e a luta pela terra.
Foi conhecer a realidade do MST,
diferente do que a mídia mostra.*
(Laura Nogueira)

Nessa mostra são apresentados os registros fotográficos da atividade de coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Enfermagem de Laura Patrícia Teixeira Nogueira, da UFMT, intitulado “Percepções de mães campesinas sobre a caderneta de saúde da criança”, sob orientação da professora Aparecida Camila Reis e apoio das professoras Solange Salomé e Rosa Lúcia Rocha. A atividade foi realizada no Acampa-

mento ‘Padre José Ten Cate’, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Jaciara/MT, com a participação de estudantes de enfermagem que permaneceram no acampamento durante um final de semana.

Para além da tarefa de pesquisa, os estudantes conheceram a realidade de vida e de saúde de famílias sem-terra e constataram a ausência de políticas públicas para esse grupo.

Por outro lado, puderam experimentar a organização solidária do MST e aprender que a defesa da Reforma Agrária e a resistência ao latifúndio também se faz na Universidade e pela Enfermagem.

Com a experiência conheci o debate da reforma agrária e um pouco mais sobre o MST, sua ideologia, o sentido de cooperação e ter mais empatia com eles. (Lucas Moreira, enfermeiro graduado pela UFMT, campus Cuiabá)

Proporcionou um olhar diferente sobre as questões sociais e políticas ali evidenciadas, que a luta é mais do que apenas reivindicações pela terra. [...] É de muita importância os acadêmicos da saúde terem esse tipo de vivência, para quebrar preconceitos a respeito dessa população. Ouvimos relatos de que sofrem com hostilidades vindos de profissionais da saúde por serem do acampamento do MST. Há muita falta de conhecimento de suas lutas e de sua importância, pois representam notáveis agentes na luta pela efetivação do direito à saúde e do controle social do SUS. (Renata Ito, enfermeira, graduada pela UFMT, campus Cuiabá)

Figuras 5: Enfermagem e resistência



Fontes: Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

Figura 6: Enfermagem com os sem-terrinhas



Fontes: Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

VER-SUS: Vivências e Estágios em Comunidades Quilombola, Sem-Terra e Indígena

*VER-SUS é sinônimo de amizade e mudança.
É um novo olhar do presente e futuro.
É crescimento,
é querer se tornar algo melhor
para mudar a história do nosso povo!*
(Amanda Araújo)

Sob a curadoria da professora Aparecida Fátima Camila Reis, do Departamento de Enfermagem da UFMT, a mostra trouxe imagens das vivências de jovens universitários participantes do VER-SUS na comunidade quilombola Lagoinha de Cima (Chapada dos Guimarães/MT), aldeia Xavante São Marcos (Barra do Garças/MT), acampamentos do MST Padre José Ten Cate (Jacara/MT) e Renascer (Cáceres/MT) e assentamento Egídio Brunetto (Juscimeira/MT). As vivências fizeram parte da construção de estudantes e docentes da UFMT entre 2015 a 2018 dentro do VER-SUS / Brasil - Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde, em Mato Grosso.

O VER-SUS é um projeto do Ministério da Saúde criado em 2003 que visa inserir estudantes e integrantes de movimentos sociais na realidade

dos serviços públicos de saúde, no intuito de formar futuros trabalhadores para o SUS que sejam comprometidos com seus princípios e diretrizes e sujeitos transformadores da realidade.

Figuras 7: VER-SUS na aldeia Xavante São Marcos



Fontes: VER-SUS Mato Grosso

Figura 8: VER-SUS no acampamento Renascer



Fontes: VER-SUS Mato Grosso

Territórios Quilombolas: Cosmopolíticas e Resistências

Para mim quilombo é a gente viver o que é a realidade da vida da gente. Eu cresci vivendo uma vida assim que eu achava que não era essa, era outra vida, outros povos, outras religiões. Aí, depois dos doze anos de idade, fui ver que o sangue que corre

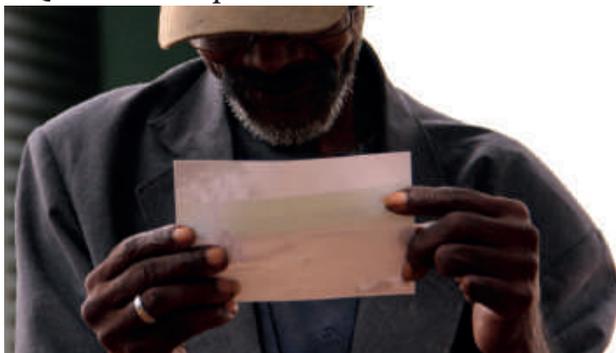
em nós é o sangue de negro. Então, nós temos que viver o que é a nossa cultura. Negros e índios. (Dona Vanilde, Comunidade Quilombola Lagoinha de Cima - In: LOURENÇO, 2015)

A exposição montada pelo Núcleo de Pesquisa em Antropologia Social Artes, Performances e Simbolismos (NAPAS) da UFMT faz parte do trabalho de pesquisa realizado junto a comunidade de 2013 a 2015. O trabalho foi desenvolvido com a participação coletiva da Associação Quilombola Negra Rural de Lagoinha de Cima, no município de Chapada dos Guimarães. Lagoinha de Cima é uma comunidade reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares como “comunidades remanescentes de quilombos”.

A exposição conecta imagens e narrativas das pessoas de Lagoinha de Cima, trabalhadores e trabalhadoras da terra que buscam alcançar os direitos mais básicos para viver. Por meio de suas memórias e vivências eles contam suas histórias e as experiências vividas cheias de afeto, densidade e protagonismo como sujeitos de direito.

A comunidade quilombola Lagoinha de Cima pleiteia junto ao Estado, o reconhecimento como sujeitos de direitos conforme o dispositivo da Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que prevê aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A exposição foi financiada com recursos do PROEXT Edital 2013 e da FAPEMAT, Edital FAPEMAT/CAPES 2012, Jovens Pesquisadores. A curadoria da mostra foi da professora Sonia Regina Lourenço, do Departamento de Antropologia da UFMT.

Figuras 9: Quilombo - Espelho: Pedro Valentim



Fontes: Juliana Segóvia - Exposição Territórios Quilombolas: cosmopolíticas e resistências

Figura 10: Quilombo - Pedacos de Memória: Vanilde Francisca de Oliveira



Fontes: Juliana Segóvia - Exposição Territórios Quilombolas: cosmopolíticas e resistências

Acampamento “Roseli Nunes”

*Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!*
(Hino do Movimento Sem Terra)

Ao entrar no salão as pessoas visitantes foram surpreendidas com a ambientação do acampamento “Roseli Nunes”, um pequeno barraco de lona preta contendo alguns dos elementos presentes no cotidiano da luta e resistência do povo Sem -Terra: os utensílios, os produtos da terra, os símbolos, os livros, a bandeira e o hino do movimento que soa ao fundo...

O acampamento “Roseli Nunes” foi uma obra construída a partir do encontro entre o artista plástico Marcelo Velasco e os camponeses Sem-Terra Júlio César Barbosa, Vanessa Ribeiro e Andreson Rodrigo e Breno Machado, sujeitos de lugares e de experiências distintas que, em diálogo, materializaram a luta em Arte.

A ambientação incluiu a exposição do Hino do MST, com letra de Ademar Bogo e música de Willy de Oliveira. Ao se aproximar do acampamento “Roseli Nunes” as pessoas visitantes podiam ouvir o hino que tocava, em baixo volume, e acompanhar a sua letra que estava acessível numa brochura, em cópia do impresso original do ano de 1989.

Hino do Movimento Sem-Terra

*Vem teçamos a nossa liberdade
braços fortes que rasgam o chão
sob a sombra de nossa valentia
desfraldemos a nossa rebeldia
e plantemos nesta terra como irmãos!*

*Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular*

*Braços Erguidos ditemos nossa história
sufocando com força os opressores
hasteemos a bandeira colorida
despertemos esta pátria adormecida
o amanhã pertence a nós trabalhadores!*

*Nossa Força resgatada pela chama
da esperança no triunfo que virá
forjaremos desta luta com certeza
pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!*

Letra: Ademar Bogo
Música: Willy C. de Oliveira

Para o artista Marcelo Velasco, participar da Exposição Terra e Resistência repercutiu em sua vida, como artista, educador, estudante ou cidadão. Disse o artista:

Sempre tive posicionamentos a respeito do tema Reforma Agrária, entretanto ainda não havia tido a oportunidade de conversar, e até mesmo de estar em um mesmo ambiente de quem luta por essa questão. Esse contato, reforçou o que já pensava: é na discussão aberta, coletiva, que é possível encontrar soluções adequadas na solução dos problemas que dizem respeito a todos. A questão da terra e de seu uso não está restrita a apenas à posse dela, é mais ampla e complexa nos nossos dias. A exposição no MACP representa um pouco do que a arte pode contribuir nas discussões, com a linguagem visual, facilitando a formação de uma consciência dos visitantes. A JURA é um evento que proporciona o cruzamento

entre os conhecimentos de todas as áreas, contribuindo para que a sociedade seja transformada em um lugar melhor para todos viverem. (Marcelo Velasco, artista plástico, professor do Instituto Federal de Mato Grosso)

O camponês Sem Terra Júlio Cesar Barbosa também deu o seu depoimento sobre a experiência de participar do processo de preparação e ambientação da Exposição Terra e Resistência:

Foi uma experiência fantástica, uma pelo fato da exposição estar retratando processos do meu cotidiano enquanto Sem Terra e camponês, outra pelo fato de jamais imaginar que eu, nessa qualidade de sem-terra, poderia participar de uma construção dessas... Poder retratar parte da minha vida naquele espaço (o museu de arte), dito muitas vezes de elitizado... é uma alegria imensa e me leva a crer e a lutar para que a universidade seja cada vez mais pintada de povo, em todos os seus aspectos. A universidade pública foi construída através de muita luta e resistência popular, devemos ocupar todos os espaços disponíveis nela e fazer com que os mesmos estejam a nosso favor. (Júlio Cesar Barbosa)

Figura 11: Chão, terra e resistência



Fonte: Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

SALA DE VÍDEO

*A terra guarda a raiz
da planta que gera o pão
a madeira que dá o cabo
da enxada e do violão.
Liberdade é pão, é vida
Terra-mãe, trabalho e amor
é o grito da natureza
viola de um cantor.
É o povo em movimento
contra as cercas da concentração
com um sorriso de felicidade
e a história na palma da mão.*

(Música: Terra e Raiz - Oficina Nacional dos Músicos do MST)

Finalmente, o pequeno banco de madeira convidava a pessoa visitante a se sentar e assistir ao conjunto de seis vídeos que discutem a luta pela terra e a defesa da vida dos povos do campo, das florestas e das águas. Foram os seguintes vídeos:

1. *Quem somos? MST*

Vídeo de 2:52 minutos disponibilizado pela Videoteca Virtual Gregório Bezerra que é organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com o projeto Armazém Memória. Tem a proposta de mostrar à sociedade o que é o MST e sua luta.

2. *Ocupação*

Vídeo de 18 segundos mostra imagens de uma situação real de ocupação do MST em Mato Grosso, no ano de 2015. Créditos: Mírian Sewo.

3. *Massacre de Colniza*

Em 2:16 minutos, o vídeo de Caio Mota, do Centro Popular de Audiovisual, mostra imagens registradas na tarde de 22 de abril de 2017 que foi a forte cerimônia de despedida que familiares e amigos dos 9 trabalhadores rurais que foram assassinados em 19/04/2017, na Gleba Taquaruçu do Norte, região noroeste de Mato Grosso. Seus nomes: Sebastião Ferreira de Souza, Izaul Brito dos Santos, Ezequias Santos de Oliveira, Edson Alves Antunes, Valmir Rangeu do Nascimento, Samuel Antônio da Cunha, Francisco Chaves da Silva, Fabio Rodrigues dos Santos, e Aldo Aparecido Carlini. Dados: Comissão Pastoral da Terra.

4. *O veneno está na mesa I*

Trailer do documentário de Sílvio Tendler, um dos maiores nomes do cinema documental brasileiro. Trata-se de polêmico documentário sobre a indústria dos agrotóxicos, lançado em 2011.

5. *O veneno está na mesa 2*

Trailer de 2:42 minutos do segundo documentário de Sílvio Tendler que atualiza e avança na abordagem do modelo agrícola nacional atual e de suas consequências para a saúde pública. O filme apresenta experiências agroecológicas empreendidas em todo o Brasil, mostrando a existência de alternativas viáveis de produção de alimentos saudáveis, que respeitam a natureza, os trabalhadores rurais e os consumidores.

6. *Câmera de segurança*

O vídeo de Teo Miranda e Naine Terena retrata a luta indígena no Brasil, em que apreendemos as velhas e novas formas de discriminação, a marginalização e exclusão - elementos de manutenção do colonialismo e, ao mesmo tempo, como as minorias se organizam em processo de resistência.

TERRA E RESISTÊNCIA: arte-mandala como estética da cultura camponesa do povo Sem-Terra do MST

*Amar o campo ao fazer a plantação
não envenenar o campo é purificar o pão
Amar a terra e nela plantar sementes
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente*

Música: Caminhos alternativos - Zé Pinto - cantor popular do MST

A mandala de sementes como arte engajada é fruto de um compromisso social em defesa das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade e traduz o que denominamos de estética da resistência e da luta pela terra realizada pelos povos do campo, da floresta e das águas.

A construção coletiva da mandala “Terra e Resistência” foi um convite a romper com o cotidiano acadêmico para adentrar na própria mística da terra e dos povos Sem-Terra, tornando-se, assim, uma ferramenta pedagógica de percepção sobre a cultura camponesa.

Foi um trabalho coletivo coordenado pela artista e camponesa Sem-Terra Maria de Lourdes Vicente, do MST-CE, a qual registramos o seu depoimento:

Foi um trabalho realizado por mãos militantes em co-labor-ação com professores da UFMT, representando a vontade de tocar a essência das pessoas que se aproximam da exposição e que, de alguma forma, entram em sintonia com a terra e as resistências dela advindas. Arte de muitas mãos que versam sobre a própria existência do campesinato e de suas esperanças no futuro. (Maria de Lourdes Vicente, MST-CE)

Foi uma experiência linda ver os frutos da terra, da luta, dos sonhos, reunidos no museu e mostrando que lutar é, acima de tudo, uma arte. (Aldi Nestor de Sousa, Departamento de Matemática, UFMT)

Figura 12: Mandala “Terra e Resistência”



Fonte: Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

Visitação

A abertura da Exposição “Terra e Resistência” ocorreu em 28 de maio de 2018 marcando o início da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária - JURA da UFMT, contando com a presença da comunidade acadêmica e externa, com destaque para o público de camponeses vindos de várias regiões do estado de Mato Grosso que acamparam no campus

durante três dias de jornada.

Durante dois meses a exposição recebeu a visitação de pessoas de origens diversas que apresentaram seus depoimentos:

A mostra Terra e Resistência demonstra a luta pela terra e expressa os sentimentos da população em defesa da reforma agrária. As fotografias retratam uma história de união e esperança frente aos olhares sensíveis. (Professora Bruna Hinnah de Freitas, Faculdade de Enfermagem, UFMT)

Essa exposição é muito interessante pra gente poder ver e entender as dificuldades e a resistência dos povos do campo na luta pela terra, na luta pela qualidade de vida... Eu acho que essa exposição consegue transmitir essa mensagem, a gente consegue entender muito bem, através das imagens... (Lucas Vieira, estudante de Pós-Graduação em Ciências Florestais, UFMT)

Figura 13: Visitação “Terra e Resistência”



Fonte: Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

Construção: Cenas do Trabalho Coletivo

*O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra, Terra,*

Terra, Terra...

(Música: Canção da Terra, Pedro Munhoz)

O processo de construção da Exposição “Terra e Resistência” foi iniciado em março de 2018 a partir da proposta de realização da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária - JURA. A princípio, a ideia era apenas de montar um espaço para a mostra de fotografias relacionadas à questão da terra como parte das atividades culturais durante a Jornada. A partir do diálogo com a supervisão do MACP a proposta ganhou robustez e, no trabalho coletivo, se concretizou na beleza apresentada nesta publicação.

Importante destacar a potência de projetos de extensão como a JURA que, por meio da temática da defesa da Reforma Agrária, conseguiu articular uma diversidade tão grande de áreas de conhecimento da UFMT, com seus docentes, discentes e também com a comunidade e com os movimentos sociais.

O encontro de tais áreas de conhecimento e de todos esses agentes possibilitou um rico diálogo de saberes, bem como a tão almejada interdisciplinaridade. Os resultados desse encontro certamente serão evidenciados na qualificação de todos os participantes e em futuros projetos e ações coletivas.

De volta ao começo, são apresentadas cenas desse rico exercício da interdisciplinaridade que agregou muitas mãos, corações e mentes no trabalho coletivo...

Figura 14 e 15: Construção da mandala “Terra e resistência”



Fontes: Mirian Sewo

Poder contribuir com a construção de Terra e Resistência foi ter tido a oportunidade de me redescobrir e ao mesmo tempo de ter tido a felicidade de ser parte de uma Jornada muito maior a qual jamais havia imaginado. (Rubens Florêncio, estudante de Arquitetura da UFMT).

A exposição “Terra e Resistência” foi um espaço muito im-

portante para a luta e para o fortalecimento do debate da reforma agrária na universidade, um espaço que o povo deve ocupar. Foi pintar a universidade com a cara do povo. E participar da construção desse espaço foi muito importante para a militância, pois fortalece cada vez mais a mística revolucionária. (Vanessa Ribeiro de Jesus, MST-MT)

A exposição “Terra e Resistência” foi uma forma da JURA mostrar um outro lado da luta... de que ela também é construída com arte, poesia e muita prosa! (Mirian Sewo, professora do Departamento de Psicologia)

Foi uma experiência de aprendizagem artística, integrando arte, luta, resistência e de trabalho coletivo. (Lucia Maria da Silva, pedagoga, integrante de movimentos sociais)

O Projeto Expográfico “Terra e Resistência” foi construído de modo a visibilizar as lutas [...] de cada grupo representado na exposição - indígenas, quilombolas e Sem Terras - mantendo, porém, uma fluidez orgânica, que prioriza o conjunto e comunicando ao público a diversidade e a unidade que esta pauta assume [...]. A exposição, é composta por fotografias, organizadas em cinco coleções. As imagens trazem o material humano em seus mais diversos aspectos: combativo, assistencial, colaborativo e afetivo. O espaço também é composto por uma instalação, que objetiva mostrar ao visitante, com maior riqueza de detalhes o cotidiano de um assentamento; uma sala de vídeo, para o aprofundamento da temática discutida e, ao centro, uma mandala de grãos, configurando uma mística - ambiente que atrai e reúne a energia da terra. (Sílvia C. de O. Aragão, museóloga, supervisora do MACP)

REFERÊNCIAS

LOURENÇO, S. R. A emergência de identidades étnicas das comunidades quilombolas de Chapada dos Guimarães. *Afro-Ásia*, n. 52, p. 33, 2015.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Universitários de todo país participam da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/04/18/universitarios-de-todo-pais-participam-da-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SOBRE OS AUTORES

Armando Wilson Tafner Junior

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, atuando no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS). Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); mestre e doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Pertencente ao Núcleo de Estudos Rurais (NERU) da UFMT.

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Rondonópolis, atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História. Licenciada em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis (2002). Possui, Mestrado em História, Territórios e Fronteiras, pela Universidade Federal Mato Grosso - UFMT (2002/2010) e Doutorado em História, Territórios e Fronteiras, pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2016). É membro do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFMT/Cuiabá).

Cristiano Apolucena Cabral

Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC-MT e Agente Pastoral da Comissão Pastoral da Terra - Mato Grosso - CPT-MT. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO (2004). Especialista em Sociologia e Educação pelo Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAPES-GO (2009). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT-MT (2014). Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT-MT. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação - GEPTE-UFMT

Edson Caetano

Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação. Atua no curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de

Mato Grosso (UFMT). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE-UFMT). Tem experiência na área de educação, com ênfase em Trabalho e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Produção Associada; Comunidades e Povos Tradicionais; Economia Popular e Solidária; Cultura do Trabalho; Saberes do Trabalho Associado e Reestruturação Produtiva.

Eva Emilia Freire do N. Azevedo

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada e Mestre em Serviço Social (2003 e 2008 respectivamente) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Educação pela UFMT e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), vinculado à linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular (Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE/UFMT).

Gabriella Matos Santiago

Bolsista Uniselva no Projeto de Diagnóstico para Regularização Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária – RADIS/UFMT. Aluna de licenciatura em geografia e pesquisadora no Grupo Pesquisa em geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade. Graduada em geografia bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso (2016).

Giseli Dalla- Nora

Geógrafa, Mestrado e Doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso (2008 e 2018). Professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Líder do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade - GECA

Haya Del Bel (Gisele Mocci)

Socióloga, Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com estágio de doutoramento sanduíche com bolsa CAPES do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (2018). Professora de Saúde Coletiva da UFMT e coordenadora do projeto VSPEA (Vigilância em Saúde da População Exposta aos Agrotóxicos).

Henderson Gonçalves Nobre

Professor e pesquisador no Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade (DFF) da Faculdade de Agronomia e Zootecnia (FAAZ) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na área de Agroecologia. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT;

Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Universidad Internacional de Andalucia-UNIA/Espanha.

Lélica Elis Pereira de Lacerda

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (2005) e dez anos de exercício profissional enquanto assistente social. Fez mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013) e doutorado em Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso, no departamento de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, exercício profissional, ontologia do ser social, trabalho e questão social na América Latina.

Mírian Toshiko Sewo

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá. Graduada em Psicologia, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2001). Possui, Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2004) e é Doutoranda em Educação na mesma universidade.

Onélia Carmem Rossetto

Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO/UFMT; Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB); Mestre em Educação- Linha de Pesquisa Educação e Meio Ambiente (UFMT) Licenciada e Bacharel em Geografia (UFMT). Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade-GECA/GEO/IGHD/UFMT; Pesquisadora do Projeto Dataluta Mato Grosso.

Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

Professora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá, atuando no ensino de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo (1986). Licenciada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (1986). Possui Mestrado em Assistência de Enfermagem, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1999) e Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública, pela Universidade de São Paulo - USP (2005). É líder do Grupo de Pesquisa Enfermagem, Saúde e Cidadania (FAEN/UFMT/CNPq) onde atua na orientação de pesquisas e em ações de extensão.

Vanderly Scarabeli

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Militante da Frente Brasil Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma Agrária, Educação do Campo, Alimentação Saudável, Direitos Sociais, entre outros.

Eloísa Aparecida Cerino Rosa Lima

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP (2017). Graduada em Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Linguagens pela Universidade de Brasília - UnB (2014). Atua como professora na área de Linguagens na Educação Básica e no Ensino Superior. Tem experiência na área de educação com ênfase na Educação do Campo.

Alair Suzeti da Silveira

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1987), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e doutorado em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é professor efetivo da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo, atuando principalmente nos seguintes temas: Democracia, Relações de Poder, Partidos Políticos, Estado e Cidadania.

Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima

Possui graduação em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009). Bacharel em direito pela Universidade de Cuiabá (2010). Mestre em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso no âmbito da linha de pesquisa da produção do espaço regional (2012). Mestre em direito agro-ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso no âmbito da linha de pesquisa de direito internacional do meio ambiente (2014). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo na linha de pesquisa geografia política, planejamento e recursos naturais. Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade - GECA e do Grupo de Pesquisa em História do Pensamento Geográfico e Epistemologia da Geografia (UFMT). Pesquisador nas áreas de História do Pensamento Geográfico, Geografia Política, Geografia Urbano-Regional e Geografia Agrária.

Maria Elienai Luiz Correia

Possui graduação em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura e Ciências de Machado (1983) e mestrado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1996). Atualmente é pesquisadora da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Daniel Fanta

Possui mestrado (2004) e doutorado (2014) em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Sociológica, Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais, Sociologia Clássica, Max Weber.

Esperamos que este livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato 15,5 x 23,0 cm

1ª Edição Março de 2019

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG
Brasil



NAVEGANDO